

ENÉIAS BORGES DIAS

REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1916-1923):
um estudo sobre idéias e práticas educacionais

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ARARAQUARA-SP
2009

ENÉIAS BORGES DIAS

***REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1916-1923):
um estudo sobre idéias e práticas educacionais***

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientador: Prof. Dr. Carlos Monarcha

ARARAQUARA-SP
2009

ENÉIAS BORGES DIAS

***REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS (1916-1923):
um estudo sobre idéias e práticas educacionais***

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientador: Prof. Dr. Carlos Monarcha

Banca Examinadora

Prof. Dr. Carlos Monarcha

Profa. Dra. Raquel Discini de Campos

Profa. Dra. Alessandra Arce

ARARAQUARA – SP
2009

Aos meus pais, Moacyr e Diná pela educação que me possibilita discernir e escolher caminhos.

Aos meus irmãos, Evânia e Eliezer pelo apoio nas horas difíceis.

À Cláudia companheira de sempre e grande incentivadora.

Aos amigos verdadeiros que sempre estiveram ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Carlos Monarcha, meu orientador, a quem devo o incentivo, a confiança e sugestões que me ajudaram a produzir esta dissertação; ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela “Bolsa Mestrado”, que muito contribuiu para a realização da pesquisa.

Agradeço também, as professoras Alessandra Arce e Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo, por suas inestimáveis contribuições por ocasião do exame de qualificação desta dissertação; aos colegas do Grupo de Pesquisa “História da Educação no Brasil”; aos colegas da Unesp/Araraquara e Unesp/Marília; aos professores e diretores da EE “Antonio Balduino”, EE “17 de Setembro” e EE “Dorival de Carvalho”; aos colegas Joel Carlos Vicenzotti, Maria Isabel Moretto Gementi e Mariana M. Gementi.

Resumo

A *Revista da Escola Normal de São Carlos* publicada em São Carlos, SP, entre os anos de 1916 e 1923, e destinada aos professores públicos, pode ser considerada uma das primeiras revistas de educação e ensino publicadas no interior do estado de São Paulo à época da Primeira República. Produzida pelo corpo docente da Escola Normal Secundária de São Carlos, a *Revista* pretendia intervir significativa e produtivamente no âmbito das questões de educação e ensino, mediante produção teórica e diretrizes práticas, visando à inovação educacional do ensino das matérias do currículo da escola primária, articuladamente à difusão do ideário republicano, objetivando impulsionar o desenvolvimento cultural do Estado e da Nação. O objetivo da pesquisa foi identificar e analisar as idéias e as práticas veiculadas pelos autores colaboradores da *Revista*. Os assuntos abordados por essa publicação periódica contribuíram para a difusão de concepções e idéias sintonizadas com a problemática das transformações sociais educacionais em curso nos anos de 1910 e 1920.

Palavras – chave: revistas de educação; História da Educação; escola normal; formação de professores; educação cívica; São Carlos.

Abstract

The *Revista da Escola Normal de São Carlos* was published in São Carlos, SP, between the years 1916 and 1923 for teachers and public. This magazine may be considered one of the first journals in education established in the state of São Paulo at the time of the First Republic. Produced by professors of the Secondary Normal School of São Carlos, the magazine intended to intervene in education and training in a meaningful and productive way by producing theoretical and practical guidelines, educational innovation to the teaching of subjects belonging to the curriculum of primary school and by articulating the dissemination of republican ideas to foster the cultural development of the state and nation. In this context, the present research aims to know the ideas and actions of the collaborator authors of the *Revista da Escola Normal de São Carlos*. The issues in the regular publication contributed to the dissemination of concepts and ideas attuned to the educational problems of the social changes underway in the years 1910 and 1920.

Key-words: education journals; History of Education; normal schools; training teachers; civic education; São Carlos.

Lista de Ilustrações

- Ilustração 1:** A Biblioteca da Escola Normal de São Carlos contava com um acervo riquíssimo com obras raras, algumas datadas do final século XVI. – Fonte: Nosella & Buffa (2002, p.83)..... 41
- Ilustração 2:** O Laboratório de Ciências da Escola Normal de São Carlos era constituído de diversos aparelhos importados da Europa e dos Estados Unidos da América. – Fonte: Nosella & Buffa (2002, p. 89)..... 41
- Ilustração 3:** As atividades físicas na Escola Normal de São Carlos eram consideradas de suma importância para o desenvolvimento do educando, a dança em especial, se destacava com arte que valorizava a elegância e disciplina dos alunos. – Fonte: *Revista de Educação* v.1, n.1, mar., 1933..... 42
- Ilustração 4:** A Sala de Desenho da Escola Normal de São Carlos era composta por diversos materiais didático-pedagógicos pautados nos estudos mais modernos da época. – Fonte: Morila (2005, p.56)..... 43
- Ilustração 5:** A Escola Normal de São Carlos reuniu nomes ilustres do meio político-educacional em eventos como Palestras e Conferências abertas ao acesso da população são-carlense e região. – Fonte: Motta (1935)..... 47
- Ilustração 6:** Para os autores da *Revista* a educação não é um fato isolado puramente humano, mas sim um fenômeno integralizado com fatores biológicos e sociais. – Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Ano 1, n.1,nov., 1916..... 54
- Ilustração 7:** É na escola que se forma o verdadeiro caráter do homem civilizado, assim o amor a Pátria Mãe deveria ser prioridade nas escolas elementares. – Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Ano 4, n.8, jun., 1920..... 55
- Ilustração 8:** O nacionalismo foi destaque na edição especial da *Revista* que teve sua capa adornada por listras verde e amarela. –

- Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Edição Especial, n.3, dez., 1917..... 57
- Ilustração 9:** A “República Mulher”, mãe dos cidadãos, defensora dos valores de liberdade, igualdade e fraternidade foi destaque na capa do primeiro número da *Revista*. – Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Ano 1, n.1, nov., 1916..... 58
- Ilustração 10:** Comissão regional de escoteiros do grupo escola “Oswaldo Cruz”. Para os intelectuais das décadas de 1910 e 1920 escotismo tinha um papel fundamental na formação da identidade nacional, pois dentre os valores apregoados eram priorizados a disciplina e o amor a pátria. – Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1924)..... 95
- Ilustração 11:** Tambaú – acampamento de escoteiros na data de 7 de Setembro de 1922. Honra, lealdade, amizade, fraternidade, respeito ao meio ambiente, disciplina, auto-estima e caráter, princípios que faziam parte da vida de um escoteiro. – Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1924)..... 96

Lista de Quadros

Quadro 1:	Índices de analfabetismo – segundo os censos decenais. – Fonte: Peixoto (1931).....	25
Quadro 2:	Índices de analfabetismo – Estados, Capital Federal e Território em 1920. – Fonte: Serva (1927).....	26
Quadro 3:	Recenseamento Escolar – São Paulo – 1920. – Fonte: Sampaio Dória (1920).....	35
Quadro 4:	Evolução do sistema escolar primário paulista – 1919-1922. – Fonte: Kuhlmann (1932).....	36
Quadro 5:	Cadeiras e lentes da Escola Normal de São Carlos (1917). – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	38
Quadro 6:	Aulas, professores e regentes da Escola Normal de São Carlos (1917). – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	39
Quadro 7:	Pessoal da administração Escola Normal de São Carlos (1917). – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	44
Quadro 8:	Alunos matriculados – 1917. – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> , ano 1, n.2, jun., 1917.....	44
Quadro 9:	Alunos diplomados – homens e mulheres. – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> , 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923.....	45
Quadro 10:	Nome e posição sócio-ocupacional da Comissão de Redação. – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> , n.2, jun., 1917.....	51
Quadro 11:	Autores colaboradores e posição sócio-ocupacional. – Fonte: <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> – 1916-1923.....	52
Quadro 12:	Periodicidade e número de páginas da <i>Revista</i>	56
Quadro 13:	Palestras cívicas publicadas no fascículo temático.....	56
Quadro 14:	Autores e freqüência de colaboração.....	59
Quadro 15:	Assuntos e freqüência.....	60
Quadro 16:	Publicações vinculadas a Escola Normal de São Carlos – 1911-1929. – Fonte: Pirolla (1988).....	61
Quadro 17:	Artigos e autores – métodos de processo de ensino.....	102
Quadro 18:	Currículo do curso normal – 1913.....	104
Quadro 19:	Artigos veiculados na seção “Ensino Primário”.....	106

Sumário

Apresentação	12
Capítulo 1 - A instrução pública no estado de São Paulo nas décadas de 1910 e 1920.....	23
Capítulo 2 - A Escola Normal Secundária de São Carlos.....	37
Capítulo 3 - A <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i> e suas características....	48
Capítulo 4 - Formar o Homem e o Cidadão, a importância do ensino da língua nacional e das matérias geografia e história.....	63
A língua nacional.....	66
Geografia e História do Brasil: nossas riquezas, nosso heróis”.....	69
Os exemplos de conduta e ideais.....	72
Capítulo 5 - Êxodo rural, urbanismo e saúde pública.....	74
Capítulo 6 - O nacional e o estrangeiro.....	79
Capítulo 7 - O “culto cívico”, a “religião da Pátria”, o escotismo.....	86
O hino e a letra.....	90
O escotismo como meio associativo e educativo.....	92
Capítulo 8 - Pedagogias e modelos de ensino nas páginas da <i>Revista</i>	97
“Ensinar a ensinar”: os métodos e processos didáticos.....	101
A seção “Ensino Primário”.....	106
Considerações Finais	111
Referências	114
1. Fontes.....	114
2. Bibliografia.....	117
3. Obras de referência.....	121
Instituições Consultadas	121
Anexos	123
Anexo 1 – Revistas de Educação e Ensino — São Paulo: 1892/1944.....	124
Anexo 2 – Publicações no âmbito do Projeto de Pesquisa “Revistas de Educação e Ensino: 1892-1944”.....	125
Anexo 3 – Levantamento da <i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	127
Anexo 4 – Alunos diplomados pela Escola Normal de São Carlos segundo local de nascimento – 1914-1923.....	141

Anexo 5 – Levantamento da <i>Revista Excelsior!</i>	143
Anexo 6 - Biografia dos colaboradores da <i>Revista da Escola da Normal de São Carlos</i>	150

Apresentação

O presente estudo, acerca da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, objetiva identificar as idéias e as práticas educacionais apresentadas por seus editores e veiculadas ao longo do “ciclo de vida” do periódico, pretendendo desse modo contribuir para uma compreensão, dentre as possíveis, da história da educação paulista e brasileira na Primeira República. Para tanto, centramos os estudos e as análises no material textual publicado na *Revista*, procuramos identificar assuntos e questões abordadas pelos autores colaboradores dessa publicação periódica.

O interesse pela história da educação decorre de minha experiência pessoal enquanto professor da disciplina História em escolas de ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino do estado São Paulo e participação em grupos de pesquisa na graduação e pós-graduação. Considero, entretanto, necessário inicialmente elucidar alguns aspectos dessas experiências, partindo de minha formação acadêmica, para melhor compreensão da dissertação de mestrado, ora apresentada.

Minha educação básica ocorreu em escolas públicas do estado de São Paulo, iniciando minha formação acadêmica em 1998, ao ingressar no curso de graduação em História da Universidade Estadual Paulista, campus de Assis, onde tive um primeiro contato com a pesquisa científica, quando no último ano da graduação realizei o “Estágio de Preservação do Patrimônio Histórico e Documental – os Arquivos Públicos”, promovido pelo Setor de Ação Educativa do Arquivo do Estado de São Paulo, em parceria com a UNESP/Assis.

Nesse estágio, pude melhor compreender o estudo e a prática da pesquisa histórica e a preservação de fontes e documentos. Ao concluir a graduação em 2002, movido pela necessidade de trabalhar, retornei à casa de meus pais, porém o desejo maior era naquele

momento prosseguir a minha formação acadêmica. Afastei-me da universidade e comecei a atuar como professor substituto na rede estadual de ensino no estado São Paulo. Enquanto professor sentia a necessidade de complementar a minha formação acadêmica e envolver-me com a pesquisa científica.

Em 2003, ingressei no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, onde passei a integrar o Grupo de Pesquisa “História da Educação Brasileira”, que naquele momento desenvolvia o Projeto Integrado de Pesquisa “Revistas de educação e ensino – São Paulo: 1892-1944” coordenado pelo Professor Dr. Carlos Monarcha, com apoio e auxílio à pesquisa do CNPq, no biênio 2002- 2004, e auxílio à pesquisa FAPESP, no biênio 2003-2005. (ver Anexos 1 e 2).

Nesse ano, obtive uma Bolsa de Apoio Técnico à Pesquisa, concedida pelo CNPq.

Sob a orientação do professor coordenador do grupo de pesquisa e do projeto integrado, participei do desenvolvimento do trabalho envolvendo-me nas atividades de organização, reunião, digitação e conferência de material documental e bibliográfico localizados nas instituições consultadas; participação em reuniões de trabalho e seminários de pesquisa, elaboração de relatórios técnicos de atividades de pesquisa; realização de estudo da bibliografia básica do projeto integrado de pesquisa; elaboração e redação de comunicações científicas e de monografia sobre a revista *Escola Nova* (1930-31), e por fim, elaborei os levantamentos das publicações: *Revista de Educação* (1933-1935), *Revista de Educação* (1938-1943), *Revista de Educação* (1921-1922) e *Revista de Educação Piracicaba* (1921-1922).

O primeiro contato com a *Revista da Escola Normal de São Carlos* deu-se no âmbito do Projeto. Essa publicação periódica despertou-me a atenção por diversos motivos, dentre os quais: tratava-se de uma publicação até então pouco estudada;¹ a *Revista* fora

¹ Atualmente constam trabalhos sobre a *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ver: Ozelin (2006); Nery (2007; 2008); Silva (2009).

idealizada por professores e endereçada aos professores primários atuantes nas escolas públicas, fato que me levou a identificar com a publicação, as idéias e sugestões nela constantes, de certa maneira, remetiam a minha atuação enquanto docente que vivenciava projetos de mudanças visando a melhoria da Educação; a *Revista* apresentava discussões sobre métodos e processos de ensino visando uma melhor formação dos educadores e eficiência no processo de ensino e aprendizagem, expectativas por mim vivenciadas na dupla condição de graduando em Pedagogia e professor do ensino fundamental e médio; por tratar-se de uma fonte documental representativa de um período significativo da formação social brasileira, tanto no aspecto educacional quanto dos rumos históricos e sociais, vi no estudo e análise dessa revista a oportunidade de por em prática conhecimentos adquiridos em minha formação de historiador e pedagogo, e claro, talvez tentar responder as questões do presente histórico brasileiro.

Tendo essas intuições e preocupações em vista, assim, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Monarcha, elaborei o projeto de mestrado intitulado “*Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): um estudo sobre idéias e práticas educacionais*”, projeto este contemplado com uma bolsa de mestrado concedida pela FAPESP.

Entretanto, novamente, por problemas particulares vi-me afastado da universidade e da vida acadêmica, em 2005, após aprovação em concurso de títulos e provas na disciplina História. Fui nomeado para o cargo de professor efetivo no quadro do magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, tomando posse na EE “Antonio Balduino”, no município de São Lourenço da Serra; em 2006, após participar do concurso de remoção, tomei posse na EE “17 de Setembro”, no município de Pompéia; em 2008, após novo concurso de remoção, assumi a EE “Dorival de Carvalho”, na cidade de Matão.

Em 2007, após exame de seleção, ingressei como aluno regular no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, nível de mestrado, da Universidade Estadual Paulista,

Campus de Araraquara, sob a orientação do Professor Dr. Carlos Monarcha, e então pude retomar, de fato, o desenvolvimento do projeto de pesquisa, naquele ano a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo concedeu-me uma Bolsa de Estudos com duração de trinta meses para desenvolver a dissertação de mestrado.

A *Revista da Escola Normal de São Carlos*, editada pelo corpo docente da Escola Normal de São Carlos, constitui o objeto central dessa dissertação, voltado à compreensão do estudo e análise dos temas ou assuntos veiculados, debatidos e propagandeados ao longo das páginas do periódico, durante seu “ciclo de vida”, 1916 a 1923.

Considerada uma das primeiras revistas de educação e ensino mantida, editada e distribuída por professores normalistas do interior paulista na Primeira República, a *Revista* publicou artigos inéditos, cujos autores vinculavam-se a própria Escola Normal de São Carlos e demais estabelecimentos de ensino público do Estado, e exerciam diferentes funções na carreira do magistério: professores de escolas normais, professores primários, diretores de escolas, entre outros. Preocupados com os rumos da Nação e da República, empenhados em inovar o ensino praticado nas escolas públicas, os autores debruçaram-se sobre os mais variados assuntos: pedagogia, filosofia, ciência, métodos e processos de ensino, nacionalismo, êxodo rural, higiene escolar e formação de professores.

O “ciclo de vida” da *Revista* transcorreu numa conjuntura crucial e fremente da formação social brasileira, quando se tornou visível, pelo menos para as vanguardas políticas e intelectuais, a necessidade “republicanizar a república”. Nessa conjuntura de urgência, um momento rico de reflexões, projetos, idéias sobre os rumos da sociedade brasileira e ocidental, emergiram os mais diversos movimentos políticos, sociais e culturais a reivindicarem para si a incumbência de regeneração e avivamento da nacionalidade pela via da educação popular. E como não poderia deixar de ser, tal conjuntura e seus acontecimentos foram objeto de análises, discussões e propostas nas páginas da *Revista*.

Destarte, salienta António Nóvoa no prefácio de *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*, ao justificar a importância das investigações centradas em revistas de educação e ensino, colocou os seguintes argumentos teóricos:

A imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.), mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. A imprensa constitui, sem dúvida, uma das melhores ilustrações da extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo.

Registre-se, em segundo lugar, a natureza da informação fornecida pela imprensa, que lhe concede um carácter único e insubstituível. Estamos, na maior parte das vezes, perante reflexões muito próximas dos acontecimentos, que permitem construir uma ligação entre as orientações emanadas do Estado e as práticas efectivas na sala de aula. Apesar da diversidade da imprensa, pode afirmar-se que os escritos jornalísticos se definem pelo seu carácter fugaz e imediato, inscrevendo-se frequentemente numa lógica de reacção a realidades ou a idéias, a normas legais ou situações políticas. A imprensa é, talvez, o melhor meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática: o senso comum que perpassa as páginas dos jornais e das revistas ilustra uma das qualidades principais de um discurso educativo que se constrói a partir dos diversos actores em presença (professores, alunos, pais, associações instituições, etc.)

Há uma terceira razão de grande significado: a imprensa é o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação colectiva, na medida em que “cada criador está sempre a ser julgado, seja pelo público, seja por outras revistas, seja pelos seus próprios companheiros de geração”. De facto, a feitura de um periódico apela sempre a debates e discussões, a polémica e conflitos; mesmo quando é fruto de uma vontade individual, a controvérsia não deixa de estar presente, no diálogo com os leitores, nas reivindicações junto aos poderes públicos ou nos editoriais de abertura. (1993, p. XXXII).

Em “Por uma história cultural dos saberes pedagógico”, Marta Chagas de Carvalho (1998, p.35) ao se referir aos periódicos educacionais e sua importância na pesquisa histórica observou:

É também procedimento que toma o impresso em sua materialidade de objeto cultural, interessando-se pelas práticas que o produzem e pelos usos que são feitos dele, movendo-se no âmbito do que o mesmo Chartier chamou de uma “arqueologia dos objetos em sua materialidade”. Pensar em termos dessa arqueologia implica tratar o impresso a ser analisado como objeto cultural que, constitutivamente guarda as marcas de sua produção e de seus usos. No caso de impressos de destinação escolar, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção e distribuição, como produto de estratégias editoriais em estrita correspondência com os usos que modelarmente lhe são prescritos.

Motivado por esses desafios intelectuais, decidi-me investigar a *Revista da Escola Normal de São Carlos* e, assim, contribuir para a compreensão da história da educação brasileira mediante realização de estudo e análise da *Revista da Escola Normal de São Carlos*.

E para a compreensão analítica dos discursos veiculados pela *Revista* recorri à conceituação de Roger Chartier em *A história cultural: entre práticas e representações*, acerca das “representações inscritas nos textos”, ou seja, as representações do mundo real são determinadas por grupos que as forjam. Essas representações produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (1990, p.17). Nessa perspectiva é possível pensar uma história cultural e social.

Que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse. (idem).

Nos últimos anos, a importância e a propriedade dos impressos vem sendo sistematicamente salientados pelos pesquisadores na área da Educação.

Eliana Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão, autoras de *História da educação* (2001), escrevem que dentre as fontes documentais, os jornais e as revistas de educação vêm ganhando prestígio nas pesquisas acadêmicas, dando lugar a uma produção teórica significativa e inovadora. Já Maurilene Souza Bicas e Marta Maria Chagas de Carvalho em “Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a *Revista do Ensino*” (2000) concluem que impressos interessaram como objeto de investigação e objeto material, cujos usos, dá-se em situações específicas que se quer determinar.

Pioneiras no Brasil, Denice Bárbara Catani e Maria Helena Camara Bastos organizaram a coletânea *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação* (1997), na qual reuniram contribuições “de estudiosos da História da Educação no Brasil e no Exterior, que têm privilegiado como fonte de pesquisa a imprensa periódica” (p.5). No prefácio, citando Pierre Ognier, as organizadoras consideram ser a imprensa educacional um *corpus* documental valioso e de “várias dimensões, pois constitui-se em testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo de profissional”, permitindo o estudo do “pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um determinado grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar” (idem, p.5).

Nessa coletânea de textos, António Nóvoa no capítulo “A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português” (1997, p.11-2) relata o processo de elaboração do *Repertório analítico da imprensa de educação e ensino*, e reafirma o seu ponto de vista a respeito da imprensa pedagógica, e assim escreve: “permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, encontrados no nível ‘macro’ do sistema, mas também no plano ‘micro’ da experiência concreta”, que, ao mesmo tempo, podem exprimir desejos de futuro,

como também denunciar situações do presente. Para o autor, a imprensa é um *corpus* essencial para a história da educação.

No capítulo “Imprensa pedagógica e a formação contínua de professores primários (1815-1939)”, Pierre Caspard e Penélope Caspard (1997, p.46) ressaltam a importância estratégica da imprensa periódica para as investigações relativas à história da formação docente e do universo escolar. Segundo os autores, “a imprensa pedagógica é um *mídia* muito mais interpretativo que os tratados ou os manuais e dessa maneira constitui-se um dos melhores observatórios do movimento social na obra da escola e da formação”.

Nessa mesma coletânea, sob o título “A imprensa periódica educacional no Brasil: 1808 a 1944”, Maria Helena Camara Bastos apresentou um rol valioso de títulos de publicações periódicas para a pesquisa em história da educação, observando que na Primeira República houve uma série de iniciativas destinadas à publicação de revistas, jornais e boletins educacionais, o que transformou o papel da literatura educacional e introduziu novas modalidades de percepção da problemática educacional.

Em análise original, Marta Maria Chagas de Carvalho no capítulo “A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura” (2001) analisou a revista *Eschola Publica*, veiculada entre 1893 e 1897, e destinada ao magistério público primário. Para a autora, os republicanos paulistas ao promoverem a institucionalização da nova ordem política tinham a escola como marco sinalizador da ruptura que se pretendia entre um “passado sombrio e um futuro luminoso”. *A Eschola Publica* surgiu nesse campo normativo intervindo significativamente no âmbito das questões do ensino, funcionando, conforme a autora, como “caixa de utensílios” dirigida aos professores.

Ana Luiza Martins (2001a) ao analisar a “imprensa e as práticas culturais” em São Paulo, no período de 1890 a 1922, no livro *Imprensa e práticas culturais em tempos da República* dedicou um capítulo específico à imprensa educacional sob o título “Modelando

gerações: revistas pedagógicas”, explicando que no período a publicação de revistas educacionais e/ou pedagógicas não dependeu tão-somente da providência do Estado, mas coube à iniciativa de associações interessadas em promover e levar avante a criação de revistas da área. Para a autora, as revistas carregavam uma “proposta formadora”, sendo freqüentes conteúdos atinentes à educação moral, cívica e religiosa.

Certamente os autores e títulos acima citados não esgotam as profícuas contribuições bibliográficas sobre o periodismo especializado em educação e ensino, devendo-se necessariamente acrescentar, ainda que de passagem, os levantamentos pioneiros valiosos realizados por Lafayette de Toledo, “Imprensa paulista: memória histórica” (1898), Afonso A. de Freitas “A imprensa periódica de São Paulo” (1915), Carlos da Silveira “Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo: revistas de ensino” (1929), Antonio Barreto do Amaral “Nossas revistas de cultura: ensaio histórico-literário” (1968); e a análise também pioneira de Denice Barbara Catani, “Educadores a meia-luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918” (1989); e as contribuições teóricas de Marta Chagas de Carvalho e Maria Rita de Almeida Toledo (2000), “Reforma escolar, pedagogia da Escola Nova e usos do impresso”.

Norteando-se pela bibliografia e estudos apresentados, iniciei a pesquisa lendo e analisando os treze números da *Revista*. Nessas análises constatei uma variedade de temas e assuntos abordados: nacionalismo, métodos de ensino, urbanismo, civismo, educação moral, saúdes escolar, povo brasileiro, entre outros.

O texto da redação da dissertação está organizado em oito capítulos e cinco anexos; os capítulos estão estruturados em torno de temas e/ou assuntos veiculados nos fascículos da *Revista* e analisados com recurso a bibliografia especializada. Seguem-se então, as referências bibliográficas e os nomes dos acervos consultados.

Assim, no capítulo inicial evidencio alguns aspectos do contexto político e educacional dos anos de 1910 e 1920, procuramos assinalar os reflexos da Primeira Guerra Mundial em nosso país, a emergência dos diversos movimentos nacionalistas, os quais reivindicam em seus programas de ação, a extensão da instrução popular como instrumento de regeneração política e social e construção de uma identidade nacional.

No capítulo 2, abordo em linhas gerais a criação da Escola Normal de São Carlos, e apontamos aspectos de sua estrutura administrativa e pedagógica; em seguida, no capítulo 3, apresento a *Revista* em seus aspectos gerais, tais como, características materiais, aspectos técnicos e visuais, autores colaboradores e formação acadêmica, frequência de colaboração e, por fim, os assuntos abordados.

No capítulo 4, exponho em detalhe os autores e os artigos que versavam sobre o ensino de matérias e de conteúdos que objetivavam a formação do cidadão da República, em especial o ensino da língua pátria, da geografia e da história do Brasil.

No capítulo 5, também mais detidamente elegi os autores e artigos que versavam sobre a problemática representada pela saída do homem do campo, o inchaço das cidades, higiene e saúde pública, assuntos palpitantes e enfaticamente expostos e debatidos pelos autores.

No capítulo 6, por sua vez, procuro examinar o ponto de vista dos autores acerca da identidade nacional e a imigração estrangeira, nele pudemos observar que, o estrangeiro foi visto ao mesmo tempo como solução por ser oriundo das “melhores raças” e perigo de desnacionalização, portanto, fator de desarmonia social. O capítulo 7, foi dedicado à análise dos autores e artigos voltados para o tema da formação moral e cívica das crianças, nele pude perceber a importância atribuída e desempenhada pelas atividades de mobilização realizadas nos espaços intra e extra-escolares, além da grande significância que representaram os cultos cívicos e a prática do escotismo.

O capítulo 8 deteve-se na complexa discussão sobre os modelos de ensino e concepções pedagógicas, certamente, uma das grandes questões educacionais presentes no pensamento pedagógico da Primeira República, às voltas não só com o combate aos índices de analfabetismo como também com a melhora do desempenho e eficiência da escola popular. Da análise foi possível constatar que a *Revista* serviu de veículo de debate e de propostas concernentes a inovação de técnicas e modelos de ensino e aprendizagem.

Capítulo 1

A instrução pública no estado de São Paulo nas décadas de 1910 e 1920

A Proclamação da República no Brasil em 1889 foi um ato realizado com a participação de um pequeno segmento da sociedade. A maioria da população esteve distante e não promoveu grandes manifestações de apoio ao novo regime. Martins (2001b, p.109) considera a proclamação do novo regime como um feito de “elite que visava a preservar privilégios econômicos, sociais e políticos”. Edgard Carone em *A Primeira República: texto e contexto* (1969, p.288), um dos principais estudiosos do período republicano, considera que:

A implantação da República é gesto de uma classe, reivindicação de um grupo em desenvolvimento, que luta contra as formas coercivas de um predomínio político, jurídico e social ultrapassado. As alianças ocasionais, que surgem no correr dos primeiros anos do novo regime, são logo superadas, porque esta classe tem consciência da capacidade para governar sozinha. A Primeira República é o período que os senhores do café ascendem ao poder, alcançam sua plenitude e depois declina para o acaso.

Os detentores do poder econômico agrário e industrial no Centro-Sul, especialmente os cafeicultores do Oeste paulista, juntamente com intelectuais e políticos partilhavam do projeto de construção de uma nação moderna comparável às européias. Designadamente, as décadas de 1910 e 1920 assistiram à passagem gradual do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial, o início da ruptura com a sociedade de características estamentais e a negação da “política dos governadores”.

Nesse período, São Carlos se destacava como uma das mais prósperas e elegantes cidades do interior paulista. A riqueza auferida pelo café proporcionava uma série de melhoramentos materiais que beneficiava a cidade: calçamento e ruas largas, quarteirões simétricos, luz elétrica, linhas telefônicas, bondes, teatros, ferrovia e magníficos palacetes

situados na parte central da cidade. Culturalmente a cidade também demonstrava seu prestígio no cenário paulista e nacional, não só pelos seus estabelecimentos de ensino, como também por ser sede de Bispado.

Com efeito, em 1905 foi criado um colégio de religiosas de origem francesa. Esse colégio iniciou suas atividades no palacete do Conde do Pinhal. Várias alunas originárias de outras cidades da região, principalmente as filhas dos fazendeiros locais, freqüentavam a instituição. A sede própria do colégio foi inaugurada em 1914, todavia, a instalação de uma Escola Normal, 1911 representou a mais importante realização dos fazendeiros.

A Escola Normal Secundária de São Carlos foi de importância para o desenvolvimento da cidade, pois, além de atrair jovens das classes médias e das elites da região, fixou lentes ilustres na cidade, gerando um ambiente propício à criação de clubes literários, reuniões científicas e desenvolvimento artístico. Para Nosella e Buffa (2002) em *Schola Mater: A Antiga Escola Normal De São Carlos*, a Escola Normal seria um prosseguimento dos estudos iniciados no colégio das freiras dedicado, sobretudo, a formação moral e religiosa das filhas dos fazendeiros, posteriormente, complementada com formação intelectual na Escola Normal.

Após a Proclamação da República, a região de São Carlos continuou a ser um pólo de desenvolvimento importante do Estado de São Paulo. A lavoura de café prosseguiu no papel de viga-mestra da prosperidade local. Com o novo regime político e o fim da escravidão, a região passa a receber largos contingentes de imigrantes para compor as forças de trabalho nas lavouras, os quais trouxeram consigo novas atitudes, técnicas e atividades favorecendo o surgimento de indústrias em São Carlos (TRUZZI, 2000).

O primeiro contingente de imigrantes a chegar à cidade data de 1876, quando Antonio Carlos de Arruda Botelho trouxe famílias alemãs para sua propriedade. Entretanto, as entradas mais significativas ocorreram durante os primeiros anos de 1880. Conforme Vilmo

Guimarães Melo (1975, p.112) em sua tese de doutorado *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômica – social do município de São Carlos*, entre os anos de 1901 e 1930, entraram 19.332 imigrantes em São Carlos. Destes, 16.999 declararam as suas nacionalidades, sendo que 36,07% eram espanhóis, 34,60% italianos, 15,99% portugueses, e os demais pertencentes a outras nacionalidades.

Os imigrantes integraram-se, em sua maioria, como colonos nas fazendas de café, contudo, a atividade econômica e social dos imigrantes, teve uma influência decisiva na vida do município. Para Oswaldo Truzzi (2000) em *Café e indústria, São Carlos: 1850-1950* dentre os vários fatores que cooperaram para o desenvolvimento industrial na região de São Carlos, a imigração de europeus favoreceu o surgimento das indústrias na cidade que eram estimuladas pelo capital cafeeiro e ferroviária.

Igualmente ao desenvolvimento da cidade, surgem também preocupações de ordem política, cultural e social que passam a fazer parte do cotidiano da elite local e estadual. Uma das maiores preocupações no período referia-se ao grande número de analfabetos.

A essa época, no Brasil, os índices de analfabetismo eram alarmantes, de fato, um dos mais expressivos intelectuais da Primeira República, Afrânio Peixoto, em *Marta e Maria: documentos de ação parlamentar* (1931) baseado nos recenseamentos decenais apresentava a seguinte súmula numérica:

1872	1. 564.481 sabiam ler e escrever	8. 356.997 não sabiam ler nem escrever
1890	2. 120.559 sabiam ler e escrever	12. 213.356 não sabiam ler nem escrever
1900	4. 448.681 sabiam ler e escrever	12. 989.753 não sabiam ler nem escrever
1920	7. 493.357 sabiam ler e escrever	23. 142.248 não sabiam ler nem escrever

Quadro 1 – Índices de analfabetismo – segundo os censos decenais
Fonte: Peixoto (1931)

Ou seja, por volta de 1920, do total de trinta milhões de habitantes, vinte e quatro milhões eram analfabetos. Já Mario Pinto Serva, com base no recenseamento de 1920, apresentava na 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, no ano de 1927, os seguintes números:

Estados	População	Analfabetos	% de analfabetos
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,4
Bahia	3.334.465	2.720.990	81,6
Ceará	1.319.228	1.073.262	81,4
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,7
Espírito Santo	457.328	349.400	76,4
Goiás	511.919	433.389	84,7
Maranhão	874.337	735.906	84,2
Mato Grosso	246.612	174.819	70,9
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	70,7
Paraíba do Norte	961.106	834.155	68,8
Paraná	685.711	492.512	71,8
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,2
Piauí	609.003	536.061	88,0
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,3
R. G. do Norte	537.135	440.720	82,1
Rio G. do Sul	2.182.713	1.334.771	61,2
Santa Catarina	668.743	471.342	70,5
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,2
Sergipe	477.064	397.429	83,3
Acre	82.379	64.881	70,2

Quadro 2 – Índices de analfabetismo - Estados, Capital Federal e Território em 1920.

Fonte: Serva (1927)

Nesse período, a educação popular foi considerada a via perfeita para superar os aspectos contrários ao desenvolvimento da democracia representativa e modernização. Com efeito, autores como Nagle (1976) e Monarcha (1989) detectam em suas obras uma visão amplamente disseminada na qual a educação escolar aparecia como elemento central na difusão da cultura do progresso.

A Liga de Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon em 1916, e a Liga Nacionalista de São Paulo, criada em 1917, e conduzida por nomes vinculados à instrução pública, como Oscar Thompson e Antonio de Sampaio Dória, elegeram o combate ao analfabetismo como meio de ampliação e moralização do corpo de eleitores, uma vez que a Constituição republicana de 1891 vedava o direito de voto aos analfabetos, mulheres, religiosos e soldados. Para Marta Maria Chagas de Carvalho, em *A escola e a República e outros ensaios* (2003), o elogio da educação popular refletia as expectativas de controle social e modernização cultural próprias da ideologia nacionalista em voga. A idéia de um povo amorfo e adverso à disciplina do trabalho dominava amplos círculos políticos intelectuais, por conseguinte, na busca de soluções reais e imaginárias, os temas relacionados à miscigenação, imigração, êxodo rural, urbanização e a industrialização provocavam debates permanentes.

A imigração européia, cujo auge ocorreu entre 1888 e 1914, certamente foi um dos temas que concentrou parte da atenção dos círculos ilustrados, os imigrantes em sua maioria traziam consigo experiências operárias e idéias comunistas, socialistas e anarquistas. Para alguns, o “elemento estrangeiro” era fator de promoção da civilização e superação dos “males” e “problemas” originários da herança africana e indígena; para outros, “elemento estrangeiro” representava uma ameaça à unidade e à identidade nacional. Na análise de Jorge Nagle constante na obra *Educação e sociedade na Primeira República*, os imigrantes desempenharam um papel relevante no campo social:

A imigração foi elemento importante na alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, e representou nova modalidade da força de trabalho, qualitativamente diferente daquela formada nos quadros da produção escravagista. Este fato vai explicar o aparecimento de novos sentimentos, idéias e valores no processo de integração social. (1976, p.24).

No Brasil, após a Primeira Guerra Mundial, o país viveu uma onda de aspirações nacionalistas, em “A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira”, Rosa Fátima de Souza considera que os movimentos e campanhas nacionalistas tinham como finalidade a elevação moral e política do país e como principais temas o voto secreto, a erradicação do analfabetismo e o serviço militar obrigatório.

O fervor nacionalista, alimentado por alguns grupos políticos e intelectuais descontentes com a oligarquia no poder e os desvirtuamentos da República, trouxe à baila a questão da nacionalidade brasileira, o combate à estrangeirização do Brasil, a reforma política, a moralização dos costumes e a regeneração da nação. (2000a, p.109)

Em *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*, Boris Fausto (2001) expressou conclusões semelhantes, os movimentos de cunho nacionalista popularizam a urgência do serviço militar obrigatório reforçando a importância das Forças Armadas, e da difusão de um ensino cívico. De fato, intelectuais, políticos, médicos, engenheiros, sociólogos, professores, literatos, colocaram a urgência de “pensar” o Brasil e seu futuro. Sem dúvida, a Primeira Guerra Mundial provocou um impacto entre os intelectuais, reacendendo a necessidade de refletir o Brasil do ponto de vista brasileiro. Conforme Lucia Lippi de Oliveira, em “A questão nacional na Primeira República”:

O impacto da Primeira Guerra Mundial se torna presente em vários países do mundo. O século XIX é considerado o maior século, pois só acaba em 1914. Se a Europa está decadente, o futuro estará na América. Daí ser necessário repensar o Brasil marcado pelo atraso econômico, pelo clima e pela raça. Estes fatores eram pensados como negativos porque a elite se via e pensava o país com mentalidade européia. Era preciso quebrar este constrangimento externo e voltar-se para as raízes brasileiras. Era preciso inventar a autenticidade — buscar raízes nacionais em um passado histórico ou imemorial (mitos). (1997, p.198)

Para Tania de Luca, autora de *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação* (1999, p.19), as elites tinham a convicção de que eram responsáveis por revelar a verdadeira face do Brasil e promover o progresso: “o credenciamento para a tarefa proviria de uma suposta qualificação para desvendar as regras do funcionamento social e desse modo formular, a partir de dados e critérios objetivos, políticas de ação”. Conclui afirmando que a República não cumprira suas promessas.

Dos objetivos da Liga de Defesa Nacional, Jorge Nagle destacou a manutenção das idéias de coesão e integridade nacional, defesa do trabalho, difusão da instrução militar, desenvolvimento do civismo, culto do heroísmo, associações de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos, avivamento do estudo da história e tradições brasileiras, valorização do ensino do idioma pátrio, especialmente nas escolas existentes nos núcleos de imigrantes, difusão do ensino popular e profissional, e, sobretudo o combate ao analfabetismo.

Os diretórios estaduais da Liga de Defesa Nacional eram dirigidos por nomes influentes e “aos Presidentes dos Estados caberá presidência do Diretório, à semelhança do Diretório Central, com sede no Rio de Janeiro, em que o Presidente da República será sempre seu presidente” (NAGLE, 1976, p.45). De modo geral, os aderentes da Liga proferiam palestras e conferências nas proximidades das datas nacionais: 15 de novembro e 7 de setembro e centravam suas pregações na “formação da consciência nacional” e valorização do povo e da terra enfatizando a disciplina e a ordem necessárias para a construção de uma nação moderna. Ao diferenciar “dirigentes” e “dirigidos”, os quadros da Liga comprometiam-se “com um ideário aristocrático com o princípio tutelar de determinada ‘elite’” (idem, p.46). A Liga de Defesa Nacional foi alvo de críticas por agir por impulso, e apregoar uma mudança radical e fácil da população por meio da vontade e catequização cívica.

Com propósitos semelhantes aos da Liga de Defesa Nacional, a organização paulista tinha entre seus objetos, além da luta pela defesa nacional e o desenvolvimento da

educação cívica, um aspecto peculiar relativo à questão do voto e da representação. Seus idealizadores entendiam que somente a partir de uma campanha em prol da alfabetização permitir-se-ia que maior parte da população gozasse de direitos políticos. Dentre as bandeiras de luta constavam à educação popular, o escotismo, o voto secreto e obrigatório e o serviço militar. A Liga Nacionalista de São Paulo diferenciava-se da Liga de Defesa Nacional em vários aspectos.

Pela comparação dos quadros dos objetivos da Liga de Defesa Nacional e da Liga Nacionalista de São Paulo – como já anotado – nota-se que esta acrescenta outros objetivos; por exemplo, o que consiste em “combater a abstenção eleitoral bem como todas as fraudes que corrompem e viciam o exercício do voto”, que constituirá a nova dimensão do temário nacionalista a partir daí. (NAGLE, 1976, p.46).

Em *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*, Valéria Antonia Medeiros (2005, p. 38-39) constatou que a Liga Nacionalista de São Paulo era integrada por nomes vinculados a estabelecimentos de ensino de prestígio como: as faculdades de Direito e Medicina, a Escola Politécnica, e as escolas normais da Capital e do Interior do estado. Dentre os dirigentes, sobressaíam os nomes de Amadeu Amaral (poeta e jornalista), Antonio de Sampaio Dória (jurista e professor da Escola Normal da Praça), Antonio Francisco de Paula Souza (engenheiro e diretor da Escola Politécnica), Arnaldo Vieira de Carvalho (médico e diretor da Faculdade de Medicina), Emílio Ribas (médico), Francisco Morato (jurista e professor da Faculdade de Direito), Frederico Vergueiro Steidel (jurista e professor da Faculdade de Direito), José Carlos de Macedo Soares (jurista), Júlio de Mesquita Filho (jurista e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*), Oscar Thompson (diretor da Escola Normal da Praça e da Instrução Pública), Plínio Barreto (jurista e jornalista). Segundo a autora, as atividades da Liga foram marcadas por estratégias educativas na divulgação de uma nova cultura, ou seja, uma “cultura

cívica”, capaz de formar o “homem novo” para a “pátria nova”. De modo geral, os dirigentes difundiam as idéias através da distribuição de folhetos, livros, boletins, realização de conferências e artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*. A influência da Liga Nacionalista de São Paulo no interior do estado era notória, fosse pelas amizades, fosse pelos laços políticos entre dirigentes e poderes municipais.

Para Jorge Nagle, a Liga Nacionalista de São Paulo se caracterizou mais pelo aspecto político do que pelo humanitário: visava a ampliar o corpo de votantes, pois apenas 35% da população participavam das eleições, daí o incentivo a criação de núcleos de alistamento eleitoral e de propaganda em defesa da obrigatoriedade do voto secreto. Diferentemente, Valéria Antonia Medeiros (2005, p. 123) afirma que “a ação educacional da Liga Nacionalista foi bem mais complexa do que a literatura a respeito faz supor”, isto é, visava objetivos mais abrangentes, ou seja, transformações no âmbito da cultura, política e da sociedade.

Em *A instrução pública em São Paulo: a reforma de 1920*, Heládio Cesar Gonçalves Antunha considerou que o período de 1889 a 1920 foi uma etapa decisiva na vida econômica, social e política do estado de São Paulo, elevando-o a uma posição de liderança no conjunto da Federação republicana e na expansão de idéias nacionalistas na década de 1920, fosse pelo receio provocado por uma possível invasão estrangeira, fosse pela presença massiva de contingentes de imigrantes residentes no país, fosse ainda pela superioridade do imigrante perante o elemento nacional, e, sobretudo, pelo despreparo militar, falta de civismo e analfabetismo da população brasileira.

O desenvolvimento econômico e o afluxo imigratório em direção ao Oeste do estado fizeram surgir inúmeros estabelecimentos de ensino, como grupos escolares, escolas normais nalguma medida ginásios². De modo geral, a instrução foi considerada pelos

² Sobre a criação e organização didática das escolas primárias de tipo novo, os grupos escolares, ver: Souza (1998); sobre a organização didática e expansão do ensino normal no estado de São Paulo, ver Tanuri (1979).

republicanos paulistas como signo de instauração da nova ordem social, assim, as escolas deveriam atuar no sentido de garantir e aprimorar o novo regime. Portanto, se a escola era condição para o progresso, tratava-se então, de “oferecer o ensino a toda a sociedade”, mas não “oferecer todo o ensino a toda a sociedade” como escreve Maria Lúcia Spedo Hilsdorf, em *História da educação brasileira: leituras* (2003, p.61).

As disposições constantes na Constituição Republicana de 1891 estabeleciam que a instrução primária e a profissional, inclusive o ensino normal, eram de responsabilidade dos estados e municípios. São Paulo, uma das unidades federadas mais desenvolvidas, foi uma das primeiras a organizar um sistema escolar, cujo modelo seria adotado em outras unidades do país. Esse sistema começou a ser construído com reforma da Escola Normal conduzida por Antonio Caetano de Campos, em 1890. Conforme Monarcha, na obra *A escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes* (1999, p.174-5), Caetano de Campos foi um intelectual de renome:

Dedica-se à medicina no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, na Beneficência Portuguesa e em sua clínica particular; exerce magistério na sociedade Propagadora da Instrução, Colégio Pestana e Escola Neutralidade de João Köpke e Antonio da Silva Jardim; e figura no catálogo da Biblioteca Útil como autor do livro *Darwinismo* ao lado de Rangel Pestana, autor de *A teoria da seleção aplicada à sociedade*.

Para o autor, o reformador concebia “o mundo orgânico, social e mental como fruto da evolução inscrita na realidade”, desse modo, “as transformações das espécies biológicas estimulam a interpretação das sociedades, considerando-se a humanidade como ser que evolui sob o determinismo das mesmas leis”. Essa concepção fundamentou as ações do reformador que projeta o ensino “organizando-o em harmonia com a gênese evolutiva do intelecto humano e projetando escolas graduadas que envolvem o indivíduo dos 4 aos 18 anos” (MONARCHA, 1999, p. 174-5).

Para Leonor Maria Tanuri, “História da formação de professores” (2000), a reforma estendeu-se para o conjunto da instrução paulista pela Lei n.88, de 8 de setembro de 1892, e alterada pela Lei n.169, de 7 de agosto de 1893, quando Gabriel Prestes exerceu a direção da Escola Normal. Essas leis “consubstanciam as principais idéias das elites republicanas paulistas para a instrução pública” (p.69). A reforma introduziu o ensino primário de oito anos composto de curso elementar e curso complementar, implantou grupos escolares mediante reunião de escolas isoladas, criou em lei um curso normal superior anexo à Escola Normal para a formação professores de escolas normais e ginásios.

Nas décadas iniciais do século XX seriam implantadas outras escolas normais com estrutura e funcionamento semelhantes à Escola Normal da Capital, a célebre Escola Normal da Praça. Em outro trabalho, *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*, Leonor Maria Tanuri (1979) concluiu que as reformas realizadas nessas décadas favoreceram a expansão do ensino primário e normal; o aumento da matrícula escolar fez com que o Congresso decretasse a transformação das escolas complementares em estabelecimentos de formação de professores preliminares³. Essa iniciativa deu origem a um dualismo: de um lado, as escolas normais dotadas de currículos enciclopédicos; de outro, escolas complementares com currículos reduzidos, um professor lecionando até doze disciplinas, formadoras de “professores complementaristas”.

O ano de 1911 foi particularmente inovador, Oscar Thompson à frente da diretoria geral da instrução pública, transformou as escolas complementares em escolas normais primárias, cujo currículo abrangia seis cadeiras. Surgiam as escolas normais secundárias da Capital, Itapetininga e São Carlos; e as escolas normais primárias localizadas em Piracicaba,

³ Segundo Leonor Maria Tanuri (2000, p.69-70), as tentativas de implantar um ensino primário em dois ciclos – elementar e complementar ou superior – foi somente a partir da segunda década do século XX que os estados começaram a instalar cursos complementares com caráter de curso geral básico e preparação para a escola normal, justapondo-se paralelamente ao secundário. “Nestas condições, introduzia-se em nosso sistema de ensino uma bifurcação nos estudos gerais imediatamente após a escola primária [...]. A criação do curso complementar estabelecia um elo de ligação entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passava a exigir maiores requisitos de formação”.

Pirassununga, Botucatu, Brás, Casa Branca, Guaratinguetá e Campinas, depois, em 1913, viriam as de Casa Branca e feminina do Brás, capital do Estado.

Em 1920, Antonio de Sampaio Dória, professor de Pedagogia e Psicologia na Escola Normal da Praça, ao assumir a diretoria geral da instrução reformou a instrução pública paulista, Lei n.1.750, de 8 de dezembro de 1920. Dentre as inovações, podemos citar, o recenseamento escolar, a implantação do Conselho de Educação, reuniões de autoridades escolares, a criação das delegacias de ensino cujos delegados assistidos por 35 inspetores supervisionariam o sistema escolar e maiores cuidados no tocante a frequência e obrigatoriedade escolar. A reforma visava a primeiramente combater o analfabetismo, especialmente entre crianças em idade escolar residentes nos núcleos de imigrantes. Para dar suporte técnico às ações técnicas, Sampaio Dória planejou a execução de um recenseamento escolar para distribuição racional das escolas, cujos resultados foram surpreendentes, especialmente, para um estado como São Paulo, considerado na vanguarda do ensino popular. No *Recenseamento escolar: Relatório* apresentado ao exmo. Sr. Dr. Alarico Silveira, Secretario de Estado dos Negócios do Interior, escrevia Antonio de Sampaio Dória, Diretor Geral da Instrução Pública (1920. p.6).

Hoje sabemos ao certo a extensão do analfabetismo infantil em São Paulo. É maior que se esperava. E por ele se pode imaginar o que vai por outros Estados, onde a instrução não corre par a par com a de São Paulo. O Brasil deve considerar seriamente a chaga que hoje se lhe corrói o seio. O recenseamento escolar, aqui, é um brado e um aviso. Que a União se interessava pelo problema e se salvará, ou estaremos na iminência de ver medrar, entre nós, os horrores da anarquia.

Total de crianças em idade escolar – 6 e 12 anos - 656.114
144. 759 mil sabiam ler - 511.314 eram analfabetas
187. 314 freqüentavam a escola - 468.800 não freqüentavam a escola
373. 382 eram filhos de pais brasileiros - 282. 32 eram filhos de pais estrangeiros

Quadro 3 – Recenseamento Escolar – São Paulo – 1920
 Fonte: (Sampaio Dória, 1920)

Sancionada a Lei nº 1.750, em dezembro de 1920, a reforma entrou em vigência e, com ela, um “tipo novo da escola alfabetizante”. Essa reforma seria saudada pela historiografia da educação como a primeira do ciclo de reformas estaduais realizadas sob o signo do “movimento da Escola Nova”. A “escola de tipo novo” introduziu mudanças polêmicas: ensino primário obrigatório e gratuito de dois anos para crianças entre 9 e 10 anos de idades; não-reprovação, para permitir elevação das matrículas; criação do “curso médio”, formado pelo 3º e 4º ano primário, com pagamento de taxa de matrícula. Outra medida do reformador referia-se à unificação das escolas normais existentes pelo padrão da escola normal secundária. Para Jorge Nagle (1976, p.102), a reforma concretizava aspirações da Liga Nacionalista de São Paulo, mais exatamente o “ideário de republicanização da República, de sua democratização, de elevação intelectual e moral das amplas camadas da população, de formação da consciência cívico-patriótica”.

Naquele momento, as inquietações expressavam anseios interpretados pelo que Jorge Nagle considerou como uma preocupação quantitativa, de ampliação horizontal do sistema escolar de ensino, um “entusiasmo pedagógico” na sua conhecida formulação, e não uma preocupação com a qualidade, o que viria ocorrer na fase posterior, por ele denominada de “otimismo pedagógico”. Nos anos antecedentes da década de 1920, o objetivo era estender a instrução básica ao maior número de pessoas, o anseio dos primeiros republicanos em propiciar uma formação integral ia ficando para trás cedendo lugar a uma instrução básica.

Sucessor de Sampaio Dória na diretoria geral da instrução, Guilherme Kuhlmann, em entrevista a *Revista Nacional* traçou um panorama do sistema escolar paulista, ao mesmo tempo em que ressaltava a evolução quantitativa proporcionada pela reforma de 1920.

Ano/Escolas	1919	1920	1921	1922
Grupos Escolares	187	195	197	198
Escolas Reunidas	39	52	148	222
Total de unidades escolares	4.416	4.637	4.897	5.255
Matrícula Geral	183.000	194.778	229.553	241.178

Quadro 4 – Evolução do sistema escolar primário paulista -1919-1922

Fonte: Kuhlmann (1923)

Otimista com os resultados, Guilherme Kuhlmann encerrava a entrevista afirmando que: “Hoje o desenvolvimento da instrução pública de S. Paulo acompanha a evolução rápida do Estado. Onde quer que surja uma povoação será encontrada também a escola primária, como sentinela da civilização” (1923, p.646).

Capítulo 2

A Escola Normal Secundária de São Carlos

A Escola Normal Secundária de São Carlos foi implantada no contexto explicitado anteriormente. De modo geral, as cidades do interior paulista bem sucedidas nas negociações com o governo do Estado para a implantação de grupos escolares, ginásios ou escola normal demonstravam a força dos grupos de poder locais.

Desde o fim do século XIX e começo do século XX, São Carlos, pólo cafeicultor, tornou-se uma das mais prósperas e ricas cidades do estado de São Paulo: “Casa grande e senzala, imigrações européias, povoamento urbano, cultura, escolas, tudo estava sob a régia do rei do café” escrevem Paolo Nosella e Ester Buffa, em *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos: 1911-1933* (2002, p.28). Os filhos dos fazendeiros, quando crianças eram educadas por preceptores, as moças encaminhadas para colégios confessionais, geralmente em regime de internato, onde aprimoravam hábitos que faziam parte do dote matrimonial, e os rapazes eram preparados para cursar o ensino superior no Brasil ou na Europa⁴.

Em 1908, foi instalada a Escola Complementar “Conde do Pinhal”, todavia, devido a desavenças políticas, o prédio permaneceu fechado, mais tarde optou-se pela instalação de uma escola profissional nos moldes das instituições existentes na república Argentina. A indústria local era incipiente, uma escola profissional revelava antes de tudo um ato de assistencialismo às crianças pobres⁵. Na análise de Paolo Nosella e Ester Buffa (2002), a instituição de ensino que melhor correspondia aos interesses locais era “uma escola humanística tradicional de cultura geral, voltada à formação das moças bem-nascidas e destinadas a se tornarem esposas e mães cristãs” (p.35).

⁴ Sobre a instrução pública na cidade de São Carlos, no século XIX ver Almeida (2006).

⁵ Sobre o desenvolvimento econômico da cidade de São Carlos ver Truzzi (1986).

Assim, em 1911 foi instalada a Escola Normal Secundária no edifício anteriormente destinado à Escola Complementar “Conde do Pinhal”, edifício logo dado por inadequado para tal finalidade. Já a escola-modelo anexa ao instituto entrou em funcionamento em fevereiro de 1912, contando com uma seção masculina e outra feminina e uma classe por ano, até o total de quatro em cada seção.

Em 18 de setembro de 1913, iniciava-se, a construção de um novo e o majestoso edifício para a Escola Normal. Projetado pelo arquiteto alemão Carlos Rosencrantz e construído pelo engenheiro Raul Porto com auxílio do mestre-de-obras Torello Dinucci, o edifício foi concebido em estilo eclético, mesclando elementos neoclássicos e *art-nouveau*. Para Paolo Nosella e Ester Buffa, havia “espaços típicos de instituições de cultura geral com biblioteca, hall, diretoria, laboratórios científicos, anfiteatro”. Integrada por um corpo docente respeitável visto pela população “envolto numa aura mística, quase olímpica” (2002, p.38).

Lentes	Cadeiras
1ª cadeira – Português e Latim	Dr. Atugasmin Médici
2ª cadeira – Português e Latim	Arthur Raggio Nobrega
3ª cadeira – Francês	Juvenal Penteado
4ª cadeira – Inglês	Dr. Teodorico de Camargo
5ª cadeira – Matemática	Dr. Mario Natividade
6ª cadeira – Matemática	Dr. Francisco Z. Penteado
7ª cadeira – Física e Química	Sebastião Paulo de Toledo Pontes
8ª cadeira – História Natural	Dr. Astor Dias de Andrade
9ª cadeira – Geografia	Ezequiel de Moraes Leme
10ª cadeira – História da Civilização	Dr. Dagoberto Salles
11ª cadeira – Psicologia	Dr. Carlos da Silveira
12ª cadeira – Psicologia	João Augusto de Toledo
13ª cadeira – Metodologia	Antonio Firmino de Proença

Quadro 5 - Cadeiras e Lentes da Escola Normal de São Carlos (1917).

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*

Aulas	Professores e regentes
1ª aula – Música	Maestro Lázaro Rodrigues Lozano
2ª aula – Escrituração Mercantil	João de Campos
3ª e 4ª aulas – Caligrafia e Desenho	Rafael Falco
5ª e 6ª aulas – Ginástica	Guilherme Thiele
7ª aula – Trabalhos	Jorge Barbato
8ª aula – Trabalhos	Lucilla Pompêo de Camargo
1ª aula – Música	Maestro Lázaro Rodrigues Lozano
2ª aula – Escrituração Mercantil	João de Campos

Quadro 6 - Aulas, professores e regentes da Escola Normal de São Carlos (1917).
 Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*.

Como o professor Dr. João Chrysostomo fora nomeado Diretor Geral da Instrução Pública do Estado em novembro de 1911, assumiu como diretor - interino da Escola Normal, o professor Juvenal Penteado em 1 de dezembro, permanecendo no cargo até agosto de 1916, quando solicitou exoneração, nessa data o professor Antonio Firmino Proença assumiu a direção do estabelecimento.

Maria Christina Girão Pirolla, em *Memórias do Instituto: 1911-1976* (1988), traçou esboços biográficos dos lentes da Escola Normal valendo-se de expressões tais como: “advogado e profundo estudioso da língua Inglesa”; “engenheiro advogado, excelente poeta e brilhante professor”; “engenheiro, conhecedor das disciplinas que lecionava e com uma vasta cultura literária”; “uma das inteligências vivas que a Escola teve”; “foi aprovado com brilhantismo, revelando ser um conhecedor do assunto”. Na avaliação da autora, a Escola Normal Secundária de São Carlos foi uma imponente instituição de ensino do interior paulista atraindo alunos de outras localidades; pela representatividade intelectual do corpo docente, a Escola Normal teria sido uma espécie de precursora das faculdades de filosofia fundadas nas décadas seguintes.

O currículo do Curso Normal privilegiava a cultura geral, letras e ciências. Das treze cadeiras apenas três eram de formação profissional, cuja ciência básica era a psicologia de fundamento biológico; o programa da disciplina Psicologia abrangia: “estudos do sistema

nervoso, do cérebro, do cerebelo, cinco sentidos, da memória, dos hábitos”; mais tarde, foi incluída a disciplina Métodos e Processos de Ensino e História Filosófica da Educação (NOSELLA; BUFFA, 2002, p.92). Intensamente debatida no período, a disciplina Psicologia coadjuvada pela Metodologia era considerada um dos pilares da formação do professor primário, como pode ser verificado no documento veiculado na *Revista da Escola Normal Secundária de São Carlos*, n.11, dezembro de 1921, “Introdução aos programas de Psicologia, Pedagogia e Metodologia das Escolas Normais Paulistas”, trabalho apresentado à Reunião dos Diretores do Ensino, realizada em S. Paulo, em julho de 1921, assinado pelo eminente professor João Toledo.

A Escola Normal possuía instalações para as atividades teóricas e práticas: duas bibliotecas uma para alunos outra para professores, em cujo acervo constavam obras clássicas de literatura e ciência, e outra conhecida como “Biblioteca Circulante de Educação”, criada pelo professor Aurélio de Souza. O acervo era mantido e atualizado anualmente “com a contribuição semestral dos alunos (3 mil réis) e com a pequena multa cobrada aos infratores que não obedeciam ao prazo de permanência com a obra, isto é, de três dias no máximo” (PIROLA 1988, p. 23). (Ilustração – 1) ⁶.

Havia o Laboratório de Física equipado com instrumentos para demonstração dos princípios de mecânica, cinemática, ótica, calor, eletricidade, magnetismo, acústica e barologia; o Laboratório de Química equipado com vidraria clássica de laboratório originária da França; o Laboratório de História Natural equipado com e material para o estudo de biologia, antropologia, botânica, zoologia, geologia e mineralogia; o Gabinete de Psicologia Experimental para treino dos alunos em medições antropométricas, acuidade sensorial,

⁶ Ver a propósito o projeto "Recuperação, conservação e organização do acervo documental e bibliográfico da Escola Estadual Álvaro Guião" aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar e coordenado pela Prof^a. Dra. Alessandra Arce e Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi. Consultar: <http://www.dci.ufscar.br/ieag/index.php>

auditiva, gustativa e tátil; e o Gabinete de Geografia com coleções de mapas, globos terrestres, atlas, bússolas, barômetros, termômetros. (Ilustração – 2).



Ilustração - 1 – A Biblioteca da Escola Normal de São Carlos contava com um acervo riquíssimo com obras raras, algumas datadas do final século XVI.

Fonte: Nosella & Buffa (2002, p.83).



Ilustração - 2 – O Laboratório de Ciências da Escola Normal de São Carlos era constituído de diversos aparelhos importados da Europa e dos Estado Unidos da América.

Fonte: Nosella & Buffa (2002, p. 89).

Ao lado das instalações anteriormente citadas constavam também:

Sala de Educação Física – equipada com aparelhos de ginástica sueca, parede, quadros suspensos, barras paralelas, cavalos para saltos, cordas, bolas, bastões, equipamento para esgrima, equipamentos de esportes de campo e quadra de tênis, basquete, vôlei, *cricket*, salto em altura, pista de corrida. (Ilustração – 3).

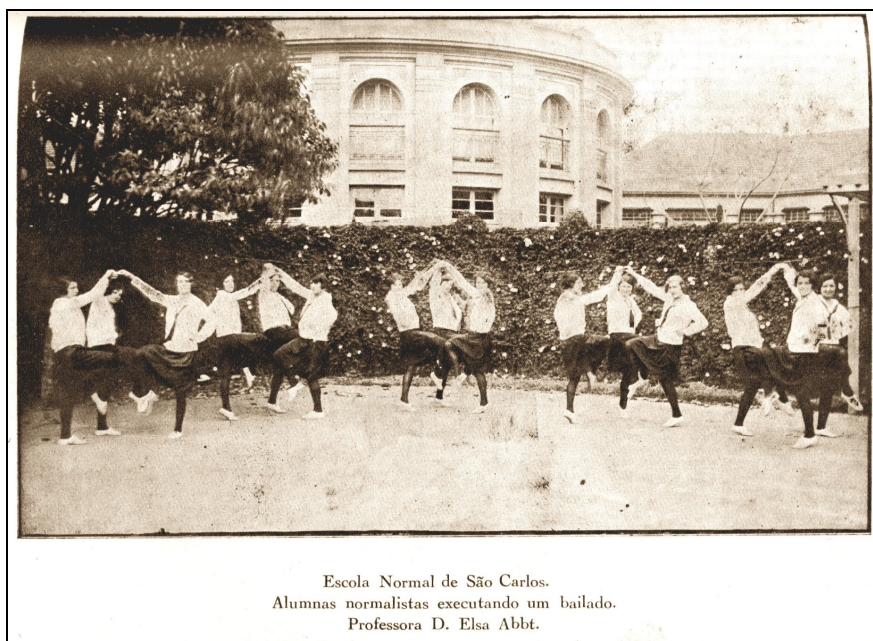


Ilustração 3 – As atividades físicas na Escola Normal de São Carlos eram consideradas de suma importância para o desenvolvimento do educando, a dança em especial, se destacava com arte que valorizava a elegância e disciplina dos alunos.

Fonte: *Revista de Educação* v.1,n.1, mar.,1933.

Sala de Trabalhos Manuais (seção masculina) – equipada com tornos de madeira, serras de fita, tico-tico, circular, bancadas de marcenaria, escultura em barro e coleções de modelos de ornatos gregos e romanos para esculturas em barro e gesso.

Sala de Trabalhos Manuais (seção feminina) – equipadas com coleções de revistas francesas e italianas para o ensino de trabalhos em com agulha, fogão e utensílios para cozinhar.

Sala de Desenho – equipada com coleções de sólidos geométricos, modelos e objetos para aulas de desenho ao natural e compassos, transferidores, pedestais, pranchetas e esquadros, entre outros. (Ilustração – 4)



Ilustração - 4 – A Sala de Desenho da Escola Normal de São Carlos era composta por diversos materiais didático-pedagógicos pautados nos estudos mais modernos da época.
Fonte: Morila (2005, p.56).

Pessoal da administração	Nomes
Diretor	Mariano de Oliveira
Auxiliar	Aníbal Francisco Caldas
Secretário	Waldomiro Caleiro
Professora – Inspetora das alunas	Lucilla Pompêo de Camargo
Bibliotecário	José de Camargo
Preparador	José Bentim
Zelador do Museu	Trajano Assumpção Pacheco
Oficial da Secretaria	Álvaro de Camargo
Amanuense	Luiz Schreiner
Amanuense Arquivista	Elias de Camargo Penteadó
Porteiro	Trajano Assunção Pacheco
Encarregado do Gabinete de Psicologia	Manoel de Toledo Silva
Auxiliar do professor de Trabalhos Manuais	João de Faria
Auxiliar do professor de Trabalhos Manuais	Álvaro Nery
Contínuos	Artur Augusto R. de Souza, Francisco Nunes Meirelles, Isaías Gonçalves, Francisco Brandão, Francisco de Oliveira Lemos,
Serventes	João Lopes de Camargo Pedro Cavasim, Luiz Prataviera Antonio Guimarães, Ozório de Camargo, Flávio de Sampaio e Souza

Quadro 7 - Pessoal da administração Escola Normal de São Carlos (1917).

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*.

A primeira turma de alunos matriculados era formada por 62 alunos, assim distribuídos: seção masculina 20, seção feminina 42. Em 1917 a situação era bem diferente.

Ano /série	Alunos na Seção feminina	Alunos na Seção masculina
1º ano	43	25
2º ano	47	21
3º ano	44	11
4º ano	26	5

Quadro 8 – Alunos matriculados – 1917.

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n.2, jun., 1917.

Segundo dados numéricos constantes em um dos fascículos publicados em 1923, o instituto havia formado até esse ano 10 turmas de professores primários.

Anos	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923
Homens	7	9	10	5	8	12	7	6	6	4
Mulheres	27	31	27	26	25	48	25	35	25	25
Totais	34	40	37	31	33	60	32	41	31	29

Quadro 9 – Alunos diplomados – homens e mulheres

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, 1917, 1918, 1919, 1921, 1922, 1923.

A preocupação com a formação e desempenho dos professorandos era uma constante no cotidiano da instituição, muitas informações a respeito do desempenho e conteúdos trabalhados pelos discentes encontram-se registrados no “Livro de Ouro” da Escola Normal. Trata-se de um registro contendo as provas e trabalhos de alunos e alunas do curso normal, transcritos pelos próprios alunos-autores e firmados. Os conteúdos versavam sobre as disciplinas do currículo de formação, como Francês, Português, Latim e Psicologia.

O “Livro de Ouro” da Escola Normal de São Carlos foi analisado por Paolo Nosella e Ester Buffa (2002), no livro *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)*. A análise do conteúdo desse documento levou esses autores às seguintes conclusões:

- a) ênfase no cientificismo evolucionista e determinista; b) relações de poder (reis – ministros, ricos – pobres etc.) resolvidas num humanismo tradicional e assistencialista; c) temas de cultura geral mais valorizados do que os especificamente pedagógicos; d) trabalho alheio a ciência no sentido de que o processo e os problemas sociais e produtivos não constituem objeto de estudos. (idem, p.96)

E notaram a existência de um número significativo de avaliações e trabalhos transcritos na década de 1910, os quais diminuem nas décadas seguintes, indicando, a diminuição do entusiasmo inicial⁷.

Outro ponto de destaque da instituição remete as atividades culturais organizadas pelo Grêmio Normalista “22 de Março”: conferências culturais e científicas e a publicação das revistas *Excelsior!*, *O Normalista*, *O Raio Verde* e *O sorriso*, “Órgão da Barraca das Normalistas”. Por sua vez, o corpo docente que além da publicação da *Revista da Escola Normal de São Carlos* promovia festas cívicas e conferências. Em uma das conferências proferidas no anfiteatro, Ezequiel de Moraes Leme referia-se ao instituto nos seguintes termos:

Este Templo, votado à Minerva e à Pátria, raramente se abre e se engalana de luzes, para que os dignos filhos do Brasil venham purificar o seu patriotismo, por meio duma prece cívica. E quando ele se abre, para tal fim, o número dos que se dignam de comparecer não é tão elevado, quando era lícito esperar atendendo ao espírito culto de nossa população.

E prosseguia:

⁷ Taís M. Manieri e Alessandra Arce (2008) retomaram a análise desse documento no artigo “O Livro de Ouro da Antiga Escola Normal da Cidade de São Carlos (1911-1945): pistas e rastros para apreender as idéias pedagógicas presentes na formação das normalistas primeira”. Essas autoras atribuem grande importância a esse documento para o estudo das práticas e idéias ensinadas no instituto. Os autores aludidos destacam a perfeição estética das avaliações, o capricho nas letras e desenhos denotam a domínio das disciplinas Desenho e Caligrafia Manieri e Arce, em suas análises sobre o registro documental, levantam aspectos importantes: grande parte das transcrições é de autoria de alunas, alguns dos sobrenomes indicam tratar-se de filhas de importantes famílias locais: Galli, Benitti, Arruda, Mattos, Penteadó, Sampaio, entre outros. Ainda segundo as autoras As transcrições da disciplina Psicologia abordam temas significativos: como funções da memória, atos reflexos, consciência e subconsciência, imaginação; os autores citados: Roark, Richet, Claparède e Pascal. Indicando de modo sutil a presença de idéias escolanovistas como, por exemplo, a preocupação com a memória, cérebro e testes. As transcrições relativas à disciplina Pedagogia realizadas entre 1914 e 1920 replicavam assuntos significativos, muitos deles discutidos nas páginas da *Revista*, alguns dos títulos: “Fröebel e sua obra”, com citações de Pestalozzi, “As primeiras idéias de Darwin e Lamarck: conclusões para a educação” com citações de Buffon e Herbert Spencer; “Como colocar o jogo na formação mental” com citações de Fröebel, Spencer, Karl Gröss e Stanley Hall. Essa última, entretanto, como apontado pelas autoras, particulariza-se pela renovação no modo de pensar e conceber a infância.

É preciso, pois, que nos empenhemos em dar às festas cívicas toda a imponência possível e que inculcamos, no espírito dos brasileiros, ser a participação de todos, em tais solenidades, um dever imperioso, a que não podem fugir. O patriotismo é uma virtude que precisa ser cultivada, como todas as virtudes. E aqueles que não curam desse cultivo, certamente não terão braços suficiente fortes para repelir, com a devida energia, uma afronta a nação de que são parcelas (1917a, p.14).

Todavia, ao mesmo tempo em que a Escola Normal inspirara progresso, preservava privilégios típicos de uma sociedade tradicional e/ou rural: “não era propriamente a formação do professor e seu engajamento no magistério, mas sim, o rigor nos estudos de cultura geral necessária para formação e distinção da sociedade tradicional” (NOSELLA; BUFFA, 2002, p.100). A distinção social da elite local pela aquisição da cultura objetivava “demarcar e legitimar uma fronteira intransponível entre si e os trabalhadores naturais”, os fazendeiros não almejavam apenas a distinção social, mas também a direção da sociedade, portanto, a escola ideal “deveria formar dirigentes capazes de enfrentar, de forma competente, numerosas e variadas relações sociais e de trabalho” (idem).



Ilustração 5 – A Escola Normal de São Carlos reuniu nomes ilustres do meio político-educacional em eventos como Palestras e Conferências abertas ao acesso da população são-carlense e região.

Fonte: Motta (1935).

Capítulo 3

A Revista da Escola Normal de São Carlos **e suas características**

A análise da *Revista da Escola Normal de São Carlos* revela não só a problemática concernente às “questões de ensino”: métodos e processos didáticos, programas escolares, currículo da escola primária e do curso normal, como visões sobre as finalidades sociais da escola normal, do magistério primário e avaliações dos rumos sociedade e da cultura brasileira. Com efeito, nas páginas da *Revista*, encontramos opiniões e valores atinentes sobre o fenômeno designado por Jorge Nagle de “republicanização da república”, no interior desse fenômeno atribuiu-se a extensão do ensino primário e a sua realização eficiente como um papel decisivo na consolidação do regime participativo e construção da identidade nacional.

No artigo pioneiro “Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo: revistas de ensino”, Carlos da Silveira, assim delineou o perfil da *Revista*.

Esta revista era publicada, como o nome o indica, em São Carlos, tendo sido organizada pelos lentes da Escola Normal Secundária da referida cidade, como “órgão de propriedade e redação do corpo docente”. Só publicava trabalhos inéditos, era gratuita e as despesas custeadas por subscrições feitas dentro da Escola, entre os docentes e administrativos. Semestral, mereceu, depois de algumas edições, o auxílio municipal de 300\$000 anuais. O primeiro fascículo saiu em Novembro de 1916 e o último em Dezembro de 1923, possuindo a coleção completa 13 fascículos. O fato de exigir trabalhos inéditos e a circunstância todo especial da gratuidade deram à “*Revista da Escola Normal de São Carlos*” uma feição simpática que muito contribuiu para a divulgação de bons trabalhos. (1929, p.330-1)

Durante seu “ciclo de vida”, 1916 a 1923, a *Revista* foi apresentada como publicação pedagógica, com caráter de inovação educacional e contou com a colaboração de

autores de projeção intelectual no contexto educacional paulista. Antonio Barreto do Amaral no artigo “Nossas revistas de cultura: ensaio histórico-literário” assim escreveu:

Na cidade de São Carlos, o corpo docente da Escola Normal apresentava em 1915 a REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO CARLOS, publicação semestral, onde colaboraram entre outros, Mariano de Oliveira, diretor da Escola, Carlos da Silveira, Sebastião T. Prestes, Francisco Azzi, Dagoberto Sales, Rafael Falco e João Toledo, todos lentes da mesma escola. (1968, p.170)

A *Revista* pode ser considerada uma das únicas publicações de educação e ensino editadas pelas escolas normais do interior paulista, a outra seria a *Revista de Educação*, “Órgão da Escola Normal de Piracicaba e Escolas Anexas”, 1921-1922, organizada por Manoel Bergström Lourenço Filho, lente de Pedagogia e Psicologia do mesmo estabelecimento de ensino.

A análise da materialidade dos impressos é fundamental; pois, conforme Roger Chartier (1990, p.127) “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor”. Desse modo, os aspectos técnicos, físicos e visuais que organizam a leitura do escrito quando ele assume a forma impressa são significativos na medida em que “as obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro”. Compreender os princípios que governam a “ordem do discurso”, como salienta Chartier em *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII* (1999, p.8) “pressupõe decifrar com todo rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito)”.

Para o estudo inicial das características da *Revista* elegemos os seguintes aspectos: composição da comissão de Redação, temas e frequência de assuntos abordados pelos autores colaboradores, seções especializadas, posição ocupacional dos autores, frequência de temas e suporte material da publicação. (ver Anexo 3).

Em 12 de novembro de 1916, foi publicado o primeiro fascículo. A Comissão de Redação esclarecia que a *Revista* destinava-se a publicação de trabalhos pedagógicos e científicos, críticas de livros e ensaios filosóficos de autoria do corpo docente da Escola Normal e demais membros do magistério primário.

Já vai para três anos que alguns professores da Escola Normal desta cidade tiveram a idéia de fundar uma revista que fosse um repositório das lucubrações a que, por dever de ofício, se entregam os membros, do corpo docente do mesmo estabelecimento.

Muitos trabalhos quer pedagógicos, quer científicos em geral, deixam de ser divulgados e, conseqüentemente, submetidos à apreciação dos componentes.

Era sensível, pois, a falta de uma publicação que servisse por fonte informativa, relativamente à orientação do ensino em tal instituto pedagógico, bem como para mais tarde lembrar os dias alegres passados na labuta de formação dos futuros mestres que, em São Carlos, recebem a investidura para a tarefa pesadíssima do magistério primário.

Esse é o motivo do aparecimento da presente publicação, que registrara em suas páginas trabalhos sobre pedagogia, crítica de livros, ensaios filosóficos e outros que possam contribuir para aumentar entre os moços o amor pelos estudos.

Serão recebidos com grande deferência, e mesmo com reconhecimento, as críticas que os entendidos se dignarem fazer com relação às matérias aqui tratadas.

Jamais dispensaremos o auxílio dos doutos, cujas apreciações servirão de estímulo para prosseguirmos na rota que nos impusemos.

São Carlos, 12 de Novembro de 1916.

A Comissão (Editorial. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n.1, nov. 1916, p.1)

A Comissão de Redação pretendia mediar os debates práticos e teóricos sobre o ensino normal e primário e intervir nos debates sobre os rumos da vida nacional

(MONARCHA, 2004). No quadro a seguir constam os integrantes da Comissão e as respectivas posições ocupacionais.

Nome	Posição ocupacional
Antonio Firmino de Proença	Lente Professor - 13ª cadeira – Metodologia
Arthur Raggio Nóbrega	Lente Professor - 2ª cadeira – Português e Latim
Astor Dias de Andrade	Lente Dr. - 8ª cadeira – História Natural
Atugasmin Médici	Lente Dr. - 1ª cadeira – Português e Latim
Carlos da Silveira	Lente Dr. - 11ª cadeira – Psicologia
Dagoberto Salles	Lente Dr. - 10ª cadeira – História da Civilização
Ezequiel de Moraes Leme	Lente Professor
Francisco Z. Penteado	Lente Dr. - 6ª cadeira – Matemática
Guilherme Thiele	5ª e 6ª aulas – Ginástica
João Augusto de Toledo	Lente Professor - 12ª cadeira – Psicologia
João de Campos	2ª aula – Escrituração Mercantil
Jorge Barbató	7ª aula – Trabalhos
Juvenal Penteado	Lente Professor - 3ª cadeira – Francês
Lázaro Rodrigues Lozano	Maestro - 1ª aula – Música
Lucila Pompeu de Camargo	8ª aula – Trabalhos Manuais
Mario Natividade	Lente Dr. - 5ª cadeira – Matemática
Rafael Falco	Professor - 3ª e 4ª aulas – Caligrafia e Desenho
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	Lente Professor - 7ª cadeira – Física e Química
Teodorico de Camargo	Lente Dr. - 4ª cadeira – Inglês

Quadro 10 – Nome e posição sócio-ocupacional da Comissão de Redação da *Revista da Escola Normal de São Carlos*.

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, n. 2, jun. 1917.

De imediato, é possível ressaltar os seguintes dados: a participação de “lentes doutores” e a diminuta presença feminina na Comissão de Redação, no caso, Lucilla Pompêo de Camargo, professora da disciplina de Trabalhos Manuais.

Nas páginas de rosto dos fascículos constavam os seguintes dizeres:

Expediente:

- A revista será publicada 2 vezes por ano.
- Distribuição gratuita.
- Só se publicam trabalhos inéditos.
- Será respeitada a grafia dos Srs. Colaboradores, únicos responsáveis pelas idéias que emitirem.

Toda correspondência deve ser dirigida à Comissão de Redação da Revista,
(Escola Normal de São Carlos, Estado de São Paulo, Linha Paulista. (*Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n.1, nov., 1916, p.1).

Autor	Posição sócio-ocupacional
Antonio Firmino de Proença	Lente da 13ª cadeira – Metodologia - Escola Normal de São Carlos Diretor e Lente da Escola Normal de Pirassununga
Arthur Raggio Nóbrega	Lente da 2ª cadeira – Português e Latim - Escola Normal de São Carlos
Astor Dias de Andrade	Lente da 8ª cadeira – História Natural -Escola Normal de São Carlos
Ataliba de Oliveira	Nada consta
Atugasmin Médici	Lente da 1ª cadeira – Português e Latim - Escola Normal de São Carlos
Carlos da Silveira	Lente da 11ª cadeira – Lente de Psicologia e Pedagogia e Diretor da Escola Normal do Brás
Dagoberto Salles	Lente da 10ª cadeira – História da Civilização - Escola Normal de São Carlos
Domingos de Vilhena	Lente da 3ª cadeira -Escola Normal de São Carlos
Duílio Ramos	Lente da 7ª cadeira - Escola Normal de São Carlos. Ex-diretor da E. Normal de Botucatu
Elisiário Fernandes de Araujo	Diretor do Grupo Escolar “Paulino Carlos” – Lente em Comissão – Diretor da Escola Normal de Casa Branca
Ezequiel de Moraes Leme	Lente da 9ª cadeira – Geografia - Escola Normal de São Carlos
Fausto de Sousa	Escola Complementar
Francisco Azzi	Lente de Latim e Literatura da Escola Normal de Casa Branca
Francisco Z. Penteado	Lente da 6ª cadeira – Matemática - Escola Normal de São Carlos
J & C	Nada consta
João Augusto de Toledo	Lente da 12ª cadeira - Escola Normal de São Carlos - Diretor e lente da Escola Normal de Campinas
José Ferraz Motta	Lente de Psicologia e Pedagogia
Lazaro Rodrigues Lozano	Professor de Música - Escola Normal de São Carlos
Manoel de Toledo Silva	Farmacêutico – Encarregado do Gabinete da Escola Normal de São Carlos
Mariano de Oliveira	Diretor da Escola - Escola Normal de São Carlos
Mario Natividade	Lente da 5ª cadeira– Matemática - Escola Normal de São Carlos
Mello Ayres	Nada consta
Rafael Falco	Professor de Caligrafia e Desenho - Escola Normal de São Carlos
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	Lente da 7ª cadeira – Física e Química - Escola Normal de São Carlos
Teodorico de Camargo	Lente da 4ª cadeira – Inglês - Escola Normal de São Carlos
Waldomiro Caleiro	Secretário da Escola Normal - Escola Normal de São Carlos

Quadro 11 – Autores colaboradores e posição sócio-ocupacional.
Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos* - 1916-1923.

A *Revista* era mantida pelo corpo docente e administrativo; todavia, em alguns momentos de seu “ciclo de vida” recebeu apoio financeiro de intelectuais e da Câmara Municipal de São Carlos. O fascículo número 8 da *Revista*, junho de 1920, veiculou nota da Comissão de Redação agradecendo a Câmara Municipal pela obtenção de auxílio no valor de 300\$ anuais e a Alberto Faria, membro da Academia Brasileira de Letras, em visita a cidade de São Carlos para realizar sarau literário-musical em prol da Santa Casa de Misericórdia e da *Revista*. A nota expressava a dificuldade de manter a publicação gratuita, ainda que a recepção fosse acalorada pelos leitores.

Nossa Revista tem merecido os louvores de todos que a recebem ou que a lêem. Muitíssimo nos agrada este fato. Entretanto, necessitamos lembrar a nossos amigos que ela nos custa trabalho pesado e não pequeno sacrifício pecuniário: distribuímos-a gratuitamente. Todo o auxílio, por isso, nos é grato e valioso. Tornamos público aqui, com grande satisfação, a verba que nos destina a Câmara Municipal de São Carlos, por indicação de nosso bom colega e seu atual presidente Dr. Teodorico de Camargo. Deu-nos em 1918 e em 1919 a importância de 300\$, anuais, e dar-nos-á, no corrente ano, esse mesmo auxílio. Com agradecimentos a ilustre edilidade, salientamos a sua alta compreensão dos interesses vitais da Pátria. Não só a Câmara, também o consagrado literato Sr. Alberto Faria, membro da Academia Brasileira de Letras, trouxe-nos o seu apoio, a 27 de março p.p., realizando, em um sarau literário-musical, em benefício da Santa Casa local e da nossa REVISTA, uma interessante conferência sobre “O galo através dos séculos”. A população são-carlense encheu a nossa sala de festas, acorrendo ao nosso apelo. Tais fatos nos animam, e, contando com outros idênticos, que aliviarão nossa carga, esperamos publicar, com toda a regularidade, esta REVISTA, que alguns serviços já têm prestado. (*Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 4, n.8, jun., 1920, p.108)

A *Revista* foi editada no formato de brochura, tamanho 23 x 16, texto a duas colunas nos dois primeiros fascículos e a uma coluna a partir do terceiro (Ilustração 6 e 7). A impressão ficou sucessivamente sob a responsabilidade de diversos estabelecimentos gráficos: Tipografia Aldina, Tipografia Ideal – Campinas, Tipografia Artística, de Amador Gonzáles

Ferreira, Tipografia Joaquim Augusto, Estabelecimento Tipográfico Tancredo Camargo, e A Gráfica, de Marra e Filhos. As mudanças sucessivas de estabelecimentos foram significativas, porém não constam explicações a respeito.

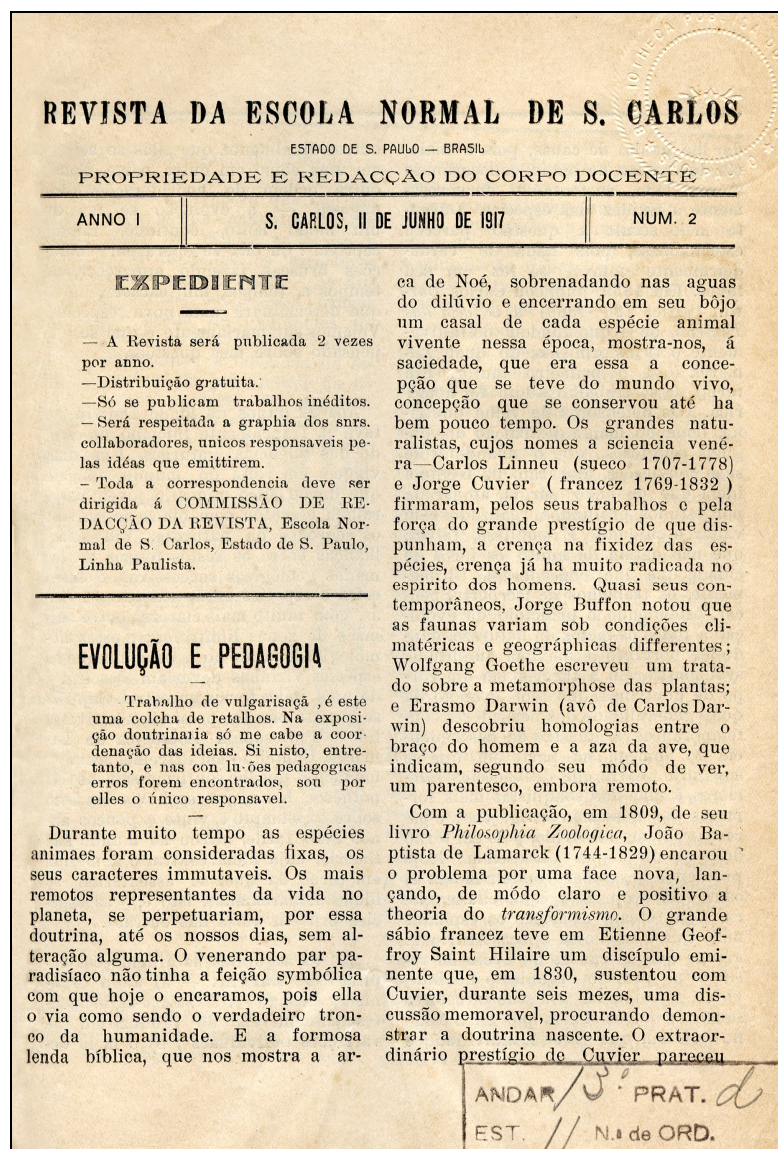


Ilustração 6— Para os autores da *Revista* a educação não é um fato isolado puramente humano, mas sim um fenômeno integralizado com fatores biológicos e sociais.

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n.1, nov., 1916.

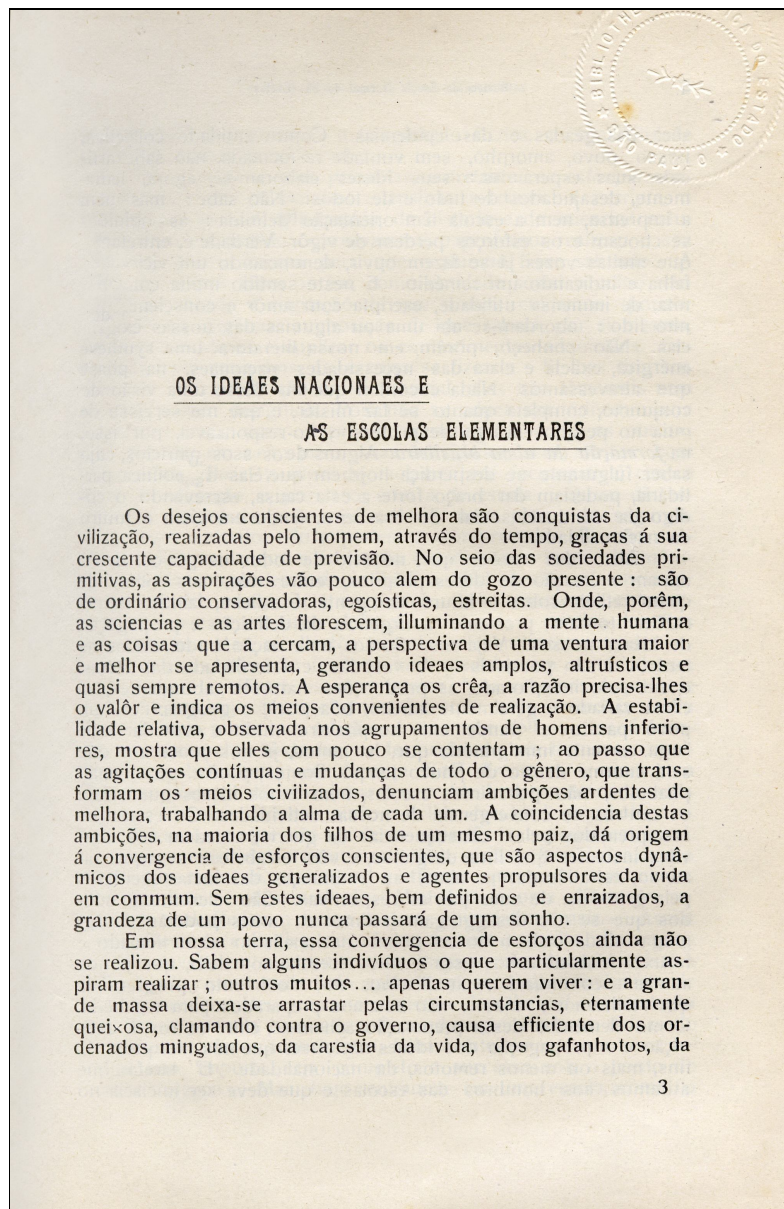


Ilustração 7- É na escola que se forma o verdadeiro caráter do homem civilizado, assim o amor a Pátria Mãe deveria ser prioridade nas escolas elementares.

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 4, n.8, jun., 1920.

Com periodicidade semestral, à exceção de 1922 e 1923, quando ocorreu a publicação de fascículos anuais. No total foram publicados 13 fascículos. O quadro a seguir apresenta fascículo, mês, ano de publicação e total de páginas da *Revista*.

<i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	Ano	Fascículo	Mês	Ano	Páginas
	1	1	nov.	1916	33p.
	1	2	jun.	1917	33p.
	2	3	dez.	1917	158p.
	—	4	jun.	1918	56p.
	3	5	dez.	1918	90p.
	3	6	jun.	1919	54p.
	4	7	dez.	1919	69p.
	4	8	jun.	1920	112p.
	5	9	nov.	1920	55p.
	6	10	jun.	1921	65p.
	6	11	dez.	1921	70p.
	7	12	dez.	1922	73p.
	7	13	dez.	1923	79p.

Quadro 12 – periodicidade e número de páginas da *Revista*

O fascículo 3, dezembro de 1917, um dos momentos de ascensão nacionalista, assumiu feição temática e veiculou palestras cívico-nacionalistas proferidas por membros do magistério no anfiteatro da Escola Normal de São Carlos e em outras cidades do interior paulista. Abaixo os autores e títulos das palestras publicadas no fascículo temático.

Autor	Título da Palestra
Ezequiel de Moraes Leme	Belezas naturais do Brasil
Francisco Penteadó	Desertos e Climats - a devastação das matas
Waldomiro Caleiro	Tipos brasileiros; a alma nacional
Teodorico de Camargo	O problema do urbanismo no Brasil e a volta aos campos
Astor Dias de Andrade	A medicina escolar e o futuro da nossa nacionalidade
Dagoberto Salles	Vida de um brasileiro, que é uma lição de civismo (Campos Salles)
Carlos da Silveira	A língua pátria e a unidade nacional
João Augusto de Toledo	A escola brasileira
Atugasmin Médici	Mestres e soldados
Elisário Fernandes de Araújo	Instituições Patrióticas
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	Pela Pátria
Mariano de Oliveira	Culto á Bandeira

Quadro 13 – Palestras cívicas publicadas no fascículo temático

Os dizeres constantes na capa da revista seguem um mesmo padrão — título em caixa-alta, logo abaixo o estado e o país, nome da agremiação responsável pela publicação,

fascículo do fascículo, local de edição, data de publicação. De feição temática, o fascículo 3, é adornado por listras diagonais nas cores verde e amarelo, reforçando com esse recurso gráfico o caráter e o conteúdo cívico-patriótico (Ilustração 8). Já a capa do fascículo 1 exibe uma figura feminina envolta em ramos de café, simbolizando a imagem da República (Ilustração 9).



Ilustração 8 – O nacionalismo foi destaque na edição especial da *Revista* que teve sua capa adornada por listras verde e amarela.
Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, São Carlos, Edição Especial, n.3, dez., 1917.



Ilustração 9 – A “República Mulher” mãe dos cidadãos, defensora dos valores de liberdade, igualdade e fraternidade foi destaque na capa do primeiro número da *Revista*.

Fonte: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, ano 1, n.1, nov., 1916

Os autores colaboradores eram vinculados a Escola Normal de São Carlos ou a outros estabelecimentos de ensino público paulista. O quadro a seguir apresenta os autores e a frequência de colaboração.

Autor	Frequência de colaboração
Carlos da Silveira	13
João Augusto de Toledo	12
Antonio Firmino de Proença	10
Ezequiel de Moraes Leme	8
Francisco Z. Penteado	7
Rafael Falco	5
Dagoberto Salles	4
Waldomiro Caleiro	4
Mariano de Oliveira	3
Mario Natividade	3
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	3
Arthur Raggio Nóbrega	2
Ataliba de Oliveira	2
Domingos de Vilhena	2
Elisiário Fernandes de Araujo	2
Manoel de Toledo Silva	1
Astor Dias de Andrade	1
Atugasmin Médici	1
Duílio Ramos	1
Fausto de Sousa	1
Francisco Azzi	1
J & C	1
José Ferraz Mota	1
Lazaro Rodrigues Lozano	1
Mello Ayres	1
Teodorico de Camargo	1

Quadro 14 - Autores e frequência de colaboração

Carlos da Silveira foi o autor que mais colaborou com artigos, seguido por João Augusto de Toledo e Antonio Firmino Proença, porém é de notar a inexistência de professoras na condição de autoras.

Veiculada nos fascículos publicados entre 1918 e 1921, a seção “Ensino Primário”, organizada assinada por Antonio Firmino de Proença, lente da cadeira de Metodologia, deu preferência às recomendações sobre “modelos de lições” para a o ensino na escola primária.

De modo geral, os assuntos abordados pelos autores colaboradores variavam entre questões de ensino, história da educação, escolas normais, festas nacionais, escotismo, entre

outros. Os assuntos de caráter nacionalista — palestras cívicas, discursos em nome da Liga Nacionalista de São Paulo, educação e civismo, unidade nacional, a “alma nacional”, “nossa gente” — foram freqüentemente abordados. (ver Anexo 3).

Assuntos Abordados	Freqüência
Pátria – Civismo	27
Eventos educacionais	6
Geometria e Álgebra	6
Desenho	5
História da Pedagogia	5
Linguagem	5
Pedagogia	5
Escola Normal (estudo)	4
Questões do ensino	4
Biologia	3
Ensino Primário	3
Geografia	3
Arte – Música	2
Ensino ativo	2
Estudo sobre pensadores	2
Física	2
Desperdício de energia	1
Ensino Elementar	1
Escolas Complementares	1
Escotismo	1
Homenagens	1
Métodos de ensino	1
Psicologia	1

Quadro 15 – Assuntos e freqüência

Percebe-se que “pátria e civismo” estão entre os principais temas discutidos, seguido de “Eventos Educacionais” e “Geometria e Álgebra”. As idéias veiculadas pela *Revista* são representativas das discussões que ocorriam não somente no âmbito escolar, mas entre intelectuais e profissionais de diferentes áreas do estado de São Paulo, visto que muitos dos autores colaboradores estavam vinculados a diferentes estabelecimentos de ensino exercendo a docência ou a direção de escolas.

Até aqui foram mostradas as características gerais do periódico. Nessa mostra é possível identificar composição da comissão de redação, autores e posição sócio-profissional, frequência de colaboração e assuntos. Entretanto, não foi possível identificar os motivos que determinaram o encerramento da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, uma publicação que teve importante papel na divulgação dos saberes relacionado ao ensino e a discussões sobre os impasses sociais e rumos futuros do país.

O quadro a seguir apresenta as publicações periódicas vinculadas a Escola Normal Secundária de São Carlos, no período de 1911 a 1929.

Ano	Título	Responsáveis
1911	<i>Excelsior!</i>	Periódico de responsabilidade do Grêmio Normalista “22 de Março”.
1916	<i>Revista da Escola Normal de São Carlos</i>	Revista de propriedade e redação do corpo docente da escola, nela eram publicados artigos escritos por docentes e diretores tanto da Escola Normal de São Carlos quanto de outras escolas normais. A maioria dos artigos trata de temas relativos às disciplinas da Escola Normal, ao civismo e ao ensino. Em alguns fascículos constam artigos que analisam a situação do ensino normal.
1916	<i>O Estudo</i>	Publicação da Escola Normal Secundária de São Carlos. Sob responsabilidade dos professores Francisco de Oliveira Penteadó, Artur Raggio Nóbrega, Dr. João Augusto Pereira Júnior e Teodoro de Moraes.
1917	<i>O Raio Verde</i>	Publicação quinzenal dos normalistas cujo primeiro fascículo saiu em 22 de setembro. Eram diretores: José Romeu Ferraz e Antônio da Silveira e redator, Gentil Eugênio de Camargo. Seu nome foi sugerido por Amadeu Amaral após uma conferência na Escola.
1928	<i>O sorriso</i>	Órgão da Barraca das Normalistas tendo como diretora A. Medeiros; redatora, N. Cunha e diversos colaboradores. Eram publicadas crônicas, poesias, notas sociais, informações e humor.
1929	<i>O Normalista</i>	Jornal do Grêmio Normalista “22 de Março” o primeiro fascículo foi publicado em 1929 e se manteve por muitos anos como seu órgão representativo. Passando depois para o Centro Cívico “22 de Março”, continuou por muito tempo como uma das grandes realizações dos estudantes.

Quadro 16 – Publicações vinculadas a Escola Normal Secundária de São Carlos – 1911-1929.
Fonte: Pirolla (1988).

Essas publicações são de importância para a história da educação brasileira, em suas páginas é possível identificar idéias e concepções educacionais, críticas ou apoio a certos modelos políticos e econômicos. Dentre as publicações, além da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, destacou-se a revista *Excelsior!* de responsabilidade do Grêmio Normalista “Vinte e Dois de Março”, publicada entre 1911 e 1916. (ver Anexo 5).

Ana Clara Bortoleto Nery na comunicação “Impressos de professores: representação sobre educação e ensino nos periódicos paulistas (1911-1923)”, (2008), ao analisar a revista, concluiu que *Excelsior!* foi criada com o incentivo do diretor da Escola Normal João Crisóstomo Bueno Reis Junior e coordenada pelo professor João Lourenço Rodrigues. Em *O Professor Ideal em Excelsior! (1911-1916): a revista dos alunos da Escola Normal de São Carlos*, Emerson Correa da Silva (2007) revela que apesar de haver um incentivo e divulgação de novas práticas de ensino fundamentada no método analítico e estudos de psicologia experimental, portanto, de ensino ativo, nota-se uma preocupação com o controle das atividades dos alunos em sala de aula.

Capítulo 4

Formar o Homem e o Cidadão, a importância do ensino da língua nacional e das matérias geografia e história

A *Revista* publicou inúmeros artigos sobre a obrigatoriedade do ensino da língua nacional e valorização do ensino da história e da geografia do Brasil. Nos artigos havia uma preocupação permanente: fazer por meio da educação com que nacionais e imigrantes se identificassem, criassem vínculos com a “Pátria Mãe”, conhecessem a geografia e a história e valorizassem as “coisas nacionais”. Em suma: promover os valores cívicos, levar o povo a amar o país, relevar o povo e a terra, difundir o idioma nacional, eram as palavras de ordem não só nas páginas da *Revista* como também nos meios os mais variados do país. Nos círculos políticos e intelectuais locais e nacionais havia um consenso acerca da urgência da construção da identidade da nação e de um regime representativo democrático de modo a colocar o Brasil no rumo das nações europeias e dos Estados Unidos da América do Norte.

Como observou Nagle em “Introdução da Escola Nova no Brasil (Antecedentes)” (1964, p.98):

Desde o começo do século ganha importância nuclear a formação cívica e moral, como base do soerguimento de amplos quadros da nacionalidade. Ideal de formação que se prende ao ambiente de pessimismo que dominou o país pouco depois da proclamação da República, significando de resto o desgaste da ilusão da República-Educadora. [...] De qualquer maneira, no quadro típico dessa época se privilegia a dimensão cívico-nacionalista do processo de educação escolar. As tendências remodeladoras introduzem-se nesse quadro, quando muito, como elementos secundários, auxiliares desse núcleo básico.

Ana Luiza Martins, em “Modelando gerações: revistas pedagógicas”, capítulo do livro *Imprensa e práticas culturais em tempos da República: São Paulo (1890-1922)* (2001a)

considerou ser freqüente encontrar nas revistas pedagógicas artigos relacionados com a temática da moral, civismo e religião. De fato, no clima de nacionalismo exaltado, atribuíam-se ao ensino da língua oficial a função de conferir coesão e unicidade de sentimentos, isto é, o “amor pela pátria”. Para essa perspectiva otimista ao ensino da disciplina Geografia caberia valorizar as belezas e as riquezas do país, ao ensino de História demonstrar as novas gerações os feitos dos heróis nacionais e dos cidadãos exemplares.

Carlos da Silveira e Dagoberto Salles, membros da “Liga Nacionalista de São Paulo”, Ezequiel de Moraes Leme, Waldomiro Caleiro, Teodorico de Camargo, Atugasmim Médici, Elisário Fernandes de Araújo, João Augusto de Toledo, Mariano de Oliveira, entre outros professores, em palestras, conferências e artigos buscaram retratar o Brasil em suas especificidades, apontando seus problemas e sugerindo soluções. Temas como a erradicação do analfabetismo, a participação eleitoral do cidadão, a gente brasileira, as belezas naturais do Brasil, à educação cívica, considerada elemento fundamental para o soergimento moral da nação e para a cultura do patriotismo, o escotismo como fator de educação do caráter e de defesa da pátria foram enfatizados.

Por exemplo, em “Os ideais nacionais e as escolas elementares”, João Augusto de Toledo ressaltava a importância do ensino cívico na formação cívico-moral das crianças: “Na alma da criança modela-se a conduta do homem. Hábitos de camaradagem, de polidez, de asseio, de disciplina, de discrição, de iniciativa de economia, de tolerância, de estudo, de trabalho de honestidade ali se formam” (1920a, p.7). Ou como apregoara anteriormente, Mario Natividade no “Discurso pronunciado na festa inaugural da Sociedade de Estudos e Conferências”, no dia 9 de setembro de 1916:

Meus senhores – Em meio dos descabros que desgraçadamente vão pela nossa vida nacional, através da crise financeira e da crise moral que avassalam o país, já se percebe um movimento vago, mas alentador, de regeneração e ressurgimento. Sente-se um como

despertar de consciências esquecidas e um como reviver de liberdades apagadas. (1917, p.24)

Defensor ardoroso da escola primária como via de transformação social e culturas, Carlos da Silveira traduziu e publicou nos fascículos 11 e 12, o programa escolar praticado na Bélgica. No programa, segundo ele, a ser adotado pelos brasileiros, eram ressaltados assuntos como “educação individual” — higiene, prudência, dignidade, disciplina, economia, trabalho, perseverança e instrução; “educação altruísta” — harmonia social e amor à natureza, liberdade de opinião; “educação nacional” — soberania nacional, poderes da nação, defesa do território, liberdade de culto, imprensa, associação e reunião e o amor pela pátria.

Traduzido sob o título “Do papel educativo da escola primária”, o programa priorizava o estudo da língua materna, história e geografia. Escrevia Carlos Silveira: “Se este meu trabalho – tradução na sua quase totalidade – não é o que se costuma chamar de uma novidade, julgo, todavia que poderá prestar serviços não de todo insignificantes aos novos lides do magistério” (1921, p.21).

Era nessa conjuntura de idéias inovadoras e de planos de soerguimento moral da nação que os autores debatem nas páginas da *Revista* a erradicação do analfabetismo, a participação eleitoral do cidadão, a ênfase na educação cívica, a cultura do patriotismo, a importância da escola primária. Em resumo: como explica Ilíada Pires da Silva, em “Educadores paulistas: regeneração social, República e nação” (1999, p.128), o projeto republicano sugeria não apenas uma mudança parcial: “mas sim um projeto cultural que atravessa a sociedade completamente”⁸.

⁸ Sobre o assunto ver também Silva (2004).

A língua nacional

Em *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*, Tania Regina de Luca (1999), especialmente no capítulo “Língua: edificação da cultura nacional”, ressaltou a importância atribuída pelos intelectuais do preço ao ensino e uso da língua como fator de afirmação da identidade e soberania nacionais. Sem dúvida, a defesa do ensino da língua nacional foi uma das preocupações recorrentes nas páginas da *Revista*.

Em “A língua pátria e a unidade nacional”, de Carlos da Silveira (1917b, p.65), a língua é considerada elemento essencial nos países novos como os da América Latina: “a comunhão de linguagem facilita a troca de idéias e a comunicação dos espíritos, torna a simpatia mais fácil e mais forte, o conjunto mais coerente e, por conseguinte, favorece o sentimento de Pátria”. Definida como conjunto de sinais – falados, ouvidos, escritos e lidos – a língua era a expressão de sentimento e pensamento de um povo. Para o autor, a evolução de um grupo social seria apreciada pela linguagem utilizada: “cada agrupamento humano é superior ou inferior em mentalidade conforme a excelência ou não da língua que fala”.

Pela clareza do francês avaliamos a finura do espírito daquele povo; a tonalidade variadíssima do alemão é indício da profundidade da mente germânica; a língua inglesa revela-nos o espírito prático do anglo-saxão; a sonoridade do italiano dá bem a medida da aptidão artística dos nascidos na terra de Dante, Leonardo da Vinci, Jose Verdi e tantos outros prediletos das filhas de Mnemósina. Em resumo, língua pobre ou rica, clara ou obscura, elegante ou desataviada equivalem a espíritos com esses atributos. (idem, p.67)

Em “A escola brasileira”, João Augusto de Toledo, defendia idéias análogas, ou seja, uso da língua oficial como instrumento de união e formação do cidadão patriota:

A língua falada pelo povo é o primeiro de sua escola. É o primeiro e mais importante, porque é fator enérgico de nacionalização e um laço estreito de solidariedade. Os que

falam a mesma língua comungam os mesmo sentimentos e têm os mesmo ideais e as mesmas tradições. (1917b, p.79)

Fator de unidade de sentimento e pensamento, o ensino e o uso da língua nacional trariam contribuição decisiva na construção da identidade nacional, afirmava o autor: “Em um país de imigração, como o nosso, ela deverá merecer do professor o melhor cuidado, porque é um recurso poderoso do qual podemos lançar mão para assimilar os estrangeiros” (idem). No seu ponto de vista, os “aglomerados estrangeiros”, quase sempre localizados em regiões longínquas e do território nacional e, portanto, distantes dos poderes públicos, partilhavam de uma mesma situação: “não havendo escolas nossas, fundam eles as suas; recebem de além-atlântico todos os objetos necessários e subvenção remunerada”.

Estudam sua língua, a história e geografia de sua pátria, conservam suas tradições e seus costumes, vivem em nossa terra como se vivem na sua, sempre estrangeiros, legando a seus filhos a mesma alma de seus avós. Este fato, profundamente alarmante, só de há pouco tempo para cá conseguiu chamar nossa atenção, sem que tenhamos, entretanto, procurado dar remédio a essa gravíssima anomalia. (idem)

Carlos da Silveira, em outro artigo, “A língua pátria e a unidade nacional” defendia argumentos de igual teor:

É ela, a língua o vínculo que prende e estreita solidamente as várias peças do organismo nacional. Destruído esse liame, os elementos desagregam. É ela que mantém a nação coesa e forte. É com ela que se transmite de geração a geração esse legado de poesias, romances, lendas, tradições, que constituem o esplêndido material para o estudo da alma popular nos mais recônditos escaninhos. (1917b, p.74)

Esse tipo de argumentação visava a dois objetivos: neutralizar o uso desagregador das línguas estrangeiras e unir o povo pelos laços de uma mesma língua e cultura. A questão

gramatical ou filológica parece não ser a grande preocupação dos autores, o incômodo de fato era a existência de culturas estrangeiras no país. Tornar obrigatório o ensino da língua portuguesa era o meio de combater os “efeitos venenosos”, “o perigo estrangeiro”.

Os núcleos de imigrantes, isolados na vastidão do território, constituem verdadeiros postos avançados de quiçá pretendida conquista. A solução de continuidade que tais núcleos geram no nosso povo, não ainda bastante coeso para assimilá-los, é um perigo que só pode ser conjurado pela mobilização das energias computáveis: e entre estas apresenta-se, em primeira linha, o ensino inteligente da língua nacional, o seu cultivo aprofundado e largamente generalizado nas escolas de todos os graus e em toda a parte. (SILVEIRA, 1917b, p.74).

Em outro artigo, o “Culto cívico”, o mesmo Carlos da Silveira, ao expressar as principais idéias da Liga Nacionalista de São Paulo indicava como uma das prioridades dessa associação, a difusão da língua oficial.

Falai bem a língua nacional!

País de imigração, a língua nacional bem falada e conhecida é um poderosíssimo instrumento de assimilação. Cultivemos com excepcional carinho a língua de nossa terra, em toda a vastidão do território pátrio, na imprensa e no livro, na conferência e na palestra, em público ou no ambiente familiar: é isso a defesa pacífica do Brasil. Há uma resistência que se opõe, são as armas nas mãos, destruindo-se o inimigo no calor da batalhas, mas também uma defesa menos rumorosa, muito mais modesta no agir, mais valiosa, porém, e que faz quotidianamente, minuto a minuto, em todos os recantos da Pátria, fortalecendo-se os vínculos nacionais, agregando-se os elementos estranhos, extirpando as formações prejudiciais. (1919b, p.18-19).

Como se nota nos trechos citados havia uma consonância com os programas das ligas Nacionalista de São Paulo e de Defesa Nacional; de fato, ambas as ligas defendiam a implantação de escolas primárias nos núcleos coloniais e a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa. De modo geral, no período, especialmente a Reforma de 1920 executada

por Antonio de Sampaio Dória, intensificou-se em São Paulo o controle das “escolas estrangeiras”, as quais foram submetidas a uma supervisão mais rigorosa sendo obrigadas a assumir um compromisso por escrito, comprometendo-se a respeitar os feriados nacionais, promover ensino do Português (por professor brasileiro ou português nato), o ensino de Geografia e História do Brasil (por professor brasileiro nato), o ensino dos hinos nacionais, e respeitar a proibição do ensino de língua estrangeira para crianças menores de dez anos e o acesso das autoridades do ensino aos estabelecimentos.

Geografia e História do Brasil: “nossas riquezas, nossos heróis”

Mas, como organizar um país com tamanha dimensão territorial e diversidade étnica e cultural? Essa parece ser a questão para a qual convergiam as preocupações dos círculos intelectuais e políticos nas décadas de 1910 e 1920 e como resposta atribuiu-se a escola primária, como já dissemos, um papel primordial.

Se no programa da Liga Nacionalista de São Paulo, a língua era um instrumento de defesa e abasileiramento, a língua em si mesma não era considerada suficiente para insuflar “o amor à pátria” e a “união entre os brasileiros”, era preciso ir além, e promover o ensino da geografia e da história do Brasil. A valorização das riquezas naturais do Brasil e o culto dos heróis, segundo Tania Regina de Luca (1999) demonstravam a procura dos “verdadeiros valores” nacionais. Para os articulistas da *Revista* caberia a escola e ao ensino valorizar tudo aquilo que o país tinha de melhor.

Conforme Jorge Nagle, em *Educação e sociedade na Primeira República*, as atividades exteriores à sala de aula refletiam a insuficiência pedagógica da escola primária:

Contudo, seja no caso da geografia e da história pátria seja no caso da instrução cívica, não se pode deixar de mencionar esse obstáculo: ausências de livros didáticos apropriados ao ensino dessas disciplinas e elaborados de acordo com as exigências do nacionalismo da década dos vinte. De qualquer modo, nesse decênio começa a se operar uma mudança

que deve ser ressaltada: a tendência é substituir o conteúdo “patriótico”, puramente sentimental e de teor idealista de nacionalismo por um outro conteúdo que se baseia mais no “conhecimento” que se deve ter da terra e da gente brasileira. (1976, p.232).

Em “A Geografia e o seu ensino”, Ezequiel de Moraes Leme, expressava a importância atribuída a essa matéria nas escolas primárias e secundárias, para ele, o ensino deveria ir além da mera descrição do meio, de modo a fazer o aluno “conhecer”, “sentir”, “saber a utilidade” e “valorizar” o país.

É necessário que a renascença da ciência geográfica repercuta no Brasil, inspirando mais um pouco de amor aos que tem por dever ensiná-la nos institutos secundários (é do ensino secundário que me ocupo), de modo a porem de lado o mero ensino descritivo, sem apoio e base científica, e a darem a geografia o papel que lhe compete de ciência explicativa, na mais larga acepção do termo. Ensinem eles ser a geografia uma ciência de observação e de raciocínio, a ciência das relações entre Terra e o Homem, que procura fazer compreender a imensidade do Grande Oceano, a exuberância das florestas virgens americanas, os costumes dos negros africanos. Mostrem eles como, pela constituição geológica do solo, pelas formas do relevo e pelo clima, essa ciência explica o regime dos cursos da água, as formas vegetais, os animais e a vida humana; como ensina até que ponto o homem é escravo das forças do universo e o prisioneiro da Terra, mas também, como pode lutar e reagir; como faz compreender a dependência estreita e recíproca que há entre a Terra e o homem, revelando assim o harmonioso encadeamento que preside a vida universal. (1919b, p.24).

Os artigos sobre a importância do ensino de Geografia representavam o território nacional de modo maravilhoso: diversidade de animais, riquezas vegetais, rios, florestas, pântanos, paisagens maravilhosas, solo fértil e clima bom. No entanto, tal grandiosidade não era devidamente valorizada pelos habitantes locais e tampouco utilizada de forma correta, podendo despertar a cobiça estrangeira. No artigo anteriormente citado, “A escola brasileira”, João Augusto de Toledo, originariamente, em conferência na Escola Normal em 13 de outubro de 1917, escrevia:

Na escola primária, a geografia-pátria é disciplina da mais alta relevância. Ela compreende o estudo da terra, do homem, da flora, da fauna e também do céu. O ponto de vista largamente utilitário impõe-se aqui. Largamente utilitário, disse, porque ele deverá aproveitar aos interesses materiais da agricultura, da indústria e do comércio, como à formação moral do educando. Sejam postas de lado, sem nenhum receio, as preocupações de mera ilustração. Não nos interessam mais as vastas nomenclaturas de lagos, portos, rios, cidades; importa-nos saber quais os benefícios que estes acidentes nos podem prestar. (1917b, p.80).

Portanto, a Geografia apresentaria aos alunos as riquezas nacionais, mostraria os meios de transporte, as cidades e as diversidades regionais.

Virão povoar o cérebro das crianças de conhecimentos úteis e lhes abrirão a perspectiva de um futuro feliz. Aos pouco irão se afeiçoando ao meio e, logo, tudo quanto disser a respeito do país ser-lhes-á familiar. As riquezas da terra, os encantos naturais, a beleza do céu, passarão, como imagens, a constituir pedaços da alma infantil que por isso far-se-á uma alma brasileira. Assim a geografia compreendendo até os elementos das ciências naturais, deverá ser ensinada na escola primária. (TOLEDO, 1917b, p.80-1).

Para o mesmo João Toledo, ao ensino da língua nacional e da geografia acrescentar-se-ia o ensino de história, e então, despertaria em definitivo, o sentimento de afinidade com a “terra mãe”, levando o aluno a partilhar da “alma nacional”.

O concurso da história virá completar a obra da geografia. E a ela cabe um papel decisivo que ainda não foi bem compreendido por todos os professores. Correm por aí compêndios de história que atestam estreiteza de vistas e desconhecimento de sua função educativa no ensino primário. Exposições incolores de fatos administrativos, narrativas glaciais de batalhas, listas de nomes e de datas que não despertam interesse, não prendem atenção, não emocionam e nem fornecem aptidões para crítica que oriente conduta. É a história pensada, e mal pensada, e nunca a história sentida, fortemente sentida, única que as classes infantis comportam. (p.81).

Os exemplos de conduta e ideais

Ao ensino de História caberia transmitir os conhecimentos sobre a administração do Estado, as tradições herdadas dos antepassados, a literatura, as artes e os costumes do povo. E o estudo das biografias dos heróis nacionais e cidadãos exemplares seria o primeiro passo para tornar o ensino agradável às crianças.

No primeiro ano de estudo, os contos de fadas, as anedotas escolhidas servem de preparação; depois será dada, em linhas gerais, a vida de alguns de nossos heróis, cujos retratos mostraremos as crianças para que melhor os conheçam. Estas lições orais têm a vantagem de estabelecer, entre mestres e alunos, diálogos interessantes onde à linguagem se corrige e se apura. O professor estudando a vida de nossos maiores, em seus atos de meninos, em seus feitos de homens, terá o cuidado de examinar apenas as passagens mais salientes, mais sugestivas e por isso, mais compreensíveis. A partir do segundo ano, o ensino irá progressivamente aumentando sua amplitude: os maiores representantes do país na administração, na guerra, na literatura, nas artes, irão aparecendo aos poucos, acompanhando-se, quando possível, de quadros explicativos, as ações desenvolvidas por cada um. Ao finalizar o segundo semestre do último ano, dar-se-á por concluído o estudo feito por meio de biografias; e, em síntese rápida, os fatos essenciais serão apresentados, em ordem cronológica. (TOLEDO, 1917b, p. 81).

Os heróis e cidadãos exemplares serviriam de modelos de dignidade e conduta, assim,

[...] os filhos dos estrangeiros terão a mente povoada das mesmas idéias que povoam as nossas; o coração formar-se-á na mesma lareira de emoções; seus lábios falarão nossa língua; terão eles mesmas aspirações nossas; em uma palavra serão brasileiros (idem).

Com isso pretendia-se promover o soerguimento moral da nação por meio das apresentações dos grandes nomes da história pátria: Tiradentes representava o homem do povo simples e humilde cuja morte fora semelhante a de Cristo, e dera a própria vida pelos ideais de liberdade e igualdade; Duque de Caxias, o guerreiro responsável por manter a ordem

e a união nacional, demonstrando um povo forte, que sabe negociar a paz e lutar quando for preciso; D. Pedro II, o homem nobre, honrado e bondoso; Campos Salles, o administrador que salvou o país do colapso financeiro; e Rui Barbosa, o grande orador e civilista. O intuito era o de resgatar vidas exemplares um tanto esquecida pela memória nacional e ao mesmo tempo resgatar as raízes da República, regime político providencial, o qual aparecia como antigo ideal e velha aspiração, o que poderia ser comprovado pelo conhecimento das biografias de homens célebres, cujos sacrifícios em prol da nação eram visíveis. Em resumo: era necessário valorizar o ensino da geografia, história e língua nacional, difundir sentimento patriótico, abasileirar os nacionais e os imigrantes pelo culto cívico da personalidade.

Capítulo 5

Êxodo rural, urbanismo e saúde pública

Os autores também debateram os problemas relacionados ao êxodo rural, urbanismo, condições de higiene e saúde da população e, apresentavam possíveis soluções; enfatizaram as ações da Liga Nacionalista de São Paulo quanto à difusão do ensino como pré-requisito para participação política.

Na Primeira República, as propostas de uma escola adaptada às diversidades geográficas e culturais foi uma das principais soluções apontadas para diminuir a migração do campo para a cidade. A vida rural era caracterizada como vida autêntica e harmoniosa e comunhão; a cidade, o interior do país era caracterizado como guardião das tradições e autenticidades brasileiras, fonte da nacionalidade, o urbano, por sua vez, contagiado de cosmopolitismo e inautenticidade. Daí o empenho de despertar gosto e encanto pela vida rural, e despertar o senso de brasilidade ainda latente, missão satisfatoriamente cumprida pelo professor na Escola Primária de Piracicaba, interior paulista, Tales de Andrade, autor do célebre *Saudade*, 1919, verdadeiro elogio da vida rural. Livro didático dotado de qualidades literárias, *Saudade* encampava o discurso das autoridades acerca da necessidade de combater o êxodo rural, conforme observa Carlos Monarcha em “Cânon da reflexão ruralista no Brasil: Sud Mennucci” (2007).

Nas primeiras décadas do século XX, certas regiões brasileiras vivenciaram transformações significativas na ordem econômica, política e social. Na capital do Estado de São Paulo acelerou-se o processo de urbanização e industrialização. Um dos desdobramentos desse processo dizia respeito ao crescente êxodo rural, na busca de trabalho na nascente indústria e melhores condições de vida, nacionais e estrangeiros, dirigiam-se para a Capital do estado defrontando-se com a miséria social e as doenças endêmicas. Fenômenos como precariedade da saúde pública e a violência urbana provocavam acalorados debates entre os

intelectuais, médicos, cientistas, políticos, os diagnósticos sociais correntes apontavam para o perigo constituído pelo “inchaço das cidades”. A mensagem de alerta prosperou entre a inteligência educacional. Com efeito, em “O problema do urbanismo no Brasil e a volta aos campos”, originariamente palestra no anfiteatro da Escola Normal de São Carlos, Teodorico de Camargo discorria sobre os perigos advindos do aumento populacional nas cidades e a saída do homem do campo, cujos desdobramentos negativos nos planos da economia e saúde pública seriam alarmantes.

Com efeito, encarado sob o ponto de vista econômico, o abandono dos campos acarreta o perecimento da agricultura, que é a base, o alicerce sobre o que repousam todos os outros ramos da atividade pública. Sob o ponto de vista higiênico, é sabido que na cidade a mortalidade é maior do que no campo, para isso contribuindo os acidentes, as doenças profissionais e para-profissionais, a mortalidade e a mortalidade infantil e, principalmente, a tuberculose, o alcoolismo e a sífilis, além do excesso de trabalho, da alimentação deficiente e das habitações insalubres e mal arejadas. (1917, p.32).

Na sua percepção, o “inchaço urbano” ao favorecer a disseminação de idéias socialistas e a criminalidade era uma questão de segurança nacional e social. Mas, o que levariam as pessoas trocarem o campo pelos centros urbanos? Na percepção do conferencista os principais fatores eram:

Quanto às causas verificou-se, serem as principais – a facilidade de comunicação e de transporte; os salários mais elevados oferecidos pela indústria e pelo comércio, mediante menor número de horas de trabalho; a questão da previdência e dos seguros para os casos de velhice, moléstias e acidentes; bem como o desejo de gozar maiores distrações que as cidades proporcionam, e a esperança de alcançar um dia as boas graças dessa deusa esquiva e inconstante que se chama a Fortuna... (idem, p.33)

Ainda que o problema representado pelo “inchaço urbano” não era semelhante ao patamar atingido pelas cidades européias, dizia que uma maneira de neutralizar o êxodo consistiria na extensão da instrução escolar às zonas rurais.

A questão da difusão da instrução entre os colonos e demais trabalhadores rurais é, sobretudo, de magna importância; porque o ensino, inteligentemente ministrado, será a arma mais valiosa contra o perigo do abandono dos campos, além do relevantíssimo serviço que presta a nacionalização do imigrante, e como veículo para disseminação das noções de higiene. Entre as medidas indicadas, a fundação de escolas rurais é, pois, a de maior urgência. (CAMARGO, 1917, p.35).

A preocupação do conferencista com o êxodo rural não se restringia às questões econômicas ou de segurança nacional e social, para ele o urbanismo era um malefício, ao trazer consigo uma mudança de atitude moral corrompendo os valores do sertanejo, do fazendeiro e seus filhos. Criado na vida ociosa e confortável nos centros populosos, o filhos de lavradores e fazendeiros tenderiam a negar o campo e a vida rural e os respectivos valores morais.

Não é somente a influência da cidade que atua para desviar os filhos dos lavradores da vida rural. Para esse resultado, também contribui a idéia errônea de ser a lavoura uma ocupação demasiada rude e baixa para pessoas de certa cultura e destaque. Assim os filhos dos fazendeiros que nunca cederam ante os atrativos da vida urbana, e que encaneceram nas lides da agricultura e nela perseveraram, ao terem de orientarem os seus filhos na escolha de uma profissão, preferem torná-los médicos, engenheiros ou advogados, em vez de iniciá-los na arte de arrotear e cultivar a terra. (idem)

Tais preocupações de fundo moral transparecem as teses e idéias favoráveis à ocupação dos sertões brasileiros, caso contrário, acreditava-se, as áreas despovoadas despertariam a cobiça inimiga e provocariam a divisão do território nacional. Mas, não era apenas o risco de invasão externa que assombrava o imaginário nacionalista — as questões de

saúde pública e hábitos de higiene também compareciam nas páginas da *Revista*. Constituir cidadãos saudáveis e produtivos implicava conter as mazelas geradas pela organização escolar inadequada, isto é, a aglomeração de crianças em classes diminutas, sem ventilação e iluminação trazia risco à saúde. Com o intuito de recomendar cuidados de proteção e profilaxia da saúde dos escolares, o Dr. Astor Dias de Andrade, em “A medicina escolar e o futuro de nossa nacionalidade”, traçava um quadro alarmante.

Em 1910, no IIIº Congresso de Higiene Escolar reunido em Paris, profissionais de todos os matizes, de todas as nacionalidades, tocaram na mesma tecla, aconselhando que se formassem especialistas das importantíssimas funções do médico escolar, não só para que as exercessem com rara proficiência, como capazes de criar por habilidade todo especial, por um verdadeiro senso de propagandista, um halo de simpatia em tono destas idéias fora do ambiente escolar, no seio das famílias, tornando-as, em última análise, focos de consciência profilática, colaboradores proveitosos, centro de puericultura. (1917, p.47).

À medicina escolar caberia exercer um papel na prevenção da saúde das novas gerações. E ressaltava os dados colhidos pela Inspetoria Médico-Escolar do Rio de Janeiro: “em 4.855 visitas escolares foram inspecionados 12.666 alunos e foram encontrados doentes 2.928, ou 20%! Doentes!”. Segundo os dados, as principais doenças eram:

[...] a lepra, a difteria, a febre tifóide, a tuberculose, a sífilis em plena virulência contaminadora, tinhas comprometendo o sistema piloso e até a pediculose, estas últimas atestadoras do descaso criminoso a que estavam sujeitas da família, as pobres crianças. Mas não só moléstias contagiosas como também perturbações de desvios vários foram encontrados e notificados, as famílias ou responsáveis, com o fim de concitá-los e orientá-los para um tratamento. (idem).

Para Astor Dias de Andrade, a escola, por meio da orientação e criação de hábitos de higiene, contribui decisivamente para debelar as endemias e epidemias.

Num país como nosso, em que a natureza exuberante ainda não foi totalmente vencida pelo homem, onde enxameiam inimigos atrozes como o amarelão, a maleita e a moléstia de Carlos Chagas, e nesses derradeiros tempos do tracoma importado, pragas que mais nos tem prejudicado no conceito dos estrangeiros, conceito esse de que somos tão ciosos, que enormes vantagens não obteríamos se, com a aprendizagem própria da Escola ensinássemos contra tais adversários da saúde uma defesa adequada e suficiente!(ANDRADE, 1917, p.48).

Nos argumentos do médico, muitos dos professores desconheciam os preceitos de higiene, já os alunos quando orientados a procurarem os postos de saúde, eram proibidos pelos pais de tomarem as medicações sob pretexto de que, ao invés de curarem, os remédios causariam males à saúde. Sem o trabalho conjunto de médicos, professores e pais não seria possível debelar as endemias e epidemias. Cuidar da saúde física da população era preocupação de largos círculos profissionais e intelectuais incomodados com o “atraso nacional”, embora o país fosse dotado de riqueza natural. Em conclusão, cuidar da saúde física da população, o primado “corpo são em mente sã” vigorava na época como lei, era um dos caminhos para regenerar a “alma do brasileiro”.

Capítulo 6

O nacional e o estrangeiro

O “povo” e a “imigração” foram assuntos debatidos na *Revista*. Diversos autores discutiram as origens do povo brasileiro, suas virtudes e fraquezas, bem como os problemas e os perigos relativos à segurança nacional e os benefícios para o desenvolvimento do país ocasionados pela presença dos imigrantes.

A palavra de ordem era promover o progresso do Brasil e colocá-lo entre as nações desenvolvidas, no entanto, as idéias fundamentadas em estudos científicos da época não promoviam grandes perspectivas. Um dos debates na época dizia respeito à diversidade étnica racial, principalmente o predomínio da raça negra, considerada por alguns cientistas como inferior. Contudo, a valorização da terra e do povo em todos seus aspectos era imprescindível, como meio de convencer o povo e os segmentos intelectuais sobre o futuro promissor do país.

Entre a intelectualidade brasileira circulavam versões acerca da identidade nacional, debatendo-se o ser da “alma nacional”? De um lado estavam os admiradores da civilização europeia e das raças adiantadas; de outro, os absorvidos pela criação de uma identidade original, capaz de distinguir o Brasil dos demais países; estava claro “pelo menos para alguns, que nossas possibilidades étnicas mais fortemente se afirmavam nos rincões distantes, nos quais pulsava o Brasil real, indiferente ao frenesi das cidades” (LUCA, 1999, p.196). Bem sucedidas na Europa de século XIX, as teorias étnicas raciais elaboradas por Gobineau, Georges Cuvier, Carl von Linnè e Herbert Spencer, difundiram-se no Brasil em fins do século XIX e início do XX, sendo acolhidas em estabelecimentos de ensino e pesquisa e literatura específica, conforme expõe Lilia Moritz Schwarcz, em *O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (1993).

As teses dos “teóricos raciais” eram a de que o crescimento das sociedades vinculava-se aos caracteres raciais genéticos das populações. Partiam do pressuposto de que as sociedades brancas européias encontravam-se no mais alto grau do processo civilizatório e, portanto, superiores às demais sociedades. Sendo a raça branca superior as demais. Fundamentados nessas teorias, vários intelectuais brasileiros situavam a composição étnica da população como fator decisivo, do qual dependiam as chances de inserção do país entre as grandes nações. Todavia, a absorção dessas idéias não pode ser entendida como algo passivo ou mera repetição, para Tania Regina de Luca (1999, p.157), ocorreu “um esforço de apropriação, reelaboração e mesmo luta com princípios que nos eram francamente favoráveis”.

O problema da segurança nacional ecoava nos discursos, as disputas entre as potências industriais pela hegemonia econômica mundial, a primeira grande guerra provocara o desejo de assegurar a soberania nacional e de lealdade à pátria. Num contexto de desconfiança perante os países em guerra, os círculos de intelectuais, políticos, professores e outros envolveram-se num mesmo projeto: a construção da identidade nacional. Elaborar a identidade do povo brasileiro tornara-se tarefa premente, dessa identidade dependia o futuro promissor, segundo estudos da época o desenvolvimento das nações relacionava-se intrinsecamente com a questão étnica.

João Augusto de Toledo abordou essa problemática no artigo “Nossa Gente”; no qual registrou sua preocupação com a formação étnica, ou melhor, “racial” do que denominou de “nossa gente”. Após contextualizar o processo de formação racial da sociedade brasileira, ou seja, “três raças principais”: o português, o índio e o negro, alerta para o fenômeno das imigrações no Brasil: “Hoje, nossa atenção deve voltar-se cuidadosamente para a imigração dos últimos trinta anos, que vem juntar um novo fator a nossa nacionalidade tão mesclada já, e complicar ainda mais nosso já complicado problema etnológico”. (1918b, p.40).

Segundo Tania Regina de Luca, no começo do século XX a prática de classificar a humanidade em grupos “aos quais eram atribuídos valores biológicos, psicológicos, morais e ou/culturais intrinsecamente diferentes continuava desfrutando de *status* de verdade científica que poucos ousavam contestar” (1999, p.157). Inúmeros teóricos postulavam a mestiçagem como obstáculo ao desenvolvimento. No Brasil, “a problemática da hibridação não era simples especulação teórica, mas experiência vivida quotidianamente” (idem).

Nas páginas da *Revista*, o imigrante e a imigração eram apreciados sob ângulos diversos: para alguns, o estrangeiro ao se unir as raças brasileiras proporcionaria gradativo clareamento da população; para outros, seria obstáculo à manutenção da ordem e à unidade da “alma nacional”. Em “Nossa gente - Notas pedagógicas para meus alunos”, João Toledo assim argumentava:

Não há negar que a corrente imigratória que nos procura é constituída das classes mais desfavorecidas e conseqüentemente pior preparadas, mas é também verdade que, em sua quase totalidade, é ela formada pela raça branca dos países europeus. Mas a *alma nacional* corre risco iminente de diluir-se em um cosmopolitismo frouxo, amorfo, pernicioso. As características de povo – língua, tradições, costumes, sentimento - pátrio sofrem a ação solapante de outras pátrias. (1918b, p. 41 – grifo no original).

Nesses termos, João Augusto de Toledo apesar da desconfiança em relação à imigração e do “iminente risco” da degradação da “alma nacional” entende que a presença do imigrante branco unindo-se às demais raças já presentes no Brasil é importante na medida em que promoverá um branqueamento da população. Se essa miscigenação fosse acompanhada por uma educação adequada, proporcionaria aspectos positivos à construção da identidade brasileira.

O resultado futuro desse largo caldeamento, que agora continua com elementos novos, impossível de ser predeterminado com segurança, pode, entretanto, ser previsto em linhas

muito gerais. O preto e o índio desaparecerão, como acima ficou dito. O português, tronco principal da nossa raça e do qual muitíssimo nos aproximamos, afluindo ainda para essas terras, em forte corrente imigratória, auxiliar-nos-á a manter, além de outros caracteres, a língua que falamos. Os outros estrangeiros que recebemos serão espalhados por diferentes zonas do país e a eles se darão escolas brasileiras boas, bem orientadas, gratuitas, abundantes. (idem, p.41)

Para João Toledo, como para outros intelectuais, a educação do imigrante era fator primordial no processo de adaptação do estrangeiro ao novo território e cultura nacional. O imigrante não era visto como problema, mas, pelo contrário, era entendido como uma solução que se bem orientada poderia trazer bons frutos.

Outro texto significativo é “Tipos brasileiros: a alma nacional”, Waldomiro Caleiro, secretário da Escola Normal, ao discorrer sobre as origens de “nossa gente” e a verdadeira “alma nacional”, conclui que a “nossa gente” seria formada por três raças: o índio, o português e o negro; porém, nos últimos tempos um novo elemento havia surgido: o mestiço.

Em síntese: três raças diversas compõem, principalmente, a população do Brasil: o tupi-guarani, o português e o negro. Ao lado dessas três raças, que se estadeiam, ainda, destacadas, posto em proporções muito várias, uma ao lado da outra, um novo elemento, uma como que sub-raça, avulta, tendendo a assimilar e a sobrepujar todas as demais: - o mestiço. (1917, p.24).

Esse novo elemento, o mestiço, seria o meio pelo qual diminuiria a presença de negros na população geral e possibilitaria o predomínio da “raça superior”: “Nessa liga o branco predominará, aclimatado e diferenciado por este novo *habitat*, de maneira a distinguir-se e muito, no andar dos tempos, da própria raça mãe” (idem., p.25).

Para Waldomiro Caleiro, ainda não era possível falar de um tipo brasileiro. Com recurso a Le Bon, renomado psicólogo e sociólogo francês, que defendia o argumento de que

entre as raças européias históricas, apenas os ingleses representariam um tipo acabado, uma vez que as demais não possuíam ainda sequer um tipo médio representativo, Waldomiro Caleiro via no sertanejo possibilidades inusitadas.

Mas, senhores, se um tipo brasileiro médio não temos, se o paradigma da raça (seja-nos permitido dizer assim) ainda não se formou, há, contudo, uma medula da terra, no nosso centro, no cenário em que se desdobra a autêntica, a verdadeira vida nacional – nas brenhas, nas selvas, nos chapadões e nos campos, - vivendo hoje ou sobrevivendo nas tradições, tipos bem representativos desse cerne vigoroso, antigo, trabalhado, requeimado; feito para as agruras, para as contrariedades, para as incertezas: - *o sertanejo* do Brasil. (CALEIRO, 1917, p.25, grifo do autor).

É nesse sentido que a *Revista* idolatrou o legítimo produto da terra, o sertanejo. Mariano de Oliveira, então diretor da Escola Normal de São Carlos, foi um dos defensores do sertanejo. Em “Culto à bandeira”, conferência realizada em 19 de novembro de 1917, discordava da tese que dizia ser o caboclo um “povo apático”, “preguiçoso” e que não se interessa pelas “coisas cívicas”, contribuindo para o atraso da nação. Na sua visão dos fatos nacionais, referia-se à Revolução Federalista e aos desbravamento de florestas para o cultivo dos cafezais:

O nosso caboclo, o nosso sertanejo foi e será ainda por muito tempo quem nos manterá a vida nas cidades á custa de seu trabalho obscuro e desprezado. Foi e será ainda a poderosa reserva para a qual não apelaremos em vão, se a Pátria exigir o seu serviço e o seu sangue. (OLIVEIRA, 1917, p.137)

Aos seus olhos o homem do campo constituía um “povo hospitaleiro”, “caridoso”, “trabalhador”, “fiel” e “herói”, e muito útil à formação da “alma nacional”, com essa adjetivação procura desfazer a imagem do caboclo aliada à figura criada por Monteiro Lobato

— o “Jeca Tatu”, um sertanejo do interior paulista, ignorante e avesso aos hábitos de higiene, doente, preguiçoso e apático. Escrevia Monteiro Lobato:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando... vai ele refulgindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão [...] de modo à sempre se conservar fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não se adaptar [...] o caboclo é uma quantidade negativa. (1957, p.271).

Segundo Tania de Luca (1999), a figura Jeca Tatu foi além dos limites da ficção e transformou-se no anti-herói nacional, incomodando todos os partidários de um discurso ufanista a respeito do país e seus habitantes. De certa maneira, os idealizadores da *Revista* encontram no elogio ao caboclo e ao sertanejo uma das saídas para a “questão racial”, ou seja, se não havia um tipo brasileiro, havia certamente um “produto da terra”: “Sertão é a palavra mais poética e talvez a mais expressiva da terra brasileira; sertanejo é um termo que nos vibra as cordas profundas da alma. O sertão é teatro da nossa vida, o sertanejo a nossa história!” (CALEIRO, 1917, p.25). Em paralelo ao sertanejo e ao caboclo exaltava-se figura mítica bandeirante e das Bandeiras: “Quem desconhecerá essa página fulgurante das bandeiras? Que paulista não se orgulhará de trazer um pouco do sangue audaz dos bandeirantes?” (idem).

Em “A idéia de São Paulo como formador do Brasil” (1999, p.71), Kátia Maria Abud ressaltou que a mitologia bandeirante estaria conforme o desejo das autoridades e das elites locais na manutenção da hegemonia do estado.

O bandeirantismo, heroifica o homem sofrido do campo impondo-lhe valores importantes para a manutenção da burguesia paulista, que se alimenta dessa mitologia para elaborar sua própria imagem, criando uma alegoria da igualdade dos paulistas, pois se não fisicamente, moralmente somos todos originários dos desbravadores do sertão,

conquistadores de terras, civilizadores dos índios e realizadores da unidade territorial do país.

Ou seja, na explicação da autora, a imagem do bandeirante “representa por excelência à entidade paulista que se tornou símbolo de bravura, arrojo, integridade, progresso, superioridade racial e, até mesmo democracia”. Imagem construída por historiadores, a ela atribuindo-se “um conjunto de símbolos, que os paulistas utilizaram ao enfrentar questões que lhes foram peculiares ao longo de sua história” (idem). Na busca por um representante “digno” das origens nacionais, elegia-se a figura do bandeirante, um desbravador e conquistador dos sertões. Segundo Tania Regina de Luca (1999, p.86-7), a idealização do bandeirante, como dito anteriormente, resultou dos trabalhos de historiadores que “debruçaram-se sobre o passado, privilegiando certos indivíduos e episódios em um trabalho de consagração que respondia às necessidades do momento”. Para a autora, a narração “da conquista e da manutenção do território foi transformada na grande epopéia nacional, redimindo não apenas o nosso passado, mas também as regiões tropicais que – afinal – davam sinais de poder conviver com a civilização” (idem).

Em síntese, imigrantes e imigração foram discutidos e enfatizados como problema de ordem social e solução ao mesmo tempo. O imigrante era a solução encontrada, pelos homens da ciência, para o “clareamento da raça”. Apesar de a imigração trazer aspectos positivos para a “questão étnica”, despertava inquietações a respeito da unidade nacional.

Capítulo 7

O “culto cívico”, a “religião da Pátria”, o escotismo

A Escola Normal de São Carlos e a *Revista* ecoaram largamente os discursos e conferências de mobilização de Olavo Bilac. O fascículo 4, junho de 1918, transcreveu na íntegra o famoso discurso “Palavras aos meninos brasileiros”. No trecho inicial do discurso Bilac exaltava o adulto responsável que poderia estar na criança.

Faltando-vos, meus amigos, não falo já a crianças, mas aos homens que já deveis ser. Nesta crise perigosa da formação do Brasil, é preciso que a vontade, a seriedade e a atenção já estejam dominando os espíritos das crianças. A tarefa é imensa e urgente, o tempo da vida é breve, os acontecimentos precipitam-se; é necessário que nos corpos de dez anos já se temperem almas de vinte, e que na inocência do menino já se afirme a energia do cidadão.

Sois felizes, porque entraís na vida, justamente na época em que o Brasil entra no auge da sua virilidade. Eu, e os da minha idade, não veremos a verdadeira e perfeita Pátria, que está surgindo; vela-eis, e dela vos orgulhareis, se souberdes desde já manter e desenvolver este impulso heróico, esta arrancada sublime, em que vibra a nossa nação, neste alvorecer de pujança. Para que esta alvorada se perpetue em dia glorioso, é indispensável que desde já vivais, penseis e trabalheis como homens.

Em sintonia com as expectativas da hora tão propagandeadas por Olavo Bilac, em “Culto cívico”, Carlos da Silveira verberava perigos e expectativas idênticas:

O tempo é de incertezas quanto ao dia de amanhã; a Europa, berço vetusto de uma civilização que ora se transforma, resolve-se medonha num sangue generoso do qual há de brotar um futuro melhor, mais puro, mais harmonioso. (SILVEIRA, 1919b, p.21).

Para ele, Olavo Bilac era o apóstolo propagador das esperanças de um país melhor, movido por ideais de grandeza e força, harmonia e justiça. Era o “novo Pedro”, fundador de uma nova “religião” — a religião da Pátria: “bendito seja o poeta semeador, bendita a terra promissora, bendita a semente de que brotarão messes fartas e incalculáveis”.

É bem verdade, ilustrado auditório, que há uma religião da Pátria a qual se constitui, como todas as religiões, dos dois elementos essenciais: idéias patrióticas e sentimentos patrióticos. Assim como nas religiões o elemento intelectual (idéias, dogmas, crenças) sofreu uma evolução do manípulo ao monoteísmo, assim também o elemento intelectual na religião da Pátria passou da idolatria patriótica a idéia de união necessária, como ponto de transição para um ideal verdadeiramente cristão – de fraternidade universal – a Grande Pátria humana. (SILVEIRA, 1919b, p.8)

Como em um culto religioso, Carlos Silveira salientava em “Culto cívico” que ao cidadão antes da “adoração” necessitava fazer um “auto-exame” e discernir a intensidade da “fé” e do compromisso com a “Pátria”:

Convido-vos, pois, meus caros patrícios, a verificardes num exame de consciência muito sincero, o grau da vossa própria educação cívica para, com os resultados desse exame, ir, cada um tentando atingir a perfeição almejada, quotidianamente, passo a passo, sem desânimos e sem tergiversações (idem, p.7).

Prática próxima à idéia de “confissão dos pecados” seguida de arrependimento e confirmação de compromisso de mudança de atitude, o “auto-exame” expressaria o modo pelo qual cada cidadão contribuía para o engrandecimento nacional. Os argumentos do autor a respeito da união civismo e religião eram uma das estratégias de mobilização política; nos argumentos, o Estado aparecia como ente protetor que acolhia e amparava a prole, a escola, o templo onde os fiéis cultuavam a pátria, o professor, um sacerdote secular.

Os apelos de mobilização dos homens ilustrados e dos braços fortes da nação eram recorrentes. Em “Mestres e soldados”, Atugasmin Médici, conclamava:

Somos uma criança viçosa e sadia, uma criança aproveitável, que não pode ser descuidada que precisa de instrução. Vivemos na necessidade constante de espalhar a instrução, porque ainda somos uma nacionalidade nova (1917, p.87).

Recurso argumentativo plenamente corroborada por Antonio Firmino Proença, em “Escola e a caserna”, originariamente discurso pronunciado na sessão de entrega das cadernetas de reservistas aos atiradores da Escola.

Nós somos um povo em formação. Até aqui temos andado as escuras, seguindo os mesmos trilhos dos nossos antepassados. Agora começamos a ver um pouco. Resolvidos os nossos dois grandes problemas – *a restauração física do povo* e a sua *conveniente educação*, o Brasil será rico, poderoso, invejado e invencível (1920a, p.68, grifo do autor).

Tania Regina de Luca (1999, p.90) ao analisar o clima intelectual desse período, constatou ser freqüente a comparação entre o Brasil, país em desenvolvimento, e a criança em fase de crescimento, comparação que, segundo a autora, indicava haver um longo caminho a percorrer até que todas as nossas potencialidades e possibilidades desabrochassem, revelando enfim a real face do país “[...] a crença na imaturidade dava margem a um julgamento condescendente do presente e postergava, com tranqüila confiança, a solução de todos os males para um futuro, naturalmente não datado”. Sobre esse clima de época e suas idéias predominantes, Lucia Lippi Oliveira assim ponderou:

A questão nacional no Brasil assumindo um desenho que a define como um problema. No confronto com a Europa, e mais tarde com os Estados Unidos, estamos sempre às voltas com o que nos falta. A avaliação negativa do passado e das possibilidades futura são

constantes. O confronto do Brasil com outros países produz um leque de diferenças, aponta as singularidades que passam a ser avaliadas positiva ou negativamente. (1997, p. 187).

O “entusiasmo pela educação”, conforme formulação de Jorge Nagle, vigente no período ligava-se às tentativas de recomposição do poder político de grupos que estavam à margem desse processo ou que acreditavam ser possível concretizar os ideais republicanos e democráticos pelo aumento e esclarecimento dos eleitores, expectativa compartilhada por Ezequiel de Moraes Leme:

Precisamos reagir, senhores, contra estes estado de coisas. É nosso dever consagrar toda a nossa energia para tornar uma verdade o regime representativo.

A democracia é o regime em que o governo é exercido pelo povo, por seus mandatários. Mas o povo que se governa é povo que tem civismo. E o civismo é palavra vã entre os ignorantes, os que desconhecem o alfabeto. Estes são mais animais que homens. Sendo a maior parte da nação brasileira completamente bronca é bem de ver a sua absoluta incapacidade para se governar. (1921, p. 13-14)

Segundo Jorge Nagle (1976, p.102), “A importância da escolarização, neste contexto, é derivada de necessidades políticas; devido a isso, e não a outros argumentos, quaisquer que sejam, a escolarização ganha prestígio”. As vozes eloqüentes conclamavam a uma reação positiva e com ele mudar o quadro que imperava na política brasileira. Com efeito, devido o alto índice do absentismo, Carlos da Silveira considerava a obrigatoriedade do voto era algo urgente para consolidação do regime democrático, tão urgente que conforme o autor vários países civilizados já haviam adotado o voto obrigatório.

Não se concebe um ESTADO FEDERATIVO sob um GOVERNO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO, em que o cidadão deixe de votar [...] O absentismo é um mal tão grande que vários países adotaram já o *voto obrigatório*. Mas não basta seja o voto

obrigatório, apenas; preciso é que o seja também *secreto*, porque o respeito ao voto só é completo quando ele é inteiramente secreto (SILVEIRA, 1919b, p.41 – grifo do autor)

Para esses homens letrados, o projeto de moralização social teria como fundamento a extensão da educação popular, pois se atribuía a ignorância a causa de todas as crises e da “degeneração social” reinantes. Daí outra recorrência, a ênfase nas celebrações das datas nacionais, no hastear a bandeira, o entoar os hinos pátrios, o escotismo, ou seja, a prática do “culto cívico” e da “religião da Pátria” para além do espaço intra-escolar.

O hino e a letra

Entre as atividades cívicas priorizadas pelos professores da Escola Normal de São Carlos constavam o “Culto à bandeira” e o “Hino Nacional”. Entretanto, havia um problema a ser resolvido. Em “A letra do Hino Nacional”, Elizário Araújo notava:

Nota-se com relação ao hino nacional brasileiro, uma sensível lacuna, fato que se não justifica e que reclama, sem demora, uma providência definitiva: é a falta de uma letra oficial, pois atualmente o que há, no Brasil, é uma pluralidade de letras para o hino nacional. Com efeito, se a música está consagrada, o mesmo não acontece com a letra. Qual é a letra do hino nacional? (1921, p.25)

Em âmbito maior, havia uma preocupação, pois as vésperas da celebração do centenário da Independência, em 1922:

Daqui a um ano e pouco comemoramos o centenário de nossa independência política. Cem anos de vida livre, autônoma. Entretanto, ainda não temos uma letra oficial para o hino da Pátria! No concerto das nações livres, talvez sejamos o único povo a fazer exceção a este respeito. (idem).

A disputa simbólica acerca do hino e da bandeira nacionais foi estudada por José Murilo de Carvalho em *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Proclamada a República, o hino ouvido nas ruas e nos eventos cívicos da Capital Federal era a *Marselha*. Em 22 de novembro de 1890, o Governo Provisório promoveu um concurso para musicar a letra de Medeiros e Albuquerque, entretanto, para surpresa geral, o major Serzedelo Correia recebeu o pedido de executar o hino de Francisco Manuel da Silva, hino oficial da Monarquia: “Serzedelo levou o apelo a Benjamin [Constant], este consultou Deodoro. Decidiu-se na hora que fosse tocado o hino e que continuasse como hino nacional” (CARVALHO, 1990, p.125). Após a oficialização do Hino Nacional, de autoria de Francisco Manuel da Silva, estabeleceu-se que a música de Leopoldo Miguez seria o Hino da Proclamação da República. Mais tarde, após exacerbação das críticas, oficializou-se a letra composta pelo poeta e jornalista Joaquim Osório Duque Estrada.

Progressivamente, o “culto cívico” absorveu aspectos da moral — práticas e rituais cívicos, como festas e desfiles, saudação aos símbolos nacionais foram incorporados ao aprendizado escolar, uma vez que era considerado fundamental para a formação do caráter e unidade nacional. Em a “A moral cívica”, originariamente conferência em nome da Liga Nacionalista, na cidade de Jaú, São Paulo, em 7 de setembro de 1918, Dagoberto Salles enfatizava a semelhança entre civismo e religiosidade:

Ser patriota, ser bom cidadão, é possuir educação cívica. E a educação cívica em última análise, nada mais é do que a religião da pátria. Nessa religião, como em todas as outras, há graus de perfectibilidade para a consciência dos fiéis. (SALLES, 1918, p.70).

Buscar a perfeição individual e coletiva na “religião da pátria” deveria ser o ideal de cidadania, pois assim como o cristão busca a perfeição, ao cidadão cabia evoluir na “escala do patriotismo”. Nessa evolução, a “moral cívica”, era preponderante. Para o autor, o “amor à

liberdade” era um direito que o homem desfruta de sua liberdade sem ferir seu semelhante. Por fim, vale ressaltar que a participação no “júri popular” e o “respeito às leis” também fazem parte dos mandamentos da religião patriótica. O cidadão, ao cumprir as obrigações eleitorais e respeitar as leis, estaria assegurando a liberdade e garantindo a integridade da justiça. De modo geral, os autores em seus artigos partilhavam de uma história que exaltasse o passado nacional e a uma Geografia que retratasse as belezas e as riquezas naturais do país; em suma: de um ensino prático e de cunho nacionalista que cultivasse datas e rituais compreendidos como “ensino cívico”.

O escotismo como meio associativo e educativo

Outro meio de iniciar os escolares nos rituais de valorização patriótica era a prática do escotismo associado ao ritual cívico-militar, tal como queriam os militantes das ligas nacionalistas com fito de alcançar segurança e ordem nacional. De fato, em 1917, era introduzido o escotismo nas escolas, quando distribuiu-se em larga escala do *Manual do Escoteiro*, de Baden Powell.

Criado na Inglaterra pelo Lorde Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, em 1907, o escotismo caracterizou-se como um movimento voltado para o desenvolvimento dos jovens por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei escoteira, e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, buscando deste modo fazer com que o indivíduo assumisse seu próprio crescimento tornando-se, assim, um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina. Visto tanto como meio de formação do caráter, quanto de preparação militar, o escotismo intensificou-se nos meios educacionais paulistas como fator de educação do caráter e de defesa da pátria. Em *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*, Jorge Carvalho Nascimento concluiu que:

Em São Paulo, as autoridades educacionais demonstraram grande entusiasmo pelo movimento escoteiro e já em 1917 estava firmado um acordo com a Associação Brasileira de Escoteiros. No mês de agosto de 1917, durante uma solenidade que aconteceu na Escola Normal de São Paulo, foram indicadas 30 professoras para compor a primeira turma do curso intensivo de formação de chefes Escoteiras. Após o curso, essas professoras retornavam às suas classes a fim de formar as companhias de escoteiras. Foi nesse mesmo período que a Associação Brasileira de Escoteiro (ABE) estreitou suas relações com a Liga de Defesa Nacional, marcando suas atividades com características nacionalistas.

A introdução do Escotismo como prática nas escolas do Estado de São Paulo aconteceu durante a segunda gestão de Oscar Thompson à frente da Diretoria Geral de Instrução Pública, entre 1917 e 1920. Entusiasta da Escola Nova, Thompson estabeleceu como prioridade da sua gestão a formação integrada do homem, a partir do trinômio “conhecer, compreender e aprender”. (2008, p. 279)

Rosa Fátima de Souza em “A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira” (2000a, p.113-4) ao analisar a introdução e a disseminação do escotismo nos meios escolares brasileiro, para a autora, os professores e diretores preocupavam-se em adaptar o escotismo aos hábitos e costumes paulistas:

As práticas cívico-militares em voga nas escolas primárias atendiam, assim, a múltiplos propósitos: fosse à perpetuação da memória histórica nacional, a exibição das virtudes morais e cívicas inscritas na obra formativa escolar, a ação educadora da escola para o conjunto da sociedade ou a expressão do imaginário sociopolítico da República.

De fato, em “Instituições Patrióticas”, conferência no anfiteatro da Escola Normal, em 1º de novembro de 1917, Elisiário Fernandez de Araujo, ponderava:

Fazei, senhores, os vossos filhos escoteiros. E mandai-o para a escola, para que eles aprendam a ler, a escrever e a contar; para que conheçam a nossa geografia e a nossa história; a geometria, cujos conhecimentos práticos esta o pedreiro ou o carpinteiro todo dia empregando; as ciências físicas e naturais, através de noções que não podemos

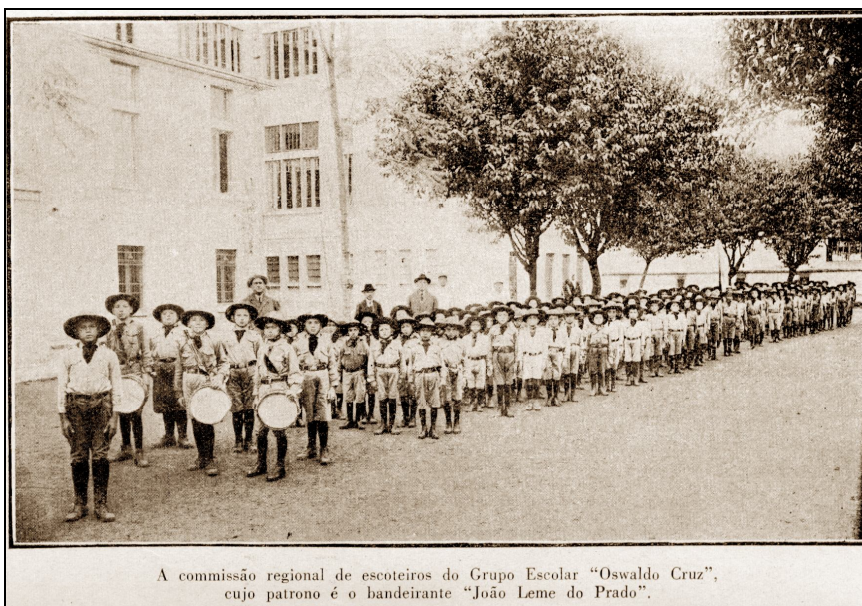
dispensar em nossa vida cotidiana; e a educação moral e cívica como coroamento da aprendizagem. (1917, p.103)

O entusiasmo pelo escotismo é evidente, não só entre os autores da *Revista* como também em outras associações diversas, como as ligas nacionalistas. Olavo Bilac, segundo Elisiário de Araújo, preceituava o escotismo como elemento da “heroicultura”, uma contribuição possível para a defesa nacional estava na obrigatoriedade do escotismo: “No escotismo, a idéia de honra define-se: é a honra do indivíduo, e a honra do cidadão; e o desinteresse e a magnanimidade não são apenas gestos formosos: são ações justas e úteis, justas para a perfeição humana, e úteis para a grandeza da Pátria” (ARAUJO, 1917, p.102). Os escoteiros se diferenciavam dos demais meninos pela aquisição de bons hábitos, escrevia Domingos de Vilhena em “O escotismo como meio educativo”: “nas ruas, em casa, nas aulas, é fácil destacar um escoteiro: meninos bem educados, filhos amorosos e obedientes, alunos exemplares” (1921, p.24), visto que, “ao escoteiro é proibido discutir sobre assuntos políticos, religiosos ou filosóficos, como sobre tudo o que possa ser causa de prejudiciais dimensões”, posicionamento favorável para uma sociedade que buscava a unidade de pensamento e sentimentos (ARAUJO, 1917, p.102).

O próprio código do escoteiro priorizava a honra e a dignidade: “a palavra de um escoteiro é sagrada. Ela coloca a honra acima de tudo, mesmo da própria vida”, “o escoteiro aceita, em todas as circunstâncias, a responsabilidade de seus atos”, “o escoteiro tem a constante preocupação de sua dignidade e o respeito de si próprio” (idem, p.103). Em “Discurso pronunciado na festa inaugural da Sociedade de Estudos e Conferencias”, proferida em 9 de setembro de 1916, Mario Natividade, ratificava o entusiasmo e partilhava da percepção das mudanças em curso.

Conferências de civismo se realizam por toda parte. Já se constroem ligas patrióticas sob a égide oficial. E, por fim, o escotismo, essa força viva, maravilhosa, no país ganha terreno palmo a palmo. São tudo passos tardos, mas seguros, para a Canaã dos nossos sonhos; tudo desperta aquelas doces esperanças “de porto e salvamento”, de que fala o poeta. (1917, p.24)

Como narrou José Ribeiro Escobar, em “Histórico da Instrução Pública Paulista” (1933, p.160), o escotismo atingiu o auge na presidência de Washington Luis: “havendo 500 comissões, com mais de 100.000 escoteiros, grandes concentrações no interior, um desfile de 7000 escoteiros na Capital, e obtendo o escotismo o *grande prêmio* na Exposição do Centenário da Independência”, realizada em 1922, na capital da República. Se por um lado, o escotismo era um grande aliado para a “moralização” e “segurança nacional”, por outro, o povo e a imigração despertavam calorosos debates em relação a estas questões.



A comissão regional de escoteiros do Grupo Escolar “Oswaldo Cruz”, cujo patrono é o bandeirante “João Leme do Prado”.

Ilustração 10 - A comissão regional de escoteiros do grupo escolar “Oswaldo Cruz”. Para os intelectuais das décadas de 1910 e 1920 escotismo tinha um papel fundamental na formação da identidade nacional, pois dentre os valores apregoados eram priorizados à disciplina e o amor a pátria.
Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1924).



Ilustração 11 – Tambaú - acampamento de escoteiros no dia 7 de Setembro de 1922. Honra, lealdade, amizade, fraternidade, respeito com o meio ambiente, disciplina, auto-estima e caráter, princípios que faziam parte da vida de um escoteiro.

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* (1924).

Capítulo 8

Pedagogias e modelos de ensino nas páginas da *Revista*

O período anterior à década 1920 é considerado pelos historiadores da educação como significativo para a história da educação brasileira, nesse período, segundo as últimas análises, os modelos educativos predominantes desde fins do século XIX foram questionados e substituídos por outros, e tal como antes, também caudatários das idéias e experiências processadas na Europa e Estados Unidos.

Estudos mais recentes concluem que na Primeira República concorriam entre si dois modelos pedagógicos objetivando reconhecimento e legitimação, por exemplo, em *A escola e a República e outros ensaios*, Marta Chagas de Carvalho (2003) considerou a disputa entre a “pedagogia moderna” que “estrutura-se sob o primado da visibilidade, propondo-se como *arte* cujo segredo é a boa imitação de modelos”, de um lado; e a “pedagogia da *Escola Nova*” que começa a se difundir no Brasil em meados da década de 1920 e que “pretendia subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos como os seus fundamentos ou instrumentos”, de outro. Ao final, segundo a autora, sobrelevou-se a “pedagogia da *Escola Nova*”, a qual reivindicava para si “o monopólio do *novo* e do *moderno* e produzindo, pejorativamente, os saberes pedagógicos concorrentes como *pedagogia tradicional*” (idem, p.130, grifos do autor).

O movimento da *Escola Nova* surgiu no final do século XIX, na Europa. Os objetivos do movimento, sinteticamente, podem ser assim resumidos: incorporação na pedagogia das chamadas “ciências da educação”: biologia, fisiologia, psicologia e sociologia; e proposição do ensino ativo, o “aprender fazendo”. Ao colocar-se como alternativa ou mesmo superação da “educação tradicional”, tradicional segundo os teóricos por enfatizar a memória, o intelecto, o livro, a palavra do professor, os inovadores reivindicavam a criança como centro das relações de aprendizagem e uma melhor interação entre indivíduo e

sociedade (CAMBI, 1999). Por conseqüência, a atividade da criança e a experimentação constituiriam o ponto de partida para a construção do conhecimento, como assinalou Diana Gonçalves Vidal, em “Escola Nova e processo educativo” (2000, p.497).

Para outros autores, designadamente Rosa Fátima de Souza no artigo “Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil” (2000b) na passagem para o século XX, as questões relacionadas à organização escolar ganharam melhor consistência aprofundando-se, por exemplo, os debates sobre métodos, programas e manuais de ensino, critérios para classificação de alunos, distribuição e controle do tempo escolar, arquitetura e mobiliário. No plano global tais questões, segundo a autora, repercutiram graças às Exposições Universais, e no plano local, pela realização de congressos de instrução, relatórios de ministros e inspetores do ensino, publicação de livros, artigos, jornais e revistas. Esse foi o caso do método intuitivo.

Os teóricos e adeptos do método intuitivo, Basedow, Campe e Pestalozzi, recomendavam iniciar a aprendizagem pela apreensão concreta dos objetos do cotidiano e em seguida evoluir para a apreensão abstrata, isto é, o processo promoveria um trânsito da intuição dos sentidos para a intuição intelectual.

No Brasil, o ensino intuitivo constou nas propostas de reforma da instrução pública, literatura didática e legislação educacional do final do Império e começo da República. Rui Barbosa, por exemplo, advogou a favor nos seus *Pareceres* e ao traduzir e adaptar o livro de Norman Allison Calkins sob o título *Primeiras lições de coisas*, manual destinado aos pais e professores, como indica Vera Teresa Valdemarin, em “Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino” (2004).

Outro publicista foi Antonio Caetano de Campos, que segundo José Ribeiro Escobar (1933, p.162) “que pregava o ensino concreto, experimental, construtivo, investigativo, os programas flexíveis e o método de ensino que devia surgir da psicologia da

infância”. Com efeito, o reformador implantou as escolas-modelos em anexo à Escola Normal de São Paulo tornando-as centros de difusão e demonstração de métodos e processos de ensino, introduzindo nelas a metodologia norte-americana, então as escolas primárias conheceram o método analítico de leitura, ensino intuitivo, e os ensinamentos de Pestalozzi e Fröebel, conforme explica Carlos Monarcha em *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes* (1999). Para Marta Maria Chagas de Carvalho (2003, p.25-26), na visão de Caetano de Campos: “formar o pedagogo moderno consistia em fazê-lo ver os novos métodos em funcionamento”.

Por sua vez, Ana Clara Bortoleto em “Impressos de Professores: representação sobre educação e ensino nos periódicos paulistas (1911-1923)” (2008) salientou que entre os artigos veiculados na *Revista da Escola Normal de São Carlos* é possível identificar tanto autores alinhados à “Pedagogia Moderna” e ao ensino intuitivo, quanto à “Pedagogia da Escola Nova”.⁹ Assim, os artigos de João Toledo ao valorizarem a atenção e a memória na aprendizagem seriam exemplos de filiação a pedagogia moderna; os artigos de Carlos da Silveira e Antônio Firmino Proença, por sua vez, compartilhariam ideais da Escola Nova: “é em torno do método intuitivo e dos trabalhos manuais que se desenha um modelo de formação do professor primário, onde o aprender a fazer é o ponto de saída” (idem, p.16). Seja como for, os autores publicados na *Revista* demonstraram particular empenho em difundir e demonstrar os métodos e processos de ensino considerados modernos, eficazes e em harmonia com natureza da criança.

De fato, para o lente de Pedagogia, João Augusto de Toledo em “Pedagogia e Evolução”, após discorrer sobre o processo de “evolução das espécies” citando Darwin, Lamarck e neo-darwinistas concluía que a aprendizagem evoluía em etapas análogas a evolução das sociedades, para ele, a educação “não visa contrariar os fatores naturais que

⁹ Sobre essa discussão ver Ozelin (2006).

impulsionam a existência, mas sim de se apropriar deles, modificá-los e selecioná-los segundo os conselhos da experiência” (1917a, p.9).

Já em outro artigo, “Aprendizado Ativo”, ele criticava o ensino contrário aos processos naturais calcados nos procedimentos de observação, comparação, associação e indução; dizia que ao aluno que recebia os conteúdos prontos e elaborados pelo professor, restava apenas o “aprendizado, puramente mnemônico, desligado de toda a questão objetiva, sem possibilidades de aplicação”. E prosseguia: “impõe-se, pois, no aprendizado ativo, que o objeto da lição, sempre que possível, esteja presente, para que o aluno o conheça por todas as faces e possa realizar todas as experiências que lhes proporcione” (TOLEDO, 1919a, p.40-41).

Em outro artigo, “Aprendizado Ativo II”, João Augusto de Toledo relevava a necessidade de o professor conhecer a “fisiologia da criança”:

[...] não é licito, pois, não é razoável apelar para interesse de homens, dirigindo-se as crianças, pelo contrário, deixemos o hábito da repreensão e contentemo-nos com a forma aperceptiva, que, aos poucos, levará a forma superior, naturalmente, com a flor conduz ao fruto, sem esforço fatigante, sem violentar as leis do espírito. (1919b, p.40).

O aprendizado seria eficaz se despertasse o interesse do educando de modo a propiciar atenção, esforço e pensamento. Para melhor fundamentar suas teorizações ele recorria a Comenius, Pestalozzi, Le Bon, Payot, Fröbel e Dewey, além de expressar preferência pela metodologia herbartiana, cujos pressupostos diziam respeito à educação como via de desenvolvimento cultural, moral e autogoverno.

Outro autor, lente de Física e Química, Duílio Ramos em “Como realizar a prática do ensino”, por seu lado, apregoava que “é preciso, é indispensável, é premente, o estudo da CRIANÇA como preliminar, como base, para a educação que se lhe deve propiciar” (1922, p.54 -55). Com efeito, nos artigos há quase sempre um alerta em relação às particularidades

da infância, conforme notamos nas expressões recorrentes: “não se deve tratar a criança como adulto”, “é preciso respeitar o tempo da criança”, “é premente o estudo da criança como preliminar”, “é preciso conhecer a psicologia infantil”. Apesar da ênfase à compreensão da criança em seus diversos aspectos, poderíamos dizer que a criança não era de fato o centro do processo de aprendizagem, mas sim os métodos, as técnicas e os processos.

“Ensinar a ensinar”: os métodos e processos didáticos

Nas páginas da *Revista* compareceram os mais variados autores adeptos das mais variadas teorias, porém unidos numa espécie de manifestação a favor da inovação didática e pedagógica, e conseqüente ampliação e diversificação das experiências educativas propiciadas pela racionalização dos processos de ensino.¹⁰

Os métodos e processos de ensino ativo, e as situações e problemas concretos despertariam a iniciativa e a independência atuando decisivamente na socialização e no desenvolvimento moral do aluno. Uma comprovação possível dessa proposição, certamente, consta no artigo assinado por J. & C. “Pedagogia Conceitos antigos (medievais) x Reação moderna (crítico- naturalística)”.

A pedagogia dos “conceitos antigos”, segundo o autor do artigo, se caracterizaria pela ausência de cultura física, não ocorria uma preocupação com a formação do professor, o intelectualismo era exclusivo e a educação restrita a certas classes. Nessa concepção, os preconceitos contra a mulher eram evidentes; ainda para o autor, não havia preocupação com a formação moral do aluno, o ensino dogmático, o aluno estava sujeito a disciplina violenta e coerciva, a escola era confessional e o ensino primário cosmopolita.

Contrariando essa concepção a “reação moderna” propunha uma outra prática docente e didática. Na educação moderna, ainda conforme o autor do artigo, o aprendizado era ativo, com muitos exercícios e poucos preceitos, as línguas estudadas deveriam ser as

¹⁰ Sobre o assunto ver também Silva (2009)

línguas vivas, com ênfase na língua materna. A criança por sua vez, não se adaptava aos métodos, mas esses, os métodos, a criança. A disciplina deveria ser suave com recurso a persuasão.

Nessa representação comparativa entre o “ensino antigo” e “ensino moderno”, é possível notar a preocupação do autor com o desenvolvimento do corpo, formação dos quadros docentes, ensino nacionalista, e principalmente, atenção aos métodos e processos de ensino voltado ao aprendizado dinâmico e eficaz.

No quadro abaixo podemos observar os autores e os artigos que priorizaram a questão dos métodos e processos de ensino considerados inovadores e modernos, ou melhor, “eficazes e dinâmicos”, como se dizia.

Autores	Artigos
A. Firmino Proença	- O estudo da natureza nas classes primárias Ligeiras considerações à cerca do assunto - Método didático - Desperdício de energia nas escolas - A mosca - Método de ensino elementar - Lições de Aritmética
Ataliba de Oliveira	- Desenho e Linguagem
Domingos de Vilhena	- O ensino da língua francesa em nossas escolas
Ezequiel de Moraes Leme	- A Geografia e o seu ensino - Questões do Ensino
Francisco de Oliveira Penteado	- A Geometria - Sua origem – Seus progressos – Seu ensino - Quantidades algébricas reais - A Geometria - Os fatores da Geometria
João de Toledo	- Linguagem - Apontamentos para meus alunos - Aprendizado ativo (I, II) - Bases para a elaboração e execução de um programa de História em nossas escolas primárias e normais - Sugestões e programa para o ensino de Francês nas escolas complementares e normais
Lazaro R. Lozano	- Orientação do ensino da música elementar
Rafael Falco	- Arte e seu objeto (I, II) - Fim do desenho nas escolas primárias e normais - O desenho nas Escolas Normais

Quadro 17 – Artigos e autores – métodos e processos de ensino

Autores como Rafael Falco, Antonio Firmino Proença e Carlos da Silveira agiam com rigor na defesa de métodos e processos de ensino das matérias primárias de natureza ativa e prática e, por conseguinte, batiam-se por certas mudanças e ênfases na formação dos professores e currículo dos cursos normais.

Professor de Caligrafia e Desenho, Rafael Falco em “O Desenho nas Escolas Normais”, por exemplo, escreveu sobre a importância do ensino de Desenho. Ao constatar a pouca importância atribuída a essa disciplina, denunciava uma incoerência, se a prática do desenho pedagógico era relevada na escola primária, o mesmo deveria acontecer no curso normal. Dizia ser preciso difundir o interesse e a convicção pela disciplina: “os trabalhos em vez de técnicos devem obedecer à mesma norma adotada nos vários anos de instrução primária”. O alvo do ensino seria o exercício da atividade professoral e não o despertar de vocações artísticas; o desenho pedagógico: “se caracteriza pela natureza de seu fim, isto é, *por caracterizar de maneira clara, expedita e atraente os objetos de uma lição*”. (FALCO, 1921, p. 58-9 – grifo do autor).

Em “Fim do desenho nas escolas primárias e normais” (1920), Rafael de Falco retomou o assunto ao relevar a importância do poder educativo do desenho, um recurso pedagógico importante por ser capaz de atuar na formação da imaginação sadia, cultivar a atenção e a memória, adestrar a mão, desenvolver o amor pelo belo e verdadeiro; no que concernia aos futuros professores caberia às escolas normais:

[...] *treiná-los* na execução expressiva e rápida das coisas, para o que precisam de educação visual, de sentimento e de uma técnica especializada; dar-lhes a orientação preliminar a traves de um regime de estudo semelhante ao da escola primaria. (FALCO, 1921, p.60, grifo do autor).

Carlos da Silveira foi um dos autores que mais se dedicou à análise da trajetória e da organização e funcionamentos das escolas normais paulistas; dentre outros escreveu: “As

Escolas Normais no Estado de S. Paulo”, “História da Pedagogia - Um programa” (I, II e III) e “Questões de ensino normal”.

Em “As escolas normais no estado de São Paulo”, expôs um estudo sobre a trajetória das escolas normais entre 1846, criação da primeira Escola Normal, e 1913, ano da edição do decreto n. 2.367 de 14 de abril: “essa última reforma dos Normais Secundárias trouxe uma grande vantagem quanto ao preparo profissional dos candidatos ao magistério, dotando cada uma delas com duas cadeiras de pedagogia e uma de metodologia”. Contudo, considerava ser imprescindível ampliar o ensino de Pedagogia e Metodologia, criar uma cadeira Educação Cívica e História da Pedagogia, suprimir Francês e Inglês e ampliar o ensino de História Pátria e Geografia do Brasil. (SILVEIRA, 1916, p.10).

O decreto n. 2.367 de 14 de abril, baixado por iniciativa de Oscar Thompson, diretor geral da instrução, reformulou o currículo do curso normal distribuindo as disciplinas em dois grupos:

Grupo 1 - Ciências e Línguas	Grupo 2 - Artes
Português, Literatura Portuguesa, Noções de Latim, Francês, Inglês	Música, Caligrafia e Desenho, Ginástica Educativa, Trabalhos Manuais,
Matemática, Física, Química, História Natural, Noções de Higiene, Zootecnia, Agricultura	Escrituração Mercantil, Datilografia e Taquigrafia.
Geografia, Corografia do Brasil e Cosmografia, História da Civilização e do Brasil	
Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica, Métodos e Processos de Ensino, Crítica Pedagógica e Exercícios de Ensino	

Quadro 18 – Currículo do curso normal - 1913

Em “Questões do Ensino Normal”, Silveira (1920a) retomou a análise do currículo do curso normal e expôs a seguinte crítica: os professores das disciplinas do grupo 2, Artes,

percebiam salários menores, isso pelo fato de que o Estado contratava “artistas” e não “professores-artistas”, os quais não eram sequer representados nas congregações das escolas normais, por conseguinte, distanciavam-se dos assuntos educacionais; e acrescentava: a classificação dos alunos (para ocuparem as salas) levava em conta apenas as notas das disciplinas do Grupo 1, Ciências e Línguas. Ponderava que em um “curso técnico de ensino” as disciplinas do grupo das Artes eram as mais importantes: “de fato é à musica, ao desenho, à ginástica e ao trabalho manual que o instituidor (professor e educador) recorrerá com freqüência para treinos excelentes, cheios de interesse para a sua classe de criança” (1920a, p.38); a Escrituração Mercantil: “um mal necessário”, apesar de não ser pedagógica seria útil ao professor, pois poderá “aumentar um pouco o fraquíssimo orçamento de receita do mestre-escola” (idem, p.43). E ressaltava a importância de Trabalhos Manuais, cujo ensino era priorizado pelos educadores norte-americanos, praticando-se o “sistema *Slöjd*” de origem sueca baseado na pedagogia de Fröebel; o “sistema Della-Voss” de origem russa, aplicado nas escolas técnicas superiores, secundárias e primárias; o “sistema Social” idealizado por John Dewey em Nova Iorque, visando a atender “ao princípio do paralelismo ontogenético e filogenético, procurando por isso desenvolver o espírito do aluno numa recapitulação abreviada da evolução das sociedades”; o “sistema Artístico de Tadd” idealizado por Tadd, diretor de uma escola da Filadélfia, para despertar o gosto pela arte. (SILVEIRA, 1920a, p. 52-3).

Dentre os sistemas, optava pelo *Slöjd*, sobre o qual publicara artigo no jornal *O Estado de São Paulo*. Escrevia — “o *slöjd* é o sistema educativo, por excelência, e só deve ser posto em ação pelo professor, pelo homem de ensino” (idem, p.49). Explicava que o vocábulo *slöjd* significava “trabalho manual” e tinha finalidade educativa, sem ambicionar a formação de profissionais hábeis. A prática do *slöjd* auxiliaria a “educação física” pela coordenação

muscular do movimento, a “educação intelectual” ao mobilizar as faculdades do espírito na realização da tarefa e seu aperfeiçoamento, e a “educação moral”:

Obtém-se não só com a aquisição do hábito do esforço pelo desenvolvimento da atenção voluntária, como na disciplina orgânica e mental que se estabelece, proveitos diretos da aplicação manual, intimamente relacionada com o funcionamento do espírito, através do sentimento fundamental do tato e do sentido científico por excelência. (idem, p. 50).

A seção “Ensino Primário”

Lente de Metodologia e diretor da Escola Normal de Pirassununga, Antonio Firmino Proença foi o responsável pela seção “Ensino Primário” da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, publicados nos números 4, 7, 8 e 10, nos quais eram oferecidos modelos de lições e materiais para uso em sala de aula com o fito de subsidiar a didática do professor primário.

O estudo da natureza nas classes primária: ligeiras considerações a cerca do assunto
Estudo da natureza
O milho: estudo individual e biográfico
Método didático
Lições indutivas
I - Média de números: desenvolvimento de uma regra; II – Uma lição de física (adaptada); Uma lição de linguagem: exercitamento (Drill); Uma lição de geografia Local: centro de interesse - o correio
Linguagem nas classes inferiores - Vocabulário
Linguagem nas classes adiantadas - Composição
Sugestões para o estudo da natureza no 1º ano preliminar

Quadro 19 – Artigos veiculados na seção “Ensino Primário”

Na concepção de Antonio Firmino Proença, os professores primários careciam de bons modelos. Para ele,

[...] a arte de compor, como todas as artes, se adquire pela imitação de bons modelos. Desta prática, feita inteligente sob a direção dos mestres, é que hão de nascer às regras indispensáveis para escrever com acerto e com beleza a nossa língua. (1920b, p.107).

A lógica que presidia a organização da seção era análoga a uma “caixa de utensílios”, formulação configurada por Marta Chagas de Carvalho (2003) para conceituar as seções das revistas pedagógicas, como a *Eschola Pública*, publicação mantida e editada pelos professores das Escolas-Modelos anexas à Escola Normal da Praça, no final do século XIX, e voltadas à oferta de modelos de lições. A “caixa de utensílios” seria, portanto, algo como “caixa de coisas” para uso do professor, os aprendizados orientados por essa lógica: “guardam forte relação com uma pedagogia em que tal arte é prescrita como boa imitação de um modelo. Os incontáveis roteiros de lições divulgados em revistas dirigidas a professores têm as marcas dessa concepção pedagógica” (idem, p.126).

Para Antonio Firmino Proença, o professor deveria eleger assuntos de interesse e conhecimento prévio da criança, tais como, a casa, a escola, a cidade, a vizinhança: “É, portanto, nesses centros de interesse que o professor tem de procurar os assuntos para organizar seu plano de ensino”, portanto, é possível dizer que suas recomendações coadunavam-se com as preceituadas pela chamada “pedagogia moderna”: para conhecer seria necessário ver, sentir, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, ou seja, educar os sentidos para depois exercê-los. Os modelos de lições sugeridos na seção seguiam um procedimento padrão: partir do objeto, observar, analisar, produzir painéis e desenhos, catalogar características, experimentar. O aprendizado pelos sentidos era a porta de entrada do conhecimento. (PROENÇA, 1916, p.25).

Em “O estudo da natureza nas classes primárias” (1916) recomendava: um plano racional de ensino deveria estar em harmonia com as tendências naturais da criança, o que requeria do professor um “profundo conhecimento da matéria e da psicologia infantil”. Na

seção “Ensino Primário” (1918) em “Estudo da natureza” sugeria lições direcionadas para as classes do primeiro ao quarto ano do ensino primário; para o primeiro ano recomendava cinco lições. A primeira referia-se aos pássaros, nela recomendava apresentar aos alunos imagens coloridas ou pássaros empalhados, salientando a utilidades e os hábitos dessas aves, na seqüência viriam às narrativas sobre as aves; a segunda lição referia-se às flores, o aluno traria espécies, observaria as características, montaria um painel com os nomes das espécies, em seguida desenharia e cultivaria flores em “vasos ou latinhas”. A terceira lição referia-se aos insetos, o aluno traria lagartas ou casulos informando onde foram encontrados; os insetos seriam conservados em viveiros observando-se as transformações. A quarta lição referia-se às árvores, o primeiro passo seria a identificação das espécies pelo formato dos frutos e folhas; depois a montagem de painel com as folhas e se possível os frutos, e o exame dos frutos; por fim, o desenho e a modelação dos frutos. A quinta lição referia-se ao tempo com o propósito de elaborar uma espécie de calendário.

Em “Método didático”, Firmino Proença (1917) deteve-se na explicação dos “passos formais de Herbart”. Pautado nos discípulos de Herbart, Wilhelm Rein e Tuiskon Ziller, asseverava que o método completo herbartiano implicava adoção de um “subpasso”, qual seja, a “declaração do objeto da lição”. O “primeiro passo”, por sua vez, seria a preparação; o segundo, a apresentação; o terceiro, a associação; o quarto, a generalização; e o quinto passo, a aplicação. A novidade acrescentada pelo Dr. W. Rein seria o “subpasso” ou “declaração do objeto da lição”. Para ele, o método completo “é um conjunto perfeito e racionalmente organizado. E sua forma atual o método representa como um todo orgânico, cujas partes, perfeitamente articuladas, têm função própria a desempenhar” (idem, p.26).

Em “Lições de Aritmética” (1923) e “A mosca” (1922a) explicitou a operação dos procedimentos de ensino a serem adotados pelo professor. Em “Métodos de ensino elementar” (1922b) apresentou três tipos de lições: “I - Lição Intuitiva”, “II – Lição Indutiva” e “III –

Lição Dedutiva” e explicou os respectivos objetivos, aplicações e desenvolvimentos, ressaltando que: “nem todo o professor será capaz de desenvolver as lições conforme os planos expostos”, levando a optar pelo ensino “direto e dogmático” no lugar do “aprendizado ativo direto”.¹¹

Os modelos de lições teriam por objetivo facilitar o trabalho do professor em sala de aula e viabilizar o aprendizado direto e o exercício da inteligência dos alunos. Entretanto, advertia que muitos professores resistiriam a esses modelos de lições persistindo no aprendizado “direto dogmático”.

Que há de mais fácil ir ao quadro- negro e fazer demonstrações para a classe ouvir? Ou ensinar conjunção, definindo-as em termos de compêndio? Ou fornecer uma série de informações de geografia ou ciências naturais em vez de fatos, imagens, verdadeiras experiências? (PROENÇA, 1922b, p.73)

Com o intuito de combater o analfabetismo e difundir uma cultura cívica, com vistas à formação da identidade nacional, a preocupação com a eficiência do trabalho didático e pedagógico nas escolas, tornou-se prioridade nos discursos dos educadores normalistas. Os autores da *Revista*, por sua vez, buscaram transmitir aos seus leitores o que de mais moderno se conhecia sobre métodos e processos de ensino.

Com efeito, é possível notar aspirações a um ensino que tivesse como centro o aluno, valorizando informações que o educando possuía sobre determinados assuntos, e também aspirações a um maior e melhor conhecimento biológico e psicológico da criança.

¹¹ O método dedutivo se pautava na aprendizagem com base na memória e na repetição, seu ponto de partida é uma idéia pré-concebida aplicada aos fatos. O ensino deve partir do geral para o particular, ou seja, dos princípios aceitos como verdadeiros e indiscutíveis que possibilitariam chegar a conclusões de maneira formal. O método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada na observação de casos concretos. Nesse método o conhecimento advém da experiência e não de princípios pré-estabelecidos.

O uso da experimentação científica na elaboração de planos de aula também era considerada imprescindível para o sucesso do aprendizado. Ademais as atividades manuais e as artes são consideradas relevantes à medida que despertavam a iniciativa e independência dos alunos e reforçavam o processo de socialização e dos aspectos morais da criança. O processo de automatização e racionalização do ensino também será compreendido como necessário à mudança e à criação de uma “nova escola”. Por sua vez, concebia-se a instrução arte de educar, pautada em modelos científicos.

Considerações Finais

Os impressos educacionais constituem um *corpus* documental essencial para a história da educação, pois são capazes de apresentar a multiplicidade e diversidade do campo educativo. Isso significa dizer que as revistas de educação e ensino, por exemplo, podem expressar os valores, as expectativas dos mais diversos agentes — alunos, professores, diretores, políticos —, assim, as páginas das revistas expõem as questões cruciais que atravessaram o campo educativo de uma determinada época. Nesse sentido, nos últimos anos, os pesquisadores da educação foram deslocando seus olhares dos modelos pedagógicos (leis, regulamentos, preceitos, doutrinas ou sistemas pedagógicos) para as possibilidades representadas pelas revistas de educação e ensino.

Neste trabalho, nosso objetivo foi conhecer as idéias e as práticas dos autores colaboradores da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, para tanto, analisamos os assuntos/temas por eles eleitos e analisados. Portanto, a feição assumida pelo trabalho deve-se ao percurso que as fontes indicaram.

A diversidade das propostas educacionais e assuntos veiculados ao longo do “ciclo de vida” do periódico foi uma tentativa de reponder aos problemas e impasses inerente a uma sociedade em transformação. Por conseguinte, a *Revista* expôs questões e preocupações que extrapolavam limites regionais, seu enfoque alinhava-se aos debates promovidos por grupos desejosos de mudanças de âmbito nacional. O nacionalismo se evidenciava como peça fundamental na transformação da nação, do Estado e do povo brasileiro, conforme almejava os mentores das Ligas Nacionalistas e da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo.

Questões como imigração estrangeira, urbanismo, êxodo rural, saúde pública, povo brasileiro e a identidade nacional estavam na ordem do dia. O *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo* de 1917, organizado por Oscar Thompson, diretor da Diretoria Geral da

Instrução Pública de São Paulo, é um documento revelador das preocupações nacionalistas e nacionalizantes. Do mesmo modo, os objetivos e discursos proferidos pela Liga Nacionalista de São Paulo expressavam inquietações semelhantes, indicando soluções diversas, como, extensão da participação política, adoção de preceitos médico-higienistas, oficialização do escotismo, formação cívica e patriótica da população e, principalmente, o combate ao analfabetismo.

Os efeitos da primeira Grande Guerra (1914-1918) e da Revolução Russa (1917) são evidentes nas análises e discursos dos intelectuais normalistas. A imigração estrangeira, por sua vez, revelava o quanto a “nossa gente” ainda “engatinhava” culturalmente em relação ao estrangeiro, assim diziam. O estrangeiro, no pensamento da intelectualidade brasileira, era ao mesmo tempo solução para a questão étnica e problema para coesão e formação a identidade nacional. A falta de instrução da população não apenas inferiorizava o nacional em relação ao estrangeiro, mas acarretava maus hábitos de higiene e moral que promoviam a “desordem urbana” e o alastramento de doenças responsáveis pela apatia da população. Portanto, supunha-se que, o fortalecimento da nacionalidade e modernização da sociedade brasileira requeria a higienização e a regeneração física, moral e social da população brasileira, de modo a elevá-la a disciplina social necessária ao mundo moderno em construção.

Diminuir os índices alarmantes do analfabetismo, era, sem dúvida, a solução encontrada para os males que afetavam o Brasil, entretanto, combater o analfabetismo, exigia professores capacitados e métodos didáticos eficazes.

Pautados nessas exigências, os autores da *Revista* discutiam, refletiam, sugeriam e apresentavam métodos capazes de racionalizar a aprendizagem, amenizando, assim, os diversos problemas sociais. Os métodos e processos de ensino e aprendizagem, portanto, constituíam um dos pontos centrais dos debates. Nessa conjuntura política e intelectual, eram

privilegiados aqueles métodos capazes de aproximarem as matérias de ensino com a vida cotidiana dos alunos.

A “nova escola” fundada nos métodos modernos era vista como sinônimo de ensino objetivo, dinâmico, produtivo e econômico. Novas técnicas didático–metodológicas eram propostas por meio de lições e modelos originários da Europa e Estados Unidos da América.

Os assuntos abordados por essa publicação periódica contribuíram para a difusão de concepções e idéias sintonizadas com a problemática das transformações sociais educacionais em curso nos anos de 1910 e 1920, sobretudo nas páginas da *Revista* consta um apelo de mobilização dirigido ao professorado, informar, atualizar e incentivar os agentes educativos a participarem do projeto de reformulação da escola paulista, esta foi, certamente, a mensagem e o propósito da *Revista*, através das palavras da sua Comissão de Redação e de seus autores colaboradores.

Referências

1. Fontes

ANDRADE, Astor Dias de. A medicina escolar e o futuro da nossa nacionalidade. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p. 41-49, dez., 1917

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, com autorização do Governo do Estado. 1923. São Paulo: Casa Vanorden, 1924.

ARAUJO, Elisiário de. Instituições Patrióticas. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p. 93-107, dez., 1917.

_____. A letra do Hino Nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n.10, p. 25-27, jun., 1921.

CALEIRO, Waldomiro. Tipos brasileiros; a alma nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Número Especial. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p.22-29, dez., 1917.

CAMARGO, Teodorico de. O problema do urbanismo no Brasil e a volta aos campos. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, dez., 1917.

EDITORIAL. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.1, p.1, nov. 1916.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Departamento de Educação do Estado de São Paulo v.1,n.1, mar. ,1933.

ESCOBAR, José Ribeiro. Histórico da instrução pública paulista (Feito para o Anuário do Ministério da Educação). *Revista de Educação*, São Paulo, v.3, p.158-190, set./1933.

EXPEDIENTE. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.1, p.1, nov., 1916.

FALCO, Rafael. Fim do desenho nas escolas primárias e normais. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, Ano 4, n. 8, p. 86-94, jun. 1920.

_____. O desenho nas Escolas Normais. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 11, p.55-63, dez., 1921.

FREITAS, Afonso A. de. A imprensa periódica de São Paulo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 9, 1915.

KUHLMANN, Guilherme. O ensino em S. Paulo. Uma entrevista com o prof. Guilherme Kuhlmann. Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. *Revista Nacional*, São Paulo, out. 1923.

LEME, Ezequiel de Moraes. Pela Pátria. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.2, p.13-17, jun., 1917a.

_____. Campos Salles e o civismo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 3, n.5, p. 80-88, dez., 1918.

_____. A Geografia e seu ensino. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.7, p. 22-25, dez., 1919b.

_____. Questões do ensino. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 10, p.13-17, ju., 1921.

LOBATO, Monteiro. Urupês. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

MEDICI, Atugasmin. Mestres e Soldados. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p.84-92, dez., 1917.

MOTTA, Candido. São Paulo e a República - ainda a grande obra de José de Anchieta. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1935.

NATIVIDADE, Mario. Discurso pronunciado na festa inaugural da Sociedade de Estudos e Conferencias, no dia 9 de setembro de 1916. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.2, p.13-17, jun., 1917.

NÓBREGA, Arthur Raggio. Ruy Barbosa. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 3, n.5, p.134-148, dez., 1918.

OLIVEIRA, Mariano de. Culto á Bandeira. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p.134-148, dez., 1917.

_____. Escolas Complementares. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 11, p. 3-6, dez., 1921.

PEIXOTO, Afrânio. *Marta e Maria*: documentos de ação pública. Rio de Janeiro: Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, 1931.

PONTES, Sebastião Paulo de Toledo. 21 de abril: discurso proferido no anfiteatro da Escola Normal - 1920. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.8, p.72-81, jun., 1920.

PROENÇA, Antonio Firmino. O estudo da natureza nas classes primárias: ligeiras considerações a respeito do assunto. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n. 1, p.24-26, nov., 1916.

_____. Método didático. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n. 2, p. 25-26, jun. 1917.

_____. A escola e a caserna. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.8, p. 63-70, jun., 1920a.

_____. A mosca. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 7, n. 12, p. 65-71, dez. 1922a.

_____. Lições de Aritmética. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 8, n. 13, p. 54-59, dez. 1923.

_____. Ensino primário. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, n. 4, p. 47-56, jun. 1918.

_____. Ensino primário. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.7, p. 63-69, dez., 1919.

_____. Ensino primário. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.8, p. 97-107, jun., 1920b.

_____. Métodos de ensino elementar. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 7, n. 12, p. 72-73, jun. 1922b.

RAMOS, Duílio. Como realizar a prática de ensino? *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 7, n.12, p.53-60, dez., 1922.

REVISTA DA ESCOLA NORMAL DE SÃO Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente ano 4, n.8, p.108, jun., 1920

SALLES, Dagoberto. A vida de um brasileiro, que é uma lição de civismo (Campos Salles). *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p. 50-61,dez., 1917.

_____. A moral cívica. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, Ano 3, n.5, p. 69-79, dez., 1918.

SAMPAIO DÓRIA, Antonio de. *Recenseamento escolar*. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Dr. Alarico Silveira, Secretario de Estado dos Negócios do interior, pelo Sr. Dr. A. de Sampaio Dória, Diretor Geral da Instrução Pública. São Paulo: [s.n]. 1920.

SERVA, Mario Pinto. *A educação nacional*. Pelotas: Echenique & Comp. Livraria Universal, 1927.

SILVEIRA, Carlos da. As Escolas Normais no Estado de S. Paulo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.1, p.1-13, nov., 1916.

_____. História da Pedagogia. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.2, p.10-13, jun., 1917a.

_____. A língua pátria e a unidade nacional. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p.62-76, dez., 1917b

_____. Culto cívico: conferência realizada no Politeama de Araraquara, no dia 7 de setembro de 1918, por incumbência da Liga Nacionalista. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.7, p.3-21, dez., 1919b.

_____. História da Instrução e da educação no Brasil. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, n.4, p. 3-11, jun., 1918a.

_____. História da Instrução e da educação no Brasil - II. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 3, n.5, p. 3-30, dez., 1918b.

_____. História da Instrução e da educação no Brasil - Conclusão. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 3, n.6, p.13-32, jun., 1919a.

_____. Questões de Ensino Normal. In: *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.8, p. 32-57, jun., 1920a.

_____. Luiz Alves de Lima e Silva (culto cívico) *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 5, n.9, p. 7-32, nov., 1920b.

_____. Do papel educativo da escola primária. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 11, p.7-21, dez., 1921.

_____. Apontamentos para uma história do ensino público em São Paulo: revistas de ensino. *Educação*, São Paulo, n. 3, v. 7, p.323-332, jun. 1929.

TOLEDO, João Augusto de. Evolução e Pedagogia. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 1, n.2, p.1-10, dez., 1917a

_____. A escola brasileira. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 2, n.3, p.77-83, dez., 1917b.

_____. Hereditariedade e educação. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, n.4, jun., p.12-24, 1918a.

_____. Nossa gente - notas pedagógicas para meus alunos. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 3, n.5, jun., p.31-42, 1918b.

_____. Aprendizado ativo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 3, n. 6, p. 37-54, jun. 1919a.

_____. Aprendizado ativo II. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n. 7, p. 30-48, dez. 1919b.

_____. Os ideais nacionais e as escolas elementares. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 4, n.8, p.3-20, jun., 1920a.

_____. Bases para a elaboração e execução de um programa de História em nossas escolas primárias e normais. *Revista da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos. Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 5, n.9, p.33-49, nov., 1920b.

_____. D. Pedro II através do sentimento. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 10, p. 3-12, jun. 1921a.

_____. Introdução aos programas de Psicologia, Pedagogia e Metodologia das Escolas - Normais Paulistas. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 11, p. 64-70, dez., 1921b.

TOLEDO, Lafayette. Imprensa paulista: memória histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 3, p.303-521, 1898.

VILHENA, Domingos de. O escotismo como meio educativo. *Revista da Escola Normal de São Carlos*, Propriedade e redação do Corpo Docente, ano 6, n. 10, p. 18-24, jun., 1921.

2. Bibliografia

ABUD, Kátia Maria. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, Antonio Celso; de LUCA, Tania Regina & IOKOI, Zilda Gricoli (Orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

ALMEIDA, Jane Soares de. Currículos da Escola Normal Paulista (1846-1920) revendo uma trajetória. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.76, n. 184, p. 665-689, set./dez. 1995.

ALMEIDA, Maria Saete Ramalho de. *Aspectos da instrução pública em São Carlos na segunda metade do século XIX*. São Carlos: RiMa, 2006.

AMARAL, Antonio Barreto do. Nossas revistas de cultura: ensaio histórico-literário. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 174, p. 127-171, jul./set. 1968.

ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves. *A instrução pública em São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: FE-USP, 1976. (Série Estudos e documentos).

BASTOS, Maria Helena Camara. A imprensa periódica educacional no Brasil: 1808 a 1944. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

BICAS, Maurilene Souza; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reforma escolar e práticas de leitura de professores: a Revista do Ensino. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *Biblioteca e formação docente: percursos de leitura (1902-1935)*. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica Editora, 2000, p.63-91.

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas: 1893/1971*. São Carlos; Ed. UFSCar; Brasília: INEP, 2002.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

CARONE, Edgard. *A Primeira República: texto e contexto*. São Paulo: DIFEL, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova e o uso do impresso: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano M. (Org.) *Modos de ler formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1986.

_____. Por uma história cultural dos saberes pedagógico. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). *Práticas educativas culturais escolares profissão Docente*, São Paulo: Escrituras, 1998.

_____.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Reforma escolar, pedagogia da Escola Nova e usos do impresso. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, ano 5, v.7, 2000, p.71-92.

_____. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDOF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001, p.137-167.

_____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSP, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

CASPARD, Pierre; CASPARD, Penélope. Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários (1815-1939). In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 33-46.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores a meia-luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo: 1902-1918*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

_____. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 173-187.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1999.

DIAS, Enéias Borges. *Revista Escola Nova (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação*. São Paulo, 2003 – Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

_____. *Revista Escola Nova (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação*. XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da Universidade Federal de São Carlos, 2004, São Carlos, XII Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2004. (CD ROM).

_____. *Revista Escola Nova (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação*. In: VIII JORNADA DO HISTEDEBR, História, Sociedade e Educação no Brasil, 2007, Campo Grande/MS, VIII Jornada do HISTEDEBR, *Anais...*, 2007 (CD ROM).

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Descobrimos o Brasil).

HILSDORF, Maria Lúcia. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LOPES, Eliana Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n) ação*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

MANIERI, Thais Maria; ARCE, Alessandra. O Livro de Ouro da Antiga Escola Normal da Cidade de São Carlos (1911-1945): pistas e rastros para apreender as idéias pedagógicas presentes na formação das normalistas. *Revista Educação e Cidadania*. Campinas, São Paulo, v. 7, p. 103-116, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. Modelando gerações: revistas pedagógicas. In: _____. *Imprensa e práticas culturais em tempos da República: São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001a, p.304-323.

_____. *O despertar da República*. São Paulo: Contexto, 2001b. (Repensando a História).

MEDEIROS, Valéria Antonia. *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira: a escola nova*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

_____. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Ed da Unicamp, 1999.

_____. *Levantamento da Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923)*. Marília: FFC-UNESP, 2004.

_____. Cânon da reflexão ruralista: Sud Mennucci. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. (Org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MORILA, Ailton Pereira. Um monumento na avenida: a Escola Normal de São Carlos. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 19, 2005.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU, 1976.

_____. Introdução da Escola Nova no Brasil (Antecedentes). *Boletim da cadeira de Teoria Geral da Educação*, Araraquara, FFCL, ano 1, 1964.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. *A escola de Baden-Powell: cultura escoteira, associação voluntária e escotismo de estado no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Impressos de e para professores: a conformação do campo pedagógico (1911-1930). In: 16º Congresso de Leitura do Brasil - COLE, v.1, 2007, Campinas. *Anais...*

_____. Impressos de Professores: representação sobre educação e ensino nos periódicos paulistas (1911-1923). In: 31ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, v.1, 2008, Caxambu. Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação, 2008.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos: 1911-1933*. São Carlos: Editora da UFSCar, 2002.

NÓVOA, Antonio (Dir.) *A imprensa de educação e ensino*. Repertório analítico (séculos XIX-XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

_____. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p.11-32.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Questão nacional na Primeira República. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

OZELIN, Jaqueline Rampeloti. *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): a formação do professor*. Marília, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

PIROLLA, Maria Christina Girão. *Memórias do instituto: 1911-1976*. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Emerson Correa da. *O professor ideal em Excelsior! (1911-1916): A revista dos alunos da Escola Normal de São Carlos*. São Carlos: Rima, 2007.

_____. *A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SILVA, Ilíada Pires da. Educadores paulistas: regeneração social, República e nação. In: FERREIRA, Antonio Celso; DE LUCA, Tania Regina & IOKOI, Zilda Gricoli (Orgs.). *Encontros com a história: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. *Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo: a constituição de um perfil sócio-cultural docente - 1901-1910*. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos Cedex*, Campinas, ano XX, n.52, nov. 2000a.

_____. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.20, n.51, p.9 - 28, 2000b.

TANURI, Leonor Maria. *O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Faculdade de Educação, 1979. (Estudos e Documentos. v. 16)

_____. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, São Paulo, n. 14, p. 61-86, maio/jun./jul./ago. 2000.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e indústria: São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de História Contemporânea, 1986.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.) (Orgs.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.) *500 anos de educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 497-517, 2000. (Coleção História, 6).

3. Obras de referência

CATANI, Denice Bárbara. SOUSA, Cynthia Pereira de. (Orgs.). *Imprensa periódica educacional paulista: (1890-1996)*. (Catálogo). São Paulo: Plêiade, 1999.

CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedade paulistana. (1870-1930)* São Paulo: Arquivo do Estado, 1997. (Coleção memória, documentação e pesquisa)

MELO, Luis Correa. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Irmãos Andriolis, 1954. (Comissão do VI Centenário da cidade de São Paulo).

Instituições consultadas

Acervo do Centro de Referência para Pesquisa Histórica em Educação da Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara.

Acervo da Escola Estadual “Álvaro Guião”

Acervo do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista. Campus de Marília.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Campus de Araraquara.

Anexos

Anexo 1

Revistas de Educação e Ensino — São Paulo: 1892/1944

Módulos	Título das séries	Ano de publicação
1	Revista Moderna. Pedagógica, Científica, Litteraria e Noticiosa. São Paulo, Typographia do Braz; Typographia de Oscar Monteiro.	1892-1893
2	A Eschola Publica. São Paulo, Typographia Hennies e Winiger (1ª fase); Typographia da Industrial de São Paulo, 1896 (2ª fase).	1893-1897
3	Revista do Jardim da Infancia. São Paulo, Typographia a Vapor Espindola, Siqueira & Com.	1896-1897
4	Educação. Revista de assumptos geraes e pedagogicos. São Paulo, Associação Beneficente de Educação.	1902-1903
5	Revista de Ensino. Associação Beneficente do Professorado Publico de São Paulo/Directoria Geral da Instrucção Publica. Typographia do Diario Official; Typographia Guimarães a Vapor Hennies Irmãos; Typographia Tolosa; Typographia Helvetia de A. Otto Uhle.	1902-1919
6	Revista da Escola Normal de São Carlos. Orgam de propriedade e redacção do corpo docente. São Carlos, A Graphica Marra & Filhos.	1916-1922
7	Revista de Educação. Piracicaba. Orgam da Escola Normal de Piracicaba e Escolas Annexas. Typographia do Jornal de Piracicaba.	1921-1922
8	Revista da Sociedade de Educação. São Paulo, Monteiro Lobato e C. ^a Editores	1923-1924
10	Educação. São Paulo, Directoria Geral da Instrucção Pública/Sociedade de Educação de São Paulo. Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz.	1927-1930
11	Escola Nova. São Paulo, Directoria Geral do Ensino. Estabelecimento Graphico Irmãos Ferraz. (Segunda phase da Revista “Educação” – Orgão da Directoria Geral da Instrucção Publica de São Paulo)	1930-1931
12	Educação. São Paulo, Orgão da Directoria Geral do Ensino de São Paulo. Estabelecimento Graphico Siqueira.	1931-1932
13	Revista de Educação. São Paulo, Órgão da Diretoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo /Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Estabelecimento Gráfico Garraux e outros.	1933-1943
14	Educação. São Paulo, Boletim do Departamento de Educação do Estado de São Paulo/Órgão do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.	1944 --

Fonte: Relatório Final de Atividades do Projeto Integrado de Pesquisa: “Revistas de Educação e Ensino: São Paulo: 1892-1944.” São Paulo, 2006. UNESP/CNPq-Fapesp.

Anexo 2

Publicações no âmbito do Projeto de Pesquisa “Revistas de Educação e Ensino: 1892-1944”

No âmbito do Projeto de Pesquisa “Revistas de Educação e Ensino: 1892-1944” desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa “História da Educação no Brasil” foram publicados os seguintes trabalhos.

CAFALCANTE, Mariele Tavares. Um estudo sobre a Revista Escolar (1925-1927). In: XV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNESP, 2003, Marília XV Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2003. (Bolsa AT – CNPq)

DIAS, Enéias Borges. Revista *Escola Nova* (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação. In: XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da Universidade Federal de São Carlos, 2004, São Carlos, XII Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2004. (CD ROM).

DIAS, Enéias Borges. Revista *Escola Nova* (1930-1931): um estudo sobre o tecnicismo e educação. São Paulo, 2003 – Monografia. Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

DOURADO, Fernanda Oscar. Levantamento da revista Educação da Associação Beneficente da Educação (1902-1903). In: XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da Universidade Federal de São Carlos, 2004, São Carlos, XII Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2004. (CD ROM). (Bolsa PIBIC –CNPq)

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. *A alfabetização na imprensa periódica educacional paulista (1927-1943)*. 2007, Marília. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, campus de Marília. (Bolsa CAPES).

MONARCHA, Carlos. *Revista do Jardim da Infância: uma publicação exemplar*. In: MONARCHA, Carlos. (Org.). *Educação da infância brasileira: 1875-1983*. São Paulo: Autores Associados-FAPESP, 2001, p.81-119.

_____. *Revistas de educação e ensino. São Paulo: 1892-1944*. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, Aracaju, 2008. *Anais...*

PEREZ, Andréia Santos. Um estudo sobre a Revista da Sociedade de Educação (1923-1924). Marília, 2003 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) curso de Pedagogia, FFC Unesp/Marília.

_____. Levantamento da Revista da Sociedade de Educação (1923-1924). In: XV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNESP, 2003, Marília XV Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2003. (Bolsa IC –CNPq)

PINTO, Adriana Aparecida. *A Eschola Publica: um estudo da pedagogia paulista no séc. XIX (1893-1897)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - FFC, Universidade Estadual Paulista/ Marília. (Bolsa CNPq)

SILVA, Aldine Nogueira da. Levantamento da Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923). In: XII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA da Universidade Federal de São Carlos, 2004, São Carlos, XII Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2004. (CD ROM).

_____. Levantamento da revista Educação (1927-1930). In: XV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA UNESP, 2003, Marília XV Congresso de Iniciação Científica. *Resumos...*, 2003. (Bolsa PIBIC –CNPq)

_____. *Revista Educação (1927-1930). Mediação entre debates teóricos e sugestões práticas para o ensino primário paulista*. Marília, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) curso de Pedagogia, FFC Unesp/Marília. (Bolsa PIBIC –CNPq)

SOUZA, Glauco Valério Belini de. Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público Paulista. VII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, *Resumos...*, 2000. (Bolsa IC –CNPq)

Anexo 3

Levantamento da *Revista da Escola Normal de São Carlos*

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 1, n.1, nov., 1916. 33p.

Expediente:

- A revista sera publicada 2 vezes por anno.
- Distribuição gratuita.
- So se publicam trabalhos ineditos.
- Sera respeitada a graphia dos snrs. Collaboradores, unicos responsaveis pelas ideas que emittirem.

Toda correspondencia deve ser dirigida á Commissão de Redacção da Revista, Escola Normal de São Carlos, Estado de São Paulo, Linha Paulista.

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	As Escolas Normaes no Estado de S. Paulo	1-13
Lente da 11 ^a cadeira	Pequeno estudo sobre a evolução do ensino normal no Estado de São Paulo	
Raphael Falco	Como deve ser a sala de Desenho	13-17
Lazaro R. Lozano	Orientação do ensino da musica elementar	17-20
A. Raggio Nóbrega	Filologia Portuguesa (Colossal abismo)	21-24
A. Firmino Proença	O estudo da natureza nas classes primarias Ligeiras considerações à cerca do assunto	24-26
F. Penteado	A Geometria Sua origem – Seus progressos – Seu ensino	26-27
João de Toledo	Linguagem Apontamentos para meus alumnos	28-30
Waldomiro Caleiro	Henry Bergson Vamos bosquejar em artistas o pensamento de Bergson	31-33

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 1, n.2, jun., 1917. 33p.

Expediente:

- A revista será publicada 2 vezes por anno.
- Distribuição gratuita.
- Só se publicam trabalhos inéditos.
- Será respeitada a graphia dos snrs. Collaboradores, unicos responsaveis pelas ideas que emittirem.
- Toda correspondencia deve ser dirigida á Commissão de Redacção da Revista, Escola Normal de São Carlos, Estado de São Paulo, Linha Paulista.

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
João Toledo	Evolução e Pedagogia	1-10
Carlos da Silveira	Historia da Pedagogia	10-13
Ezequiel de Moraes	Um programa	13-17
Leme	Pela Pátria	
	Discurso lido por ocasião da sessão civica realizada no dia 3 de maio de 1917, no amphitheatro da Escola Normal de S. Carlos.	
Francisco de Oliveira	A Geometria	17-20
Penteado	Os factores da Geometria	
Mario Natividade	Discurso pronunciado na festa inaugural da Sociedade de Estudos e Conferencias, no dia 9 de setembro de 1916	20-24
A. Proença	Methodo didactico	25-26
Waldomiro Caleiro	Rusticidade	27-28
	Escola Normal	28-33
	Ligeiros apontamentos sobre a sua fundação e funcionamento	

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Numero Especial. Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 2, n.3, dez., 1917. 158p.

Expediente:

- A revista será publicada 2 vezes por anno.
- Distribuição gratuita.
- Só se publicam trabalhos inéditos.
- Será respeitada a graphia dos snrs. Collaboradores, unicos responsaveis pelas ideas que emittirem.
- Toda correspondencia deve ser dirigida á Commissão de Redacção da Revista, Escola Normal de São Carlos, Estado de São Paulo, Linha Paulista.

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Ezequiel de Moraes Leme	I- Série de nove palestras cívicas feitas na Escola Normal, de 18 de Setembro a 15 de Outubro p.findo 1. Bellezas naturaes do Brasil	1-11
Francisco Penteado	2.a Desertos e Climax; a devastação das matas	12-21
Waldomiro Caleiro	3.a Typos brasileiros; a alma nacional	22-29
Theodorico de Camargo Lente da 4ª cadeira	4.a O problema do urbanismo no Brasil e a volta aos campos	30-40
Astor Dias de Andrade	5.a A medicina escolar e o futuro da nossa nacionalidade	41-49
Dagoberto Salles	6.a Vida de um brasileiro, que é uma lição de civismo (Campos Salles)	50-61
Carlos da Silveira	7.a A lingua patria e a unidade nacional 7ª palestra cívica realizada no amphitheatro da Escola Normal em 9 de Outubro de 1917	62-76
João Augusto de Toledo	8ª. A escola brasileira	77-83
Atugasmin Medici	9ª. Mestres e soldados	84-92

Elisario Fernandes de Araújo	II- Instituições Patrioticas Conferencia realizada no amphitheatro da Escola Normal, em 1º de Novembro de 1917, pelo Sr. Prof. Elisario Fernandez de Araujo, M. D. Director do Grupo Escolar “Paulino Carlos”	93-107
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	III- Pela Patria Conferencia realizada no amphitheatro da Escola Normal de São Carlos, em 15 de Novembro de 1917	108-122
Mario Natividade	IV- Professorandos de 1917 (Escola Normal de São Carlos) Discurso de paranypho	123-133
Mariano de Oliveira	V- Culto á Bandeira Conferencia realizada no amphitheatro da Escola Normal de São Carlos, em 19 de Novembro de 1917	134-148
Manoel de Toledo Silva	VI- Quadro de medidas tomadas no Gabinete de Psychologia Experimental	149
Waldomiro Caleiro	VII- Pessoal docente, administrativo e relação dos alumnos diplomados em 1914, 1915, 1916 e 1917	150-158

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. n.4, jun., 1918. 56p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	Historia da instrucção e da educação, no Brasil Este trabalho, compilação na sua quasi totalidade, foi lido na sessão de 17 de Setembro de 1916 da “Sociedade de Estudos e Conferencias”, de São Carlos	3-11
João Toledo	Hereditariedade e Educação	12-24
F. Penteado	A Geometria	25-30
Raphael Falco	Arte e seu objecto	31-38
Waldomiro Caleiro	Transmutação de valores	39-43
ENSINO PRIMARIO		
Secção organizada pelo prof. A. Proença		
	Estudo da natureza	47-48
	O milho Estudo individual e biographico	48-56

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 3, n.5, dez., 1918. 90p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil - II	3-30
João Toledo	Nossa gente	31-42
	Notas pedagogicas para meus alumnos	
F. Penteado	A Geometria	43-46
	A Geometria Geral	
Arthur Raggio Nobrega	Ruy Barbosa	47-68
Dagoberto Salles	A Moral Civica	69-79
	Conferencia realizada, em nome da Liga Nacionalista, em Jahú, a 7 de Setembro de 1918, pelo Dr. Dagoberto Salles	
Ezequiel de Moraes Leme	Campos Salles e o civismo	80-88
Manoel de Toledo da Silva	Media das medidas anthropometricas dos alumnos das Escolas Modelo, Isolada e Grupo Escolar	89
	Professores formados pela Escola Normal de S. Carlos – turma de 1918	90

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 3, n.6, jun., 1919. 54p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
A. Proença	Juvenal Penteado Elogio fúnebre, lido a 22 de Abril de 1919	3-12
Carlos da Silveira	Historia da Instrucção e da Educação, no Brasil	13-32
Ezequiel de Moraes Leme	Povoamento e educação Discurso lido a 3 de Maio de 1916	33-36
João Toledo	Aprendizado activo	37-54

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 4, n.7, dez., 1919. 69p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Commissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	Culto civico Conferencia realizada no Polytheama de Araraquara, no dia 7 de Setembro de 1918, por incumbencia da Liga Nacionalista	3-21
Ezequiel de Moraes Leme	A Geographia e o seu ensino	22-25
Domingos de Vilhena	O ensino da lingua franceza em nossas escolas	26-29
João Toledo Da 12ª cadeira	Aprendizado activo Continuação do trabalho publicado no n.6 desta Revista – Junho de 1919	30-48
Dagoberto Salles	A Republica no Brasil Conferencia realisada a 15 de Novembro de 1919, em Ribeirão Bonito	49-60
	ENSINO PRIMARIO Secção organizada pelo prof. A. Proença	
	Lições inductivas	63-67
	Professores formados pela Escola Normal de São Carlos - 1919	68-69

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 4, n.8, jun., 1920. 112p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos ineditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
João Toledo	Os ideaes nacionaes e as escolas elementares	3-20
Mariano de Oliveira	Escolas Normais Idéas contidas no relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario do Interior, em 1º de Fevereiro de 1920	21-31
Carlos da Silveira	Questões de Ensino Normal	32-57
Ezequiel de Moraes Leme	Questões do ensino	58-62
A. Proença	A escola e a caserna Discurso pronunciado na sessão solemne de entrega das cadernetas de reservistas aos atiradores da Escola, realizada em 11 de abril de 1920	63-70
J. & C.	Pedagogia Conceitos antigos (medievaes) x Reacção moderna (critico-naturalistica)	71
Sebastião Paulo de Toledo Pontes	21 de abril Discurso proferido no amphitheatro da Escola Normal - 1920	72-81
Mario Natividade	Um problema de annuidades	82-85
Raphael Falco	Fim do desenho nas escolas primarias e normaes	86-94
ENSINO PRIMARIO		
Secção organizada pelo prof. A. Proença		
	Linguagem nas classes inferiores - Vocabulário	97-107
	Linguagem nas classes adiantadas - Composição	
	No Semestre	108

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 5, n.9, nov., 1920. 55p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Commissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Ezequiel de Moraes Leme	Questões do Ensino	3-6
Carlos da Silveira	Luiz Alves de Lima e Silva (culto civico)	7-32
João Toledo	Bases para a elaboração e execução de um programma de História em nossas escolas primárias e normaes	33-49
A. Proença	Desperdicio de energia nas escolas	50-54
	Professores formados pela Escola Normal de São Carlos - 1920	55

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 6, n.10, jun., 1921. 65p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
João Toledo	D. Pedro II através do sentimento Conferencia lida na Escola Normal de São Carlos, por ocasião de inaugurar-se o retrato do ex-imperador, na galeria daquelle estabelecimento.	3-12
Ezequiel de Moraes Leme	Questões do Ensino	13-17
Domingos de Vilhena	O escotismo como meio educativo	18-24
Elisario de Araujo	A letra do Hymno Nacional	25-27
Fausto de Sousa	Morphologia historica do artigo	28-33
Carlos da Silveira	Assumptos escolares (cultura civica – suggestões)	34-46
F. Penteado	Quantidades algebricas reaes	47-55

ENSINO PRIMARIO

Secção organizada pelo prof. A. Proença

(Director e lente da Escola Normal de Pirassununga)

Suggestões Para o estudo da natureza no 1º anno preliminar	59-65
---	-------

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 6, n.11, dez., 1921. 70p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Mariano de Oliveira	Escolas Complementares	3-6
Carlos da Silveira	Do papel educativo da escola primaria	7-21
Sebastião Paulo de T. Pontes	Aprendizado de Physica nas escolas normaes	22-25
F. Azzi	O Imperador Commemoração popular, no Paço da Municipalidade, em Casa Branca, a 9 de Janeiro de 1921	26-41
Dagoberto Salles	A Questão Social Discurso proferido pelo Dr. Dagoberto Salles, lente da 10ª cadeira e paronympho dos professorandos de 1921, na sessão solemne de entrega de diplomas, realisada na Escola Normal de São Carlos	42-54
Raphael Falco	O desenho nas Escolas Normaes	55-63
João Toledo	Introdução aos programmas de Psychologia, Pedagogia e Methodologia das Escolas Normaes Paulistas Trabalho apresentado á Reunião dos Directores do Ensino, realisada em S. Paulo, em julho de 1921. Professores diplomados pela Escola Normal de São Carlos – turma de 1921	64-70

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 7, n.12, dez., 1922. 73p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

Revista da Escola Normal de São Carlos n.12

Por motivos independentes de nossa vontade, o presente numero ficou bastante prejudicado tanto em sua forma como em seu conteúdo.

Pretendemos publica-lo novamente, em edicção limitada, devidamente revisto e no formato dos números anteriores. A Comissão de Redacção

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Francisco Z. Penteado	John Casper Branner	3-22
João Toledo	Suggestões e programma para o ensino de Francez nas escolas complementares e normaes	23-33
Carlos da Silveira	Do papel educativo da escola primaria	34-52
Duilio Ramos	Como realizar a pratica de ensino? Trabalho apresentado á reunião dos directores das Escolas Normaes convocada para julho de 1921, no edificio do Jardim da Infancia de S. Paulo	53-60
Ataliba de Oliveira	O lente de Physica De Maria Ângela – paginas de vida escolar, ineditas	61-64
A. Proença	A mosca	65-71
A. Proença	Methodos de ensino elementar	72-73

Professorandos de 1922 - Escola Normal de São Carlos

Revista da Escola Normal de São Carlos.

Propriedade e redacção do Corpo Docente. Anno 8, n.13, dez., 1923. 79p.

Expediente:

- Publica-se esta revista duas vezes por anno.
- Só se incluem nella trabalhos inéditos.
- A graphia é a dos respectivos collaboradores, unicos responsaveis pelas idéas que emittirem.
- Toda a correspondencia deve ser dirigida á Comissão de Redacção da Revista da Escola Normal - São Carlos - Estado de São Paulo – Brasil

AUTOR	TITULO	PÁGINAS
Carlos da Silveira	Discurso Pronunciado na sollemnidade de entrega de diplomas ás Professorandas da Escola Normal do Braz, turma de 1922 no Theatro Municipal de São Paulo pelo paranymphe Dr. Carlos da Silveira	3-15
Raphael Falco	O desenho nas classes infantis	16-32
Mello Ayres	O sonho	33-42
Ataliba de Oliveira	Desenho e Linguagem	43-53
Antonio F. Proença	Lições de Arithmetica	54-59
José Ferraz Motta	Discurso pronunciado na collação de grao das professorandas de 1922 Professores formados pela Escola Normal de S. Carlos	60-78

Fonte: Relatório Final de Atividades do Projeto Integrado de Pesquisa: “Revistas de Educação e Ensino: São Paulo: 18920-1944.” São Paulo, 2005. UNESP/CNPq-Fapesp.

Anexo 4

Alunos diplomados pela Escola Normal de São Carlos segundo local de nascimento – 1914-1923

Alunos diplomados segundo local de nascimento – 1914-1923 conforme dados constantes nos fascículos da *Revista da Escola Normal de São Carlos*, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923.

Local de nascimento/	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923
Número de alunos										
São Carlos	14	17	11	12	8	23	14	19	11	13
Agudos	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Anápolis	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Amparo	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Anápolis	1	—	—	1	—	1	—	—	—	—
Araraquara	—	1	—	1	2	4	—	—	1	2
Araras	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Batatais	—	—	—	1	—	1	—	1	—	—
Bebedouro	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Bica de Pedra	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Bocaina	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—
Botucatu	1	—	—	—	—	1	—	—	2	—
Brotas	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—
Buenos Aires – Argentina	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Campinas	2	1	—	—	—	—	—	1	—	1
Campos do Jordão	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Casa Branca	—	—	1	—	—	1	—	1	—	—
Capital Federal	—	1	—	2	—	—	—	1	—	—
Capivari	—	1	—	2	—	—	—	—	—	—
Cravinhos	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Descalvado	—	—	2	—	—	1	1	3	1	1
Dois Córregos	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—
Dourado	—	—	—	—	2	3	—	—	—	1
Engenheiro Passos-RJ	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ibitinga	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—
Igarapava	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Iguape	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
Itália	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—
Itapetininga	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itapira	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—
Itápolis	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Itirapina	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Itu	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Jaboticabal	1	1	1	—	1	3	2	—	—	—

Anexo 5

Levantamento da *Revista Excelsior!*

Revista Excelsior! Revista do Gremio Normalista “Vinte e Dois de Março” da Escola Normal de São Carlos. São Carlos, anno I, n. 1, nov. 1911. 26p.
 Tipographia Aldina - Rua 7 de setembro, 31, São Carlos – S. P.

Autor	Título	páginas
	Acta da fundação do gremio.	6-7
Paulo Camargo	Instrução e imprensa.	8-9
J. Camargo	Escola Normal de São Carlos.	10-11
J. L. Rodrigues.	Fazer para Aprender.	12-13
Raymundo Corrêa	Pelago invesível.	14-15
Argemiro Pacheco	Oscillações da taxa cambial.	16-17
A. Santos	Estimulando.	18
A. O. B.	Um beijo, apenas...	19
C. N.	Sonho de abril.	20
Alceste	Amores, amor...	20
J. P. J.	Cena Jagunça.	21
Sebastiana Masagão	Bons auspicios.	22
E. S.	O mestre.	23
Adalgisa Putti	Salve 15 de novembro!	24
Ruy Barbosa	A Instrução em São Paulo.	25
Dr. Menezes Vieira	Aos jovens professores.	26
Jenny Maia	Miniaturas	26
	Noticiario.	26

Revista Excelsior! Revista do Gremio Normalista “Vinte e Dois de Março” da Escola Normal de São Carlos. São Carlos, anno II, n. 2, fev. 1913. Sem números de página.

Tipographia Aldina

Rua 7 de setembro, 31, São Carlos – S. P.

Autor	Título	páginas
Excelsior!	Tradução	s.p.
Excelsior!	Poesia	s.p.
Yáyá Braga	A mulher	s.p.
P. Hoción Pascal	Tres paginas.	s.p.
s.a.	Professor João Lourenço.	s.p.
Aluizio de Azevedo	O trabalho.	s.p.
Haydeá Aracy de Arruda	A musica.	s.p.
	Homenagem do Excelsior!	s.p.
Professor Roldão Lopes de Barros	O interesse (discurso).	s.p.
Benedicto S. Rocha	Primeiro amor (poesia).	s.p.
Castelo Branco	Os meus amigos (poesia).	s.p.
W. C. V.	L'Angélus.	s.p.
Jacy Penteado	Rosa que se desprende (poesia).	s.p.
Carolina Cezar	Em meu caminho.	s.p.
Alcidia A. Silva	O rouxinol.	s.p.

Revista Excelsior! Revista do Gremio Normalista “Vinte e Dois de Março” da Escola Normal de São Carlos. São Carlos, anno II, n. 4, out. 1913.16p.

Tipographia Aldina

Rua 7 de setembro, 31, São Carlos – S. P.

Autor	Título	páginas
A redacção	O “Excelsior!”.	1
Dr. Mario Natividade	Paisagem.	2
Hydeá Aracy de Arruda	Uma questão pedagógica.	3
Luiz de Arruda Camargo	Noção de fracção.	4
Isabel Botelho de Camargo	Teorias da vontade.	5
Maria Amelia Silva	Uma aula de psychologia.	7
Maria Amelia Silva	Jogos Escolares. Classificação Psychologica.	8
S. Rocha	Aos meus colegas.	10
Stella Freire de Lima	Mãe.	10
Sebastião Pinto	Os inqueritos pedagogicos em São Carlos.	10-11
J. Aranha	Uma composição de aula.	11
Suzanna Mattos	A instrucção.	12
O. Penteadó	Lançamento da pedra fundamental do novo predio da Escola Normal.	13
J. Esse	Edipo.	14
s.a.	Notas	15
J. A.	Tedio.	16

Revista Excelsior! Revista do Gremio Normalista “Vinte e Dois de Março” da Escola Normal de São Carlos. São Carlos, anno II, n. 5, nov. 1913. 19p.

Tipographia Aldina

Rua Conde do Pinhal, 48 - São Carlos – S. P.

Autor	Título	páginas
A. P.	Excelsior!	1
Romão de Campos Junior	15 de novembro.	2
Euclides da Cunha	O valor de um symbolo.	3
Joaquim Siqueira	Impressões de aula.	4
João Aranha	Soledade.	5
Maria Sampaio e Souza	Camaradagem e coeducação.	6
Argemiro Pacheco	Bibliothecas infantis.	6-7
Architiclino dos Santos	Trabalho de methodologia.	7
Mario C. Leite	A escola moderna.	7-8
Jacy M. de Oliveira Penteado	A atenção sensorial e introspectiva, suas variações e suas bases physiologicas.	8-9
Walinda da Cunha Vieira	Medidas de atenção.	12-13
Marina Novaes	Vantagens pedagogicas decorrentes do estudo da atenção.	14-15
José Ferraz de Sampaio	Importancia do habito na educação.	15-16
A. Proença	A bandeira nacional.	16-17
s.a.	Antes da Luta.	18-19
	Concurso literario.	19

Revista Excelsior! Revista do Gremio Normalista “Vinte e Dois de Março” da Escola Normal de São Carlos. São Carlos, anno III, n. 4, set. 1914.18p.

Tipographia Aldina

Rua Conde do Pinhal, 48 - São Carlos – S. P.

Autor	Título	páginas
R. C.	Datas nacionaes.	3-4
Lazaro Camargo	Medidas de intelligencia.	4-5
M. Leite	Os Lusíadas.	5-6
José S. Penteado	A Escola Normal, o professor, a instrucção em geral.	6-7
Machado de Assis	Um soneto.	8-9
Olga Valentie de Oliveira	Qual o vestuario mais conveniente ás creanças?	9-10
R. C.	Festas na escola.	10
A Redacção	Excelsior!	10
Maria Botelho	O medo.	11-12
N. Sampaio de Souza	Visão.	12-13
Jacy Penteado	Pedagogia	13-15
Yáyá Braga	Breve noticia sobre o gabinete de Psychologia.	15-16
Zuleika Valentie de Oliveira	A preguiça.	16-17
Xavier Marques	A polemica.	17
B. Simões da Rocha	A bordo do “Araguaya”.	18

Revista Excelsior! Revista do Gremio Normalista “Vinte e Dois de Março” da Escola Normal de São Carlos. São Carlos, anno IV, n. 7, set. 1916.

Tipographia Joaquim Augusto.

Rua M. J. Ignacio, 51 - São Carlos – S. P.

Autor	Título	páginas
A.	Excelsior.	s.p.
M. Natividade	Na escola.	s.p.
N. Novaes	Audição.	s.p.
W. C. Vieira	Como o professor primario falla a seus alumnos.	s.p.
R. Campos	René Barreto.	s.p.
Stella F. Lima	Despedida.	s.p.
O. Penteadó	Soneto.	s.p.
A. Barreto	O soldado.	s.p.
A. Proença	No dominio da technica.	s.p.
J. Siqueira	Henriquinho.	s.p.
N. S. Souza	Doutrina da evolução.	s.p.
S. Rocha	A pedagogia.	s.p.
F. Martins	Nossa gente e seu futuro.	s.p.
Lazaro Camargo	Educação dos anormaes.	s.p.

Revista Excelsior! Órgão Oficial do Centro Estudantino Sancarlense. São Carlos, ano II, n. 32, ago.1939. 30p.

Tipographia Camargo

Diretor – Vicente Camargo

Autor	Título	páginas
	Documento iconográfico – Aristides Pellicana, presidente do São Carlos tennis clube.	4
	Documento iconográfico – Vicente Bastos, presidente do Centro Estudantino Sancarlense.	4
	Saudação – Nivaldo Nataniel Barbosa. Documento Iconográfico – Nivaldo N. Barbosa.	5
Dr. Wamberto Costa	Vida e obra de Machado de Assis.	6-10
	Saudação a Vicente Camargo. Documento Iconográfico – Vicente Camargo.	11
Professor Flávio Sampaio	Machado Romancista.	12-16
	Documento Iconográfico – Professor Flávio R. Sampaio.	13
	Saudação – Alvaro Giongo Documento Iconográfico – Alvaro Giongo.	17-18
Dr. Alberto Mesquita	Machado de Assis e o vernáculo.	19-23
	Documento Iconográfico – Dr. Alberto Mesquita.	19
	Saudação – Heuvidio Gouvêa Documento Iconográfico – Heuvidio Gouvêa.	24
Italo Savelli	O filho de Maria Leopoldina.	25-30
	Documento Iconográfico – Italo Savelli.	30

Fonte: Relatório Final de Atividades do Projeto Integrado de Pesquisa: “Revistas de Educação e Ensino: São Paulo: 18920-1944.” São Paulo, 2006. UNESP/CNPq-Fapesp.

Anexo 6

Biografia dos colaboradores da *Revista da Escola da Normal de São Carlos*

ANTÔNIO FIRMINO PROENÇA

Nasceu a 26 de junho de 1880 em Sorocaba. Faleceu a 4 de abril de 1946. Diplomado, em 1904, pela Escola Normal da Praça. Dedicou-se, desde jovem, ao magistério público. Pertenceu ao corpo docente da Escola Normal de Piracicaba, de onde foi removido para a de São Carlos. Transferiu-se, em 1928, para a Capital, tendo exercido o cargo de inspetor geral do ensino. Dirigiu o Instituto Pedagógico, a escola secundária do Instituto de Educação e a Escola Normal Modelo, criada com a reforma de 1938. Aposentado, fundou o Ginásio "Caetano de Campos", de que foi professor e diretor. Foi também diretor da Escola Normal de Pirassununga e do Ginásio de Campinas. Colaborou nas principais revistas pedagógicas brasileiras, notadamente na revista *Educação* e na *Revista do Professor*. Era membro do Centro Sorocabano de Letras. Foi o autor de livros para crianças dos mais lidos. "Um mestre de didática". (Antônio d'Ávila). "Um dos mais notáveis educadores paulistas" (Alfredo Gomes). Bibliografia: *Como se ensina geografia: metodologia*. S. Paulo, 1930; *Palestras pedagógicas*. S. Paulo, 1938; *Cartilha Proença*, 53 ed. S. Paulo: Melhoramentos, 1939. 107 p.; *Escreva certo*, com prefácio de Dácio Pires Corrêa. S. Paulo: Atena, 1939. 70p.; *1.º Livro de Leitura*. 46 ed. S. Paulo: Melhoramentos, 1946. 157 p.; *2.º Livro de Leitura*. 32 ed. S. Paulo: Melhoramentos, 1946. 176 p.; *Leitura de principiante*. 65 ed. S. Paulo: Melhoramentos, 1946. 109 p. (MELLO, 1954, p. 500)

ASTOR DIAS DE ANDRADE

Nasceu em Rio Claro/SP em 8 de agosto de 1881, foi médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Clinicou durante muitos anos na cidade de São Carlos e atuou também como lente de História Natural, Noções de Higiene na Escola Normal de São Carlos (DAMIANO, 2007).

ATUGASMIN MÉDICI

Nasceu em São José/Uruguai em 19 de maio de 1887 foi lente da 2ª cadeira da Escola Normal de Itapetininga, SP, e posteriormente lente da 1ª cadeira da Escola Normal de São Carlos. (OZELIN, 2006)

CARLOS DA SILVEIRA

Nasceu em Silveiras, a 21 de junho de 1883. De 1900 a 1903, cursou a Escola Normal da Praça da República, onde se diplomou. Fez preparatórios no Curso Anexo. Formado em 1909, pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Iniciando o magistério primário, foi professor da escola isolada da Freguesia do Ó (1904), diretor das Escolas Reunidas da Avenida Paulista (1907), diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista (1909), professor em comissão no Estado de Sergipe (1911), secretário da Escola Normal Secundária de São Carlos (1912), lente de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica na escola Normal Secundária de São Carlos (1913), lente substituto de Psicologia e Pedagogia, diretor em comissão e professor de Didática da Escola Normal do Brás (1921), professor de Didática e interino de Psicologia e Pedagogia da escola Normal da Praça (1925), inspetor da escola Normal Livre do Colégio Santa Inês (1928), redator-chefe da revista *Educação* (1930), lente de Psicologia e Pedagogia do Curso Normal do Instituto Pedagógico (1930) e catedrático de História da Civilização do Instituto de Educação (1933). Na Escola Normal de São Carlos, foi secretário da Sociedade de Estudos e Conferências, membro da Comissão de redação da "Revista da Escola Normal" e presidente da Comissão de Escoteiros. Foi membro da Sociedade de Educação de São Paulo, tendo sido eleito vice-presidente em 1924. Representou São Paulo na III Conferência Nacional de Educação, tomou parte, como representante paulista, na Reunião da federação das Sociedades de Educação realizada no Rio de Janeiro (1930) e na VI Conferência Nacional de Educação, no Ceará (1934). Como escritor participou como colaborador nas seguintes publicações: *O Início*, órgão do Liceu de Artes e Ofício; *Névoas*, do Centro Normalista; *O Estudo*, revista dos lentes da Escola Normal de S. Carlos; *O País*, do Rio de Janeiro, *Estado de S. Paulo*, *Jornal do Comércio*, *Diário de S. Paul*, *Diário da Noite*, *Correio Paulistano*, *Revista do Brasil*, *Revista do Ensino*, *Educação*, entre outras. (MELLO, 1954, p. 596).

DAGOBERTO SALLES

Nasceu em Rio Claro/SP em 5 de março de 1884, foi lente de História Geral e do Brasil na Escola Normal de São Carlos. Formado em Direito exerceu também o cargo de delegado de polícia em Jaú, 1906-1907, e foi promotor público de Itatiba, 1908-1912, promotor público de São Carlos, 1912-1914. (OZELIN, 2006).

DUÍLIO RAMOS

Nasceu em São Paulo Capital a 1 de julho de 1890. Diplomado, em 1911, pela Escola Normal da Praça e, em 1931, pela Faculdade de Direito de S. Paulo. Residiu em Sertãozinho, SP. Fez o curso

preliminar da Escola Politécnica de S. Paulo. Em 1939, foi premiado em concurso de biografia pelo Departamento de Cultura Municipal. Colaborador da *Revista do Arquivo Municipal*. Historiador, biógrafo, didata. Bibliografia: *Um republicano da monarquia* (Quirino dos Santos), premiado no terceiro Concurso de História do Departamento de Cultura. In: *Revista do Arquivo Municipal*. S. Paulo, 55: 107-130, mar. 1939; *Preleções de geografia do Brasil; Geografia ginasial, 1ª série do primeiro ciclo*, S. Paulo: Anchieta, 1946. 155 p. (MELLO, 1954, p. 509).

ELISIÁRIO FERNANDES DE ARAÚJO

Nasceu em Itararé a 5 de fevereiro de 1883. Fez os estudos primários numa escola isolada de sua terra natal e os secundários na Escola Normal de Itapetininga, pela qual se diplomou. Formado, em 1890, pela Faculdade de Direito de S. Paulo. cursou até o 4.º ano a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi diretor das escolas normais de Casa Branca e Guaratinguetá, aposentando-se no cargo de professor de Pedagogia, Didática e Português da Escola Normal de S. Carlos. Colaborador do *Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano*, *Folha da Manhã*, *Correio* e *Cidade de S. Carlos*. Os volumes de *Perfis* foram publicados com o pseudônimo de "Romeiro Júnior". Membro da Ordem dos Advogados do Brasil, do Centro de Cultura Artística Rubens do Amaral de S. Carlos, e da Associação Brasileira Júlia Lopes, de Buenos Aires. Poeta, biógrafo, etc.. Bibliografia: *Perfis dos professorandos da Escola Normal de S. Carlos*, com o pseudônimo de "Romeiro Júnior": Ed. Damiano & Wiken, 1928; *Perfis dos professorandos da Escola Normal de S. Carlos*: Ed. Damiano & Wiken, 1929; *Perfis: Recordações do 5º Cruzeiro Turístico ao Norte*. S. Carlos: Tip. Lidergraf, 1941. *O poema do cruzeiro*. S. Carlos: Tip. Lidergraf, 1942. (MELLO, 1954, p. 63)

EZEQUIEL DE MORAES LEME

Nasceu em Bragança/SP, em 16 de fevereiro de 1884, filho de Candido de Moraes Leme. Formado em Bacharel de Direito iniciou a carreira no magistério em 1906 atuando como professor da 2ª escola de Palmeiras, adjunto do Grupo Escolar de Porto Feliz, adjunto do Grupo Escolar de Itatiba, foi diretor dos Grupos Escolares de Ribeirão Bonito e Pirassununga e professor da Escola Normal Primária de Pirassununga. Foi também, lente catedrático da Escola Normal de São Carlos e professor da Escola Complementar a partir de 1914. (OZELIN, 2006)

FAUSTO DE SOUZA

Nasceu em São Paulo/SP em 11 de outubro de 1890, filho de Inocêncio Rodrigues de Sousa. Diplomado pela antiga Escola Complementar e pela Escola Normal de São Paulo passou a partir de 1913 a se dedicar a docência atuando como professor de Português da Escola Modelo anexa a Normal

de São Carlos e professor do Curso Complementar anexo à mesma em 1921 (OZELIN, 2006).

FRANCISCO ZOELLO DE OLIVEIRA PENTEADO

Natural de Descalvado/SP nasceu em 24 de maio de 1872, filho de Cap. Sebastião de Oliveira Penteado e Izabel G. de Oliveira Penteado. Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio atuou como diretor do ginásio de Descalvado e dedicou-se ao magistério particular nessa cidade e em São Carlos, antes de atuar como lente da Escola Normal de São Carlos foi habilitado no concurso para o provimento da cadeira de Mecânica e Astronomia do Ginásio de Campinas (1º concurso realizado em São Paulo). A partir de 1912 torna-se professor da Escola Normal de São Carlos (OZELIN, 2006).

JOÃO AUGUSTO DE TOLEDO (1879-1941)

Nasceu em Tietê a 12 de março de 1879. Faleceu a 21 de dezembro de 1941, na capital de São Paulo. Foi aluno da segunda turma da Escola Complementar de Itapetininga, tendo recebido em 1900 o seu diploma de professor. No ano seguinte, foi nomeado adjunto do grupo escolar de Serra Negra, sendo no mesmo ano, meses depois, elevado ao cargo de diretor. Removido, em 1908, para a diretoria do Grupo de Rio Claro, aí permaneceu até 1913, quando passou a ocupar o cargo de lente de Psicologia Experimental, Pedagogia e Educação Cívica da Escola Normal de S. Carlos. Foi removido para Campinas a 31 de janeiro de 1921, com a missão de reger a cadeira de Prática Pedagógica da Escola Normal. Em 1925, é nomeado inspetor geral de Ensino e, em 1930, assistente técnico do Ensino Normal em S. Paulo. Em 1932, o governo confia-lhe a direção geral do Ensino no Estado. Exerceu depois as funções de assistente da 9.ª cadeira da Escola Normal da Praça. Representou São Paulo em vários congressos pedagógicos. Aposentando-se, consagrou-se à direção do Instituto Dona Ana Rosa. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. Historiador, ensaísta, pedagogo, sociólogo, psicólogo, etc.. Bibliografia: *Aprender a ensinar*, por Sheridan e White, rad. de parceria com Erasmo Braga, 1922; *Sombras que vivem*. Campinas: Tip, Genoud, 1923. 198 p.; *O crescimento mental*. S. Paulo: Imprensa Metodista, 1925; *Escola Brasileira*. S. Paulo: Imprensa Metodista, 1925. 360 p.; *Didática*. S. Paulo: Livraria Liberdade, 1930; *Planos de lição*. S. Paulo: Livraria Liberdade, 1934. 332 p.; *S. Paulo. Variações sobre motivos de história paulista*. S. Paulo: Imprensa Metodista, 1939. 255 p.; "Anhangüera" e "Rafael", In: *O Bom Ginasiano*, por Máximo Moura Santos e Francisco Lopes de Azevedo. 2.ª série. Rio: Alves, 1942. p. 75-77; "Bandeirantes", idem. 3.ª série, p. 22-25; *Pioneiros do ensino primário*, abre o volume, com prefácio de. Leo Vaz. S. Paulo: Cruzeiro do Sul, 1944. 90 p. (MELLO, 1954, p. 637.)

JOSÉ FERRAZ MOTTA

Nascido em Bragança/SP em 20 de janeiro de 1891, filho de José de Carvalho Motta e Maria Ferraz

Motta formou-se Bacharel em Ciências e Letras e em Direito, foi professor particular de Psicologia e Lógica – examinador nomeado pelo Governo Federal, junto dos Ginásios e promotor público do estado de São Paulo. Em 17 de julho de 1921 assume o cargo de professor de Psicologia e Pedagogia na Escola Normal de São Carlos. (OZELIN, 2006).

LÁZARO RODRIGUES LOZANO

Nasceu em Tíjola (província de Almeria)/Espanha em 17 de dezembro de 1871, filho de Ramón Rodrigues Sánchez e Encarnación Lozano Caparrós. Formado no Conservatório de Música e de Música de Madrid atuou como diretor da Banda de Tíjola, no Brasil foi professor de Música no colégio Piracicabano, Escola Complementar e Escola Normal de Piracicaba, Escola Normal de São Carlos e diretor musical da Universidade Popular de Piracicaba. (OZELIN, 2006).

MARIANO DE OLIVEIRA

Mariano de Oliveira nasceu em Piracicaba no dia 26 de maio de 1869, filho de Antônio Guedes de Oliveira e da professora D. Corina Eugenia de Oliveira. Diplomou-se em 1888 pela Escola Normal de São Paulo. Foi professor da Escola Normal de São Carlos. Em 1911, participa da publicação, em parceria com Miguel Carneiro, J. Pinto e Silva e Theodoro de Moraes, pela Siqueira, Nagel & Comp., vinculada à Diretoria Geral da Instrução Pública, da monografia *Como ensinar leitura e linguagem nos diversos anos do curso preliminar*. Em 1914, publicou na *Revista de Ensino as Instruções práticas para o ensino da leitura pelo método analítico - modelos de lições*, assinadas, também, pelos professores Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira Barreto. Em 1916, Mariano de Oliveira publicou a *Nova cartilha analítico-sintética*, editada até 1955, quando alcançou a 185ª edição. Mariano de Oliveira escreveu, ainda, outra cartilha, a *Cartilha ensino rápido da leitura*, cuja 1ª edição data de 1917. Em maio de 1917, assumiu o cargo de Diretor da Escola Normal de São Carlos-SP, sucedendo o professor Antonio Firmino Proença; permaneceu nesse cargo até 1922, tendo sido novamente sucedido por Antonio Firmino Proença. Mariano de Oliveira exerceu, ainda, os cargos de: professor da Escola Modelo e da Escola Complementar, ambas de Itapetininga-SP; diretor dos grupos escolares das cidades paulistas de Faxina e Bragança; e adjunto das escolas reunidas do Grupo Escolar de São Roque-SP. (SOBRAL, 2007).

MARIO NATIVIDADE

Nasceu em Pindamonhangaba/SP, a 16 de fevereiro de 1877 era filho do major Joaquim da Silva Natividade e da dona Ana Delfina Marcondes Natividade. Fez seus primeiros estudos em Taubaté no colégio Quirino dirigido pelo ilustre Sr. Quirino de Souza e Castro. Em 1900 é diplomado em

engenheiro geógrafo pela escola politécnica de São Paulo. Em 1909 transfere-se para campina e passar a atuar como engenheiro da Companhia Mojiana de Estrada de Ferro. Em 1912 presta concurso para o provimento da 5ª cadeira da Escola normal de São Carlos, passando em primeiro lugar, atuando a partir de então como lente do cargo de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria da Escola Normal de São Carlos. Em 1921 remove-se para a Escola Normal de Campinas. No mesmo ano colou grau pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Teve significativa colaboração no jornal *Correio Popular*, foi sócio efetivo e membro da diretoria do Centro de Ciências, Letras, e Artes. Faleceu a 13 de abril de 1941¹².

MELLO AYRES

Nasceu em Capivari, no dia 2 de junho de 1890, era filho de Elias Cândido Aires e de Maria Custódia Anhaia Melo. Muito cedo, transferiu-se para Piracicaba onde estudou na Escola Complementar, formando-se em 1910. Iniciou o magistério em Rio das Pedras, passando, depois, por Pirassununga, na cadeira de Biologia. Em seguida, foi transferido para a Escola Normal de Piracicaba – atual “Sud Mennucci” – tendo lecionado, também, no Colégio Piracicabano e no Colégio Assunção. Sua atuação no ensino paulista foi ímpar, tendo participado de cargos de alta relevância na Educação de São Paulo. Militou no jornalismo de Piracicaba durante 50 anos, foi integrante da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia e um dos mais dedicados membros da Sociedade de Cultura Artística. Orador notável, foi poeta e músico também, tendo versos seus musicados pelos maestros Fabiano Losano, Benedito Dutra e Erotides de Campos. Casado com Maria Amélia de Aguiar Aires, o prof. Elias de Mello Aires faleceu em Piracicaba no dia 10 de junho de 1960, já aposentado de suas atividades profissionais. (NETTO, 2009).

RAPHAEL FALCO

Nasceu em Aran (colônia francesa)/Argélia em 14 de agosto de 1883, filho de Gaspar Falco e Antonia Jaen Falco. Naturalizado brasileiro, atuou como professor da Escola Isolada do Cavarucanguera, em Taubaté, adjunto do 2º Grupo Escolar de Taubaté e como lente de Desenho e Caligrafia na Escola Normal de São Carlos a partir de 1910. (OZELIN, 2006)

¹² Informações obtidas em “PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP”, Disponível em: <<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2009/01/personagem-mri-o-natividade.html>> Consultado em 11 de outubro de 2009.

SEBASTIÃO PAULO DE TOLEDO PONTES

Nasceu em São Paulo/SP em 14 de novembro de 1884, filho de Sebastião Henrique da Silva Pontes e Escolástica M. Toledo Pontes. Formado em 14 de novembro de 1904 – Escola Normal de São Paulo atuou como professor da Escola Complementar de Campinas, diretor do Grupo Escolar Luiz Leite de Amparo (comissão), professor da cadeira de Português da Escola Normal Primária de Campinas e professor de Física e Química da Escola Normal Secundária de São Carlos (OZELIN, 2006).

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

DAMIANO, Octavio Carlos. *Caminhos do tempo: titulares de logradouros e instituições públicas de São Carlos*. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. (Coleção nossa história)

MELO, Luis Correa. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo: Irmãos Andriolis, 1954. (Comissão do VI Centenário da cidade de São Paulo)

NETTO, Cecílio Elias. Elias de Melo Aires. Memorial Piracicaba – Nossa gente. *A Província*, Piracicaba-SP, 26, jun. 2009. Disponível em:
<<http://www.aprovincia.com/padrao.aspx?texto.aspx?idContent=295116&idContentSection=713>>
Acesso em: 11 out. 2009

OZELIN, Jaqueline Rampeloti. *Revista da Escola Normal de São Carlos (1916-1923): a formação do professor*. Marília, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

SOBRAL, Patrícia de Oliveira. Um estudo sobre Nova Cartilha analytico-synthética (1916), de Mariano de Oliveira. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v. 7, n. 3, p. 343-356, 2007.

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONSULTADO

PRÓ-MEMÓRIA DE CAMPINAS-SP. Disponível em:
<<http://pro-memoria-de-campinas-sp.blogspot.com/2009/01/personagem-mrio-natividade.html>>
Acesso em: 11 de outubro de 2009.